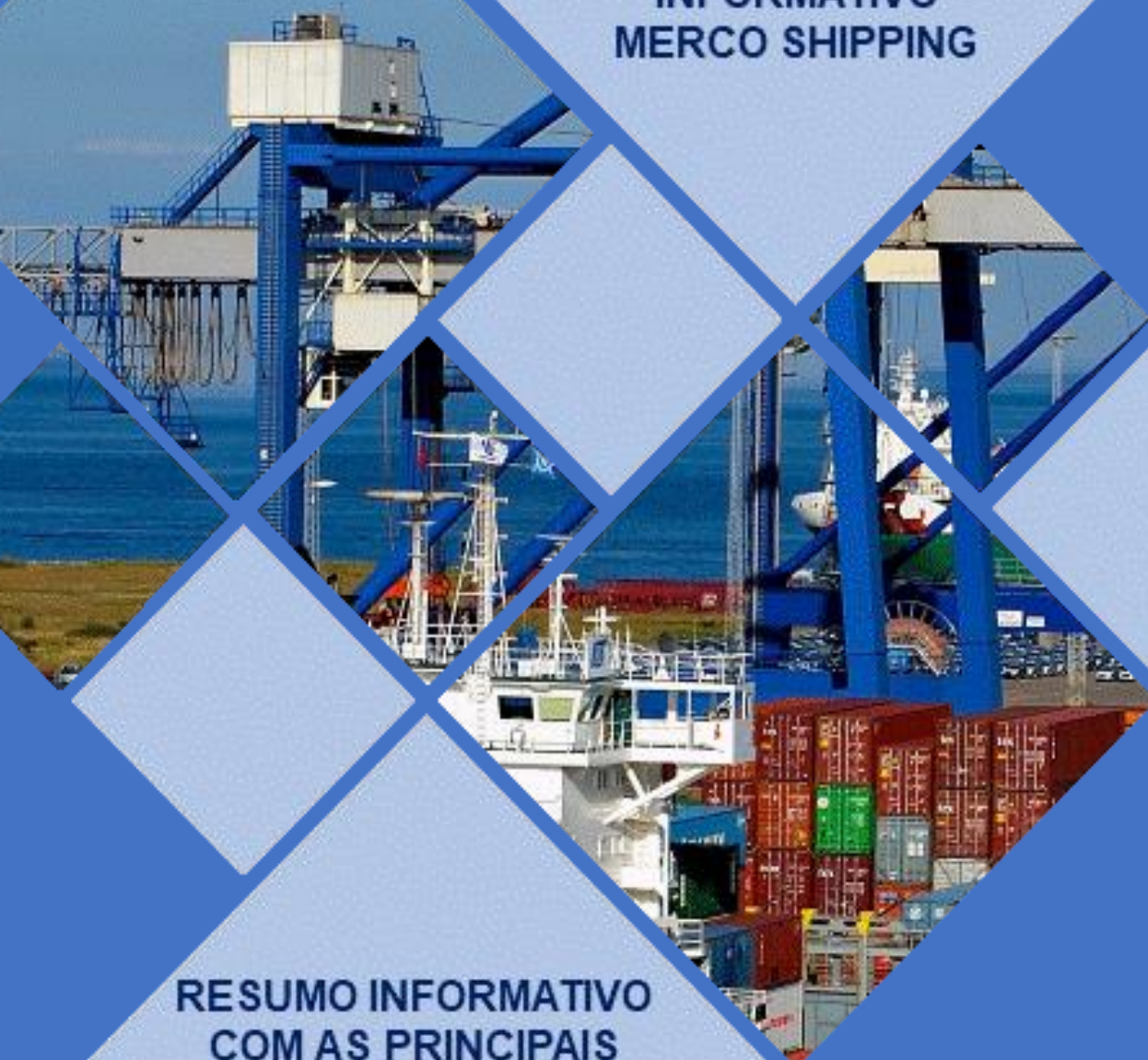


INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 203/2023
Data: 13/12/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
COM ENTREGA DE MEDALHA, MARINHA FAZ HOMENAGEM A PERSONALIDADES NO PORTO DE SANTOS	4
GUINDASTES, CONTÊINERES E NAVIOS, TUDO NA SALA DE AULA, EM SANTOS	5
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	6
AEROPORTOS DO NORDESTE: AENA ACELERA INVESTIMENTO DE R\$ 2 BI.....	6
COP28 APROVA ACORDO HISTÓRICO PARA AVANÇAR COM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA	9
TERMINAIS PRIVADOS JÁ MOVIMENTAM 40% DOS CONTÊINERES E PODEM SUPERAR PORTOS PÚBLICOS EM ATÉ TRÊS ANOS... ..	11
EMPRESA CANADENSE DE MINERAÇÃO INVESTIRÁ MAIS DE R\$ 1,5 BILHÃO NA BAHIA.....	12
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, O ÊMULO DO SETOR PRODUTIVO MINERAL DO BRASIL	12
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	14
HIDROVIAS - GOVERNO AVANÇA NO ESTABELECIMENTO DA HIDROVIA DA LAGOA MIRIM.....	14
ANUNCIADA A ELABORAÇÃO DO GUIA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO DO SETOR AQUAVIÁRIO	16
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	19
SILVIO COSTA FILHO ENTREGA NOVAS INSTALAÇÕES DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE	19
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	20
RODOVIAS - LIBERAÇÃO DE VIADUTOS NA BR-116/RS FACILITA ACESSO A MUNICÍPIOS DO SUL GAÚCHO.....	20
BE NEWS – BRASIL EXPORT	21
EDITORIAL – EM DEFESA DA EQUIDADE DE GÊNERO.....	21
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	22
<i>Aeroporto 1</i>	22
<i>Aeroporto 2</i>	22
<i>Aeroporto 3</i>	22
<i>Segurança no trânsito</i>	22
NACIONAL - ANTAQ ANUNCIA GUIA DE COMBATE AO ASSÉDIO DO SETOR AQUAVIÁRIO	22
NACIONAL - SENADO APROVA PROJETO DE LEI QUE REGULA A PRATICAGEM	24
AGRONEGÓCIO - EXPORTAÇÕES DE ARROZ CAEM 5,2% EM NOVEMBRO, DIZ ABIARROZ.....	25
NACIONAL - ANTAQ SUSPENDE REALIZAÇÃO DO LEILÃO DE TERMINAL NO PORTO DE VILA DO CONDE	25
PORTO DE SANTOS - POMINI PEDE ATENÇÃO DO ESTADO PARA NOVA LIGAÇÃO PLANALTO-SANTOS.....	26
PORTO DE SANTOS - PORTO DE SANTOS PROMOVE SIMULADO DE ATENDIMENTO A ACIDENTE COM CAMINHÕES	28
PORTO DE SANTOS - CAMPANHA CONTÊINER DO BEM LEVA PAPAÍ NOEL A COMUNIDADES DE SANTOS E GUARUJÁ.....	29
OPINIÃO – GESTÃO - 2050, X E O VOO DA BORBOLETA	29
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	32
PRESIDENTE DA APS APRESENTA CRONOGRAMA PARA INÍCIO DAS OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ.....	32
APS TEM NOVO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	32
PORTOS PARANAENSES QUEBRAM RECORDE HISTÓRICO COM 60 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023.....	33
ANTT FAZ VISITA TÉCNICA NO CHILE PARA EXPERIÊNCIA COM FREE FLOW	34
APS E CETESB REALIZAM FISCALIZAÇÃO CONJUNTA DE CAMINHÕES	35
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	36
PETROBRAS E CHEVRON LIDERAM CONSÓRCIOS DE 44 BLOCOS LEILOADOS EM PELOTAS	36
COMO FICA O MERCADO DE CARBONO DEPOIS DA COP28?	38
DEZ ANOS APÓS O PRIMEIRO LEILÃO DE PARTILHA, O QUE AINDA RESTA NO PRÉ-SAL?.....	40
JORNAL O GLOBO – RJ.....	43
DEPOIS DA REUNIÃO COM LULA SOBRE A BRASKEM, LIRA FICOU IRRITADO COM RENAN	43
LEILÃO DE PETRÓLEO TEM UM TERÇO DAS ÁREAS ARREMATADAS COM APOSTA DA PETROBRAS NO SUL E NOVATA COM 122 BLOCOS	44
DESONERAÇÃO DA FOLHA: PARLAMENTARES DEFENDEM DERRUBADA DO VETO DE LULA NA VOTAÇÃO DE AMANHÃ.....	47
CONHEÇA A EMPRESA DE PETRÓLEO QUE ARREMATOU SOZINHA 122 BLOCOS EM LEILÃO FEITO PELA ANP	49
BC DEVE REDUZIR HOJE JURO PARA O MENOR PATAMAR DESDE MARÇO DE 2022	50
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	51
EMPRESAS CONSTROEM NOVAS FÁBRICAS PARA PRODUZIR AR-CONDICIONADO NA ZONA FRANCA DE MANAUS	51
LEILÃO DE CONCESSÃO DA ANP ARRECADADA R\$ 421,7 MILHÕES; PETROBRAS, SHELL E CHEVRON SE DESTACAM.....	54
QUATRO DOS CINCO BLOCOS OFERTADOS EM LEILÃO DE PARTILHA DA ANP NÃO RECEBEM PROPOSTAS.....	56



TODOS OS CONTINENTES, 425 PORTOS, 147 PAÍSES: CONHEÇA O CRUZEIRO QUE VIAJARÁ POR TRÊS ANOS E MEIO	56
VALE INAUGURA A PRIMEIRA FÁBRICA DE BRIQUETES DO MUNDO	57
VALOR ECONÔMICO (SP).....	59
COM BAIXA CONCORRÊNCIA, LEILÃO DE PORTOS TEM QUADRA CAPITAL E INTERMARÍTIMA COMO VENCEDORES	59
CRÍTICAS DO GOVERNO À RESPONSABILIDADE FISCAL SÃO 'PROBLEMA MUITO SÉRIO', DIZ ARMINIO	60
PPP DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE SANTOS DEVERÁ SER ANUNCIADO NO 2º SEMESTRE DE 2024	62
SETOR PORTUÁRIO DEVERÁ TER 20 NOVOS LEILÕES EM 2024 COM MAIS DE R\$ 8 BI DE INVESTIMENTO, DIZ MINISTRO.....	63
COM BAIXA CONCORRÊNCIA, LEILÃO DE PORTOS TEM QUADRA CAPITAL E INTERMARÍTIMA COMO VENCEDORES	63
LEILÃO DE PORTOS INCLUI TERMINAL DE SAL VOLTADO À BRASKEM E DE GRÃOS EM PARANAGUÁ (PR)	65
I SQUARED MIRA ATIVOS DE LOGÍSTICA, ENERGIA E DIGITAL	66
ANTAQ EXCLUI TERMINAL PORTUÁRIO DE LEILÃO, NA VÉSPERA DE DISPUTA NA B3	67
GOVERNO ELEVA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL	68
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	68
RELATÓRIO DA FRENTE PARLAMENTAR SUGERE CONTEÚDO LOCAL MÍNIMO E EVOLUÇÃO GRADATIVA	68
LEILÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS ARRECADADA R\$ 2,7 MILHÕES EM VALOR DE OUTORGA.....	69
TUPS MOVIMENTAM 40% DO TOTAL DE CONTÊINERES NO 3º TRIMESTRE	70
PEDRA FUNDAMENTAL MARCA O INÍCIO DAS OBRAS DA BASE DE LIQUEFAÇÃO E COMPRESSÃO DE GÁS NA BAHIA.....	71
TCU APROVA PRORROGAÇÃO DE ARRENDAMENTO DO TERMINAL DA BTP NO PORTO DE SANTOS	71
EQUINOR CONTRATA NAVIO DE ABASTECIMENTO 'HAVILA SUBSEA', DA REACH SUBSEA	72
USO E ARMAZENAMENTO DE CARBONO NO MAR DE BARENTS ESTÁ MAIS PRÓXIMO DE SE TORNAR REALIDADE.....	73
WINGD E ALFA LAVAL DESENVOLVERÃO MOTORES MOVIDOS A AMÔNIA.....	73
ANTAQ DESTACA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA COP 28	74
CINCO ÁREAS PORTUÁRIAS VÃO A LEILÃO NESTA QUARTA-FEIRA (13).....	75
REFINARIA DE PAULÍNIA ALCANÇA 97,7% DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL	75
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	76
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	76



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

COM ENTREGA DE MEDALHA, MARINHA FAZ HOMENAGEM A PERSONALIDADES NO PORTO DE SANTOS

Cerimônia ocorreu nesta terça-feira (12) para celebrar feitos de 2023

Por: *Daniel Gois*



Celebração aconteceu no Cais da Marinha, nesta terça (12)
Foto: Silvio Luiz/AT

A Marinha do Brasil promoveu na manhã desta terça-feira (12) uma cerimônia para comemorar o Dia do Marinheiro, e homenagear dezenas de personalidades envolvidas na divulgação do trabalho nos mares. A celebração ocorreu na Capitania dos Portos de São Paulo, no Porto de Santos.

Ao todo, foram 56 personalidades e instituições condecoradas pela Marinha. Durante a solenidade, oficiais também foram homenageados em razão do tempo de serviço e do trabalho executado nas Forças Armadas.

O diretor-comercial do Grupo Tribuna, Demetrio Amono Netto, esteve entre os homenageados com a medalha Amigo da Marinha. "É uma honra receber essa homenagem de uma instituição tão admirada e respeitada como a Marinha. Assim como o Grupo Tribuna, (ela) está sempre presente, apoiando o desenvolvimento do Porto", disse.

Demetrio Amono, diretor-comercial do Grupo Tribuna, é homenageado pela Marinha Foto: Silvio Luiz/AT



Para o comandante da Capitania dos Portos de São Paulo, Capitão de Mar e Guerra Robledo de Lemos Costa e Sá, a homenagem é um reconhecimento ao trabalho de quem acompanha constantemente as ações da Marinha.

"Estamos efetivamente reconhecendo o apoio, a ajuda, o legado, a amizade, que tem sua materialização com a entrega da medalha àquelas personalidades e instituições que, ao longo de 2023, emprestaram à Marinha a sua lealdade, ajuda, respeito, cumplicidade e parceria. Parabéns aos agraciados, e que venha 2024 com novos Amigos da Marinha", festejou o Capitão.



Outra personalidade condecorada no evento foi o repórter-cinematográfico da TV Tribuna, Fábio Pires. "Estou muito feliz com esse reconhecimento, porque trabalho há muitos anos acompanhando o trabalho da Marinha, que é muito importante para a segurança dos nossos mares e para a segurança da nossa navegação", comemorou.

Fábio Pires, repórter-cinematográfico da TV Tribuna,

recebe medalha da Marinha Foto: Silvio Luiz/AT

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 13/12/2023

GUINDASTES, CONTÊINERES E NAVIOS, TUDO NA SALA DE AULA, EM SANTOS

Alunos do curso de Portos da Etec Escolástica Rosa fizeram uma maquete de um terminal completo
Por: **Ted Sartori**



Trabalho de dois meses foi feito com papelão, cola e tinta guache: maquete tem 4 metros quadrados, contando com atracadouro e dois navios Foto: Sílvio Luiz/AT

Um terminal portuário ao alcance das mãos, com a presença de navios e todas as minúcias possíveis: cais, berço, quadras, posto para abastecimento, armazém, prédio administrativo com heliponto, guindastes sobre trilhos e sobre pneus, empilhadeiras e, claro, muitos contêineres, incluindo os refrigerados. Tudo feito com papelão, cola, tinta guache e muita criatividade.

Trata-se de uma maquete de 4 metros quadrados (m²), contando com o atracadouro, idealizada e construída pelos alunos do curso técnico de Portos da Escola Técnica Estadual (Etec) Dona Escolástica Rosa, em sua classe descentralizada na Escola Estadual Zulmira Campos, no Castelo, Zona Noroeste de Santos. Foram dois meses nas aulas noturnas das sextas-feiras, das 19 horas às 22h50, para que tudo ficasse perfeito. O navio já estava pronto antes e foi feito em um trabalho que demorou três meses.

A ideia da maquete foi do professor e coordenador do curso, Julio Cesar da Silva Aquino, para tornar as aulas mais lúdicas para os alunos, já que há dificuldades para visitas nos espaços reais. “Quando a gente fala de operação portuária, para quem nunca viu fica complexo e difícil de explicar. Aí tive essa ideia para facilitar esse entendimento e leitura, podendo colocar em prática o que se vê em sala”, afirma.

Aquino dividiu a classe em seis grupos e cada um fez uma planta do espaço portuário. Embora um deles tenha vencido, todos os 24 alunos participaram de alguma maneira da elaboração da maquete.

“O grupo vencedor passou a planta da folha para a mesa tática, metade da sala ajudou a fazer a maquete e a outra metade se encarregou das pesquisas referentes aos equipamentos e cargos. Mas, no final, todos acabaram botando, literalmente, a mão na massa. Todos demonstraram muita vontade”, explica.

O professor e os alunos buscaram papelão no comércio. As soluções, no entanto, foram além. “Para o guindaste, por exemplo, foi utilizada uma carcaça de carrinho de bebê da minha filha. Ela está na estrutura que é móvel. E também papel Paraná, que é um que a gente consegue envolver e ele fica mais liso”, detalha.

Qualificação

Com duração de um ano e meio, o curso de Portos reúne alunos das mais diferentes idades - de 16 até 45 anos. É necessário, para concorrer a uma vaga no vestibulinho, que o interessado esteja no segundo ano do Ensino Médio ou ter concluído esta etapa.

“Todos estão entendendo que é muito importante ter esse nível técnico em operações portuárias. O trabalho braçal é o de menos. Hoje em dia a tecnologia está muito grande. Trabalhei na operação portuária por dez anos e vi muita coisa mudar”, recomenda o professor.

Segundo ele, quando os alunos se formam, a orientação é para que eles façam outro idioma e especializações, jamais fiquem parados no tempo. “Apesar de ser um curso excelente, um super técnico, eles precisam estar sempre motivados e nunca parar de estudar”, finaliza.

Futuro profissional

Depois de projetarem a maquete, os alunos do curso de Portos idealizam agora outra coisa: o futuro profissional na área. Todos terminam neste mês a qualificação. Morador da Esplanada dos Barreiros, em São Vicente, o promotor de vendas Leonardo José Ledesma de Paula, de 40 anos, está de olho nos cursos de vistoriador e conferente de contêineres, além dos que envolvem cargas perigosas (MOPP).



Leonardo (à esquerda), Maria Rita e Elias, com o professor Julio Cesar no centro: aprendizado constante Foto: Sílvio Luiz/AT

“Vou me qualificar antes do final do ano para isso para o caso de surgir uma oportunidade, além de ter o certificado de conclusão de curso da Etec. São cursos rápidos, de uma semana no máximo”, explica. “Entre no mercado em 2003. São 20 anos. Saí de funcionário para promotor de vendas. Sempre foi nessa área. Agora vou dar uma reviravolta na minha vida e ir para a área portuária”, emenda.

Já Elias Lopes, de 24 anos e residente no Catiapoã, também em São Vicente, já tinha alguma ligação com o Porto. Ele fez curso no Senai de Santos de movimentação de cargas, em convênio com a Usiminas. Lopes chegou a ser efetivado, deixou a empresa de Cubatão durante a pandemia de Covid-19 e, posteriormente, retornou por uma contratada como operador de ponte rolante.

“Pretendo, primeiramente, continuar estudando. Busco também o diploma de nível superior. É, também, focar no meu Inglês, que eu já tenho facilidade na leitura e na compreensão, mas falta a comunicação. Quero, provavelmente, continuar na trilha portuária, com gestão, mas também tenho bons olhos para a tecnologia, na área de programação. Seria um desafio, pois é algo que ainda não tenho facilidade, mas é também uma opção”, detalha.

Por fim, Maria Rita Rodrigues Sansanoski, de 25 anos e moradora do Rádio Clube, em Santos, na Zona Noroeste, ainda não definiu qual profissão seguir no ramo portuário. “Pretendo continuar estudando na área para poder me aprofundar mais e, assim, conseguir um cargo bom na área, de modo a evoluir profissionalmente”, afirma. “Pretendo, talvez, conseguir um estágio e, conforme as oportunidades forem vindo, vou continuar abraçando. Vai depender do que pintar. Estou aberta às opções”, finaliza.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 13/12/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

AEROPORTOS DO NORDESTE: AENA ACELERA INVESTIMENTO DE R\$ 2 BI

Em fevereiro de 2024, dois aeroportos do Nordeste terão a ampliação inaugurada pela Aena Brasil, que acaba de concluir as obras no Recife, dando sequência às expansões em Maceió, Juazeiro do Norte e Campina Grande

Por Fernando Ítalo

Concessionária de seis aeroportos do Nordeste, a operadora espanhola Aena atinge velocidade de cruzeiro no seu programa de investimentos de R\$ 2 bilhões na região, que faz parte de um pacote de R\$ 8 bilhões no Brasil. Nos estados nordestinos, a conclusão das expansões dos terminais de João Pessoa (PB) e Aracaju (SE) são as próximas da agenda, em fevereiro de 2024, dando sequência à

finalização das obras no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre, que teve a ampliação inaugurada nesta terça-feira (12).



Presidente da Aena no Brasil, Santiago Yus destaca esforço para que os aeroportos do Nordeste voltem aos níveis de movimentação pré-pandemia/Foto: Aena (Divulgação)

No pacote de recursos na região, R\$ 1,4 bilhão estão sendo destinados a obras estruturais e o restante a inovação (com a aquisição de sistemas), equipamentos e manutenção. O objetivo é não apenas aumentar a capacidade, mas também melhorar a qualidade dos serviços e a eficiência, num momento de recuperação do turismo nos estados nordestinos, indústria seriamente

afetada na pandemia da covid-19.

“Nossa atuação vai ter um papel indiscutível para que a movimentação aérea ultrapasse os números registrados antes da pandemia,” afirma o diretor-presidente da Aena Brasil, Santiago Yus.

A aceleração dos aportes da companhia na infraestrutura aeroportuária regional coincide também com os programas “Voa Brasil”, “Conheça o Brasil: Voando” e “Conheça Brasil: Realiza”, lançados recentemente pelo Governo Federal, por meio de parceria entre os ministérios do Turismo e Portos e Aeroportos com empresas de transporte aéreo de passageiros e outros segmentos da cadeia.

Essas iniciativas contemplam diversas ações para estimular o turismo interno, como redução do preço das passagens, financiamento de bilhetes pelo Banco do Brasil e promoção.



Aeroporto do Recife é o quarto a ter a ampliação concluída, depois dos terminais de Maceió, Juazeiro do Norte e Campina Grande/Foto: Léo Caldas (Aena Brasil)

Aeroportos do Nordeste: Aena aposta em potencial da região

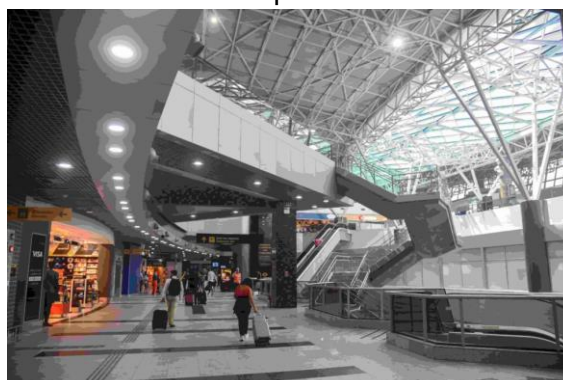
Santiago Yus ressalta a importância estratégica dos aeroportos do Nordeste para a empresa e a união de esforços para impulsionar o setor turístico nos estados nordestinos. “A região tem um potencial super significativo e estamos fazendo um trabalho a várias mãos para melhorar a conectividade, que não acontece

sozinho”, destaca.

“Temos instituições públicas, com incentivos fiscais para as linhas aéreas, fazendo nossos territórios mais atrativos. Já as companhias estão oferecendo descontos e a iniciativa privada aumentando a oferta de hotéis” ressalta. “

“Atuamos, nessa cadeia, fortalecendo a infraestrutura e também usando a inteligência de mercado para saber quais são os caminhos que percorrem nossos passageiros e fazer análises de rotas potenciais”, acrescenta.

Considerado um dos principais hubs aeroportuários do país, Aeroporto do Recife é líder em movimentação no Nordeste/Foto: Léo Caldas (Aena Brasil)



Aeroporto do Recife tem capacidade ampliada em 60%

No caso do Aeroporto do Recife, a ampliação e modernização geraram um incremento de capacidade operacional de 60% – para 15 milhões de passageiros por ano.

Foram realizadas intervenções como a ampliação da área construída em 40%, que incluiu o aumento do pátio de aeronaves e a implantação de um píer para voos internacionais. Reversível, a área pode ser utilizada em destinos domésticos.

Além disso, foram adquiridos quatro novos fingers (pontes de embarque), escadas rolantes, esteiras de bagagem automatizadas do check-in ao embarque e carrosséis de devolução de bagagem aos passageiros. A segurança foi outra área contemplada na expansão, com a instalação de tomógrafos para inspeção de todas as bagagens despachadas.

Já no segmento de serviços agregados, uma das preocupações do projeto foi a diversificação do mix de lojas, restaurantes e cafés na área comercial, visando atender a diferentes perfis de consumidores. O aeroporto passou a contar com um minimercado e um novo duty-free, que será aberto em breve.

O evento de inauguração contou com a presença do presidente global da operadora, Maurici Lucena, o ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, e a governadora Raquel Lyra. Antes da inauguração na capital de Pernambuco, foram concluídas pela Aena as expansões dos aeroportos de Maceió (AL), Juazeiro do Norte (CE) e Campina Grande (PB).



Pedro Ermírio ressalta participação do Banco do Nordeste no fortalecimento da infraestrutura portuária da região/Foto: BNB (Divulgação)

BNB e BNDES garantem financiamento para aeroportos do Nordeste

O incremento da infraestrutura aeroportuária regional vem sendo viabilizada por meio de financiamentos do Banco do Nordeste (BNB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações de crédito nas duas instituições para este segmento totalizam R\$ 1,8 bilhão. A maior parcela dos

recursos foi destinada ao Aeroporto dos Guararapes, que recebeu R\$ 509 milhões desse montante.

“Operamos a maior fonte de recursos para investimentos de longo prazo em infraestrutura na região, o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Então, pra nós é fundamental poder colocar R\$ 700 milhões só na ampliação de Campina Grande, Juazeiro do Norte e Recife”, frisa o superintendente do BNB em Pernambuco, Pedro Ermírio.

Quem é a Aena Brasil?

A Aena Brasil é marca registrada da espanhola Aena, considerada a maior operadora aeroportuária do mundo, em número de passageiros, pelo Conselho Internacional de Aeroportos.

A companhia também é a maior do país, administrando 17 aeroportos, em nove estados brasileiros, sendo responsável por 20% da malha aérea nacional e pela gestão de Congonhas, o segundo maior em número de embarques e desembarques.

Em 2022, seus 80 aeroportos e dois heliportos movimentaram 363,6 milhões de passageiros, sendo mais de 35 milhões no Brasil. Desde 2020, a Aena gere os equipamentos de infraestrutura do Recife (PE), Maceió (AL), João Pessoa (PB), Aracaju (SE), Juazeiro do Norte (CE) e Campina Grande (PB).

Em 2023, assumiu Congonhas (SP), Campo Grande (MS), Uberlândia (MG), Santarém (PA), Marabá (PA), Montes Claros (MG), Parauapebas (PA), Uberaba (MG), Altamira (PA), Ponta Porã (MS) e Corumbá (MS).

Na Espanha, a Aena opera 46 aeroportos e 2 heliportos. É acionista controlador, com 51%, do aeroporto de Londres-Luton no Reino Unido, além de gerenciar aeroportos no México (12), Colômbia (2) e Jamaica (2).

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 13/12/2023

COP28 APROVA ACORDO HISTÓRICO PARA AVANÇAR COM TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O texto não diz, porém, de forma clara, que os países desenvolvidos devem liderar o processo.

Da Redação ME



COP28: avanços históricos/Foto: Ricardo Stuckert/PR

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP28) aprovou nesta quarta-feira (13) um acordo para promover a transição energética, caminhando em direção à descarbonização da economia das nações. Esta foi a primeira conferência das conferências das Nações Unidas a citar o fim dos combustíveis fósseis.

O presidente da COP 28, Sultan Al Jaber disse que Dubai produziu um “pacote histórico”. A aprovação do documento foi negociada pelos Emirados Árabes Unido. “Temos uma formulação sobre as energias fósseis no acordo final, pela primeira vez. Devemos estar orgulhosos deste sucesso histórico, e os Emirados Árabes Unidos, o meu país, estão orgulhosos do seu papel para chegarmos até aqui”, disse Sultan Al Jaber.

O texto apela à “transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos de forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbônica em 2050, de acordo com recomendações científicas”.

O texto não diz, porém, de forma clara, que os países desenvolvidos devem liderar o processo. O texto evitou o termo “phase out”, que significa “eliminar” os combustíveis fósseis. A palavra era contestada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e pela Arábia Saudita. O termo adotado foi “transition away” (transição), o que deixa uma janela aberta para a continuação dos combustíveis fósseis.

Mesmo assim, o acordo foi celebrado por muitos delegados de diversos países como um avanço significativo. Para estes, o texto reconhece a necessidade de reduções profundas, rápidas e sustentadas das emissões de gases do efeito estufa em conformidade com as trajetórias de 1,5C”.

No entanto, os defensores da justiça climática e a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Aosis) afirmam que o texto ficou muito aquém do necessário e manifestam “preocupações”, entendendo que



a despeito de citar a ciência, o encontro deixou de tomar medidas relevantes apontadas pela própria ciência. “Sentimos que o texto não proporciona o equilíbrio necessário para reforçar a ação global para a correção do rumo das alterações climáticas”, diz comunicado da Aosis.

Pela primeira vez, há um reconhecimento da necessidade de abandonar os combustíveis fósseis/Pixabay



O texto ressalta outros objetivos energéticos, como triplicar a produção de energia renováveis globalmente e pede que se acelerem os esforços no sentido da eliminação progressiva da produção de energia a partir do carvão, além de duplicar a taxa média anula global de eficiência energética.

“Pela primeira vez, há um reconhecimento da necessidade de abandonar os combustíveis fósseis – depois de muitos anos em que a discussão dessa questão esteve bloqueada”, escreveu o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, na rede social X.

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, também reconheceu que foi a primeira vez que todos os países convergiram em torno da transição energética. Ela ressaltou que o Brasil pediu aos países desenvolvidos que liderem a transição energética e forneçam os meios necessários aos países em desenvolvimento. “É fundamental que os países desenvolvidos assumam a liderança na transição para o fim dos combustíveis fósseis”, disse a ministra brasileira do Meio Ambiente, Marina Silva.

A Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP28) aprovou nesta quarta-feira (13) um acordo para promover a transição energética, caminhando em direção à descarbonização da economia das nações. Esta foi a primeira conferência das conferências das Nações Unidas a citar o fim dos combustíveis fósseis.

O presidente da COP 28, Sultan Al Jaber disse que Dubai produziu um “pacote histórico”. A aprovação do documento foi negociada pelos Emirados Árabes Unido. “Temos uma formulação sobre as energias fósseis no acordo final, pela primeira vez. Devemos estar orgulhosos deste sucesso histórico, e os Emirados Árabes Unidos, o meu país, estão orgulhosos do seu papel para chegarmos até aqui”, disse Sultan Al Jaber.

O texto apela à “transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos de forma justa, ordenada e equitativa, acelerando a ação nesta década crítica, com o objetivo de alcançar a neutralidade carbônica em 2050, de acordo com recomendações científicas”.

O texto não diz, porém, de forma clara, que os países desenvolvidos devem liderar o processo. O texto evitou o termo “phase out”, que significa “eliminar” os combustíveis fósseis. A palavra era contestada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e pela Arábia Saudita. O termo adotado foi “transition away” (transição), o que deixa uma janela aberta para a continuação dos combustíveis fósseis.

Mesmo assim, o acordo foi celebrado por muitos delegados de diversos países como um avanço significativo. Para estes, o texto reconhece a necessidade de reduções profundas, rápidas e sustentadas das emissões de gases do efeito estufa em conformidade com as trajetórias de 1,5C”.

No entanto, os defensores da justiça climática e a Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Aosis) afirmam que o texto ficou muito aquém do necessário e manifestam “preocupações”, entendendo que a despeito de citar a ciência, o encontro deixou de tomar medidas relevantes apontas pela própria ciência. “Sentimos que o texto não proporciona o equilíbrio necessário para reforçar a ação global para a correção do rumo das alterações climáticas”, diz comunicado da Aosis.

O texto ressalta outros objetivos energéticos, como triplicar a produção de energia renováveis globalmente e pede que se acelerem os esforços no sentido da eliminação progressiva da produção de energia a partir do carvão, além de duplicar a taxa média anula global de eficiência energética.

“Pela primeira vez, há um reconhecimento da necessidade de abandonar os combustíveis fósseis – depois de muitos anos em que a discussão dessa questão esteve bloqueada”, escreveu o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, na rede social X.

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Marina Silva, também reconheceu que foi a primeira vez que todos os países convergiram em torno da transição energética. Ela ressaltou que o Brasil pediu aos

países desenvolvidos que liderem a transição energética e forneçam os meios necessários aos países em desenvolvimento. “É fundamental que os países desenvolvidos assumam a liderança na transição para o fim dos combustíveis fósseis”, disse a ministra brasileira do Meio Ambiente, Marina Silva.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 13/12/2023

TERMINAIS PRIVADOS JÁ MOVIMENTAM 40% DOS CONTÊINERES E PODEM SUPERAR PORTOS PÚBLICOS EM ATÉ TRÊS ANOS

Nos últimos cinco anos, a fatia dos terminais portuários de uso privado na movimentação de contêineres subiu nove pontos percentuais

Informações: CNN Brasil



Complexo do Pacém
Reprodução/Intergas Complexo do Pacém

Os terminais portuários de uso privado (TUPs) se destacaram na movimentação de contêineres no terceiro trimestre e alcançaram 40,1% de participação nesse tipo de carga, segundo números da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Nos últimos cinco anos, a fatia dos TUPs na movimentação de contêineres subiu nove pontos percentuais. Caso o ritmo de crescimento verificado em 2023 se mantenha, os terminais privados vão superar os portos públicos em até três anos, conforme estimativa da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP).

“Essa expectativa se fortalece quando observamos as perspectivas de novos terminais, já autorizados para movimentar contêineres, como a Imetame no Espírito Santo”, diz o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

Entre julho e setembro, foram movimentados 1,2 milhão de TEUs (equivalentes a um contêiner de 20 pés). De acordo com Barbosa, a movimentação de cargas containerizadas desempenha um papel crucial no cenário global do transporte de mercadorias.

“A utilização de contêineres oferece eficiência logística, segurança e versatilidade, tornando-se uma escolha preferencial para o transporte de mercadorias de alto valor agregado. Nesse cenário, os TUPs têm alcançado grande evolução de resultados, como atestam os números do terceiro trimestre”, afirma.

Os portos públicos — como Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Paranaguá (PR), Suape (PE), Aratu (BA), Rio Grande (RS) — são administrados pelo Estado e têm seus terminais específicos operados pelo setor privado. São como um shopping center, em que a gestão de responsabilidades comuns (acesso terrestre, dragagem de canais aquaviários, segurança) é estatal e as lojas (os terminais) são privadas.

No caso dos TUPs, tudo é privado — inclusive essas responsabilidades citadas, como dragagem e acesso terrestre.

Entre os 11 TUPs que movimentaram contêineres no terceiro trimestre, cinco associados da ATP se destacaram: Portonave (SC), Itapoá (SC), a DPW (SP), Chibatão (AM) e o Terminal Portuário de Pecém (CE). Juntos, os terminais movimentaram 95,2% do total de contêineres transportados por meio dos TUPs.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 13/12/2023

EMPRESA CANADENSE DE MINERAÇÃO INVESTIRÁ MAIS DE R\$ 1,5 BILHÃO NA BAHIA

Informações: Bahia Econômica



Ganhando destaque internacional no cenário da mineração, a Bahia assina contratos com empresa canadense para realizar projetos de extração de areia industrial em áreas da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM. Os investimentos, que devem ultrapassar o valor de um bilhão e meio de reais, significam uma grande revolução no setor, pelo potencial dos projetos em duplicar a capacidade energética no estado. Além disso, a implementação das unidades fabris resultará na geração de 1.681 empregos na Bahia. A solenidade de assinatura, com a presença do governador Jerônimo Rodrigues, será realizada nesta segunda-feira

(11) às 17h, na sede da CBPM, na 4ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia (CAB).

O acordo será formalizado com a empresa Homerun Brasil Mineração Ltda, subsidiária da canadense Homerun Resources Inc. Entre os projetos firmados está a instalação de plantas industriais em áreas em Santa Maria Eterna, no município de Belmonte, na Bahia. Alinhadas às práticas de tecnologia verde, os empreendimentos visam promover o desenvolvimento da economia baiana. O projeto deverá abranger também outros municípios como Ilhéus, com uma planta de beneficiamento que transformará a sílica in natura em sílica de alta pureza, e no Porto de Aratu, com a fabricação de células solares, um produto que tem o potencial de duplicar a capacidade de energia das placas fotovoltaicas. O investimento inicial será de aproximadamente R\$ 300 milhões, podendo chegar a mais de R\$ 1,5 bilhão.

De acordo com o presidente da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, Henrique Carballal, a assinatura destes contratos são fundamentais para o desenvolvimento da economia baiana e estão alinhados às normas de produção ambientalmente responsáveis. “Seguimos alinhados às práticas de tecnologia verde, sendo que o projeto se concentra na produção ambientalmente responsável de sílica, que é evidenciado ao observar o uso de água reciclável e a eliminação de resíduos químicos e biológicos”, explica. “Também teremos uma unidade industrial de produção de vidro solar para painel fotovoltaico, vidros especiais automotivos, vidros para embalagens, entre outros”. Entre as contrapartidas dos contratos está a implantação de um fundo para o desenvolvimento da educação nos municípios onde ocorrerem as operações de mina e de unidades industriais. “A fonte dos recursos do fundo será equivalente a 10% dos royalties da CBPM mais 10% adicionais sobre o valor dos royalties aportados pela Homerun”, afirma Carballal.

Além do investimento inicial que ocorrerá nos próximos quatro anos pela Homerun, também foi firmado com a CBPM um planejamento de exploração e fornecimento contínuo de sílica, no distrito de Belmonte, ao longo das próximas duas décadas. “Essa projeção para os próximos 20 anos é essencial para assegurar a oferta contínua desse recurso vital, considerando a rápida exaustão dos depósitos globais de sílica de alta pureza, que é o segundo recurso natural mais demandado globalmente, desempenhando um papel crucial na esfera da energia limpa e armazenamento, oferecendo benefícios substanciais com baixa emissão de carbono”, concluiu o presidente da CBPM.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 13/12/2023

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, O ÊMULO DO SETOR PRODUTIVO MINERAL DO BRASIL

Informações: IDM Brasil

Mais um ano próximo de se findar e o resultado da mineração brasileira nada mais é do que, mais uma vez, a Resiliência do Minerador Nacional.



O Minerador Brasileiro tem sofrido e muito com a inoperância e a prepotência de uma Agência Reguladora totalmente em dissonância com o setor produtivo brasileiro. Para se ter uma ideia hoje no Brasil, na mineração, existem 2.518 municípios produtores e mais 1.504 municípios que de alguma forma são atingidos pela mineração, deste número existem aproximadamente 9.415 empresas que compõem o setor mineral nacional, sendo 154 consideradas de grande porte (basicamente empresas internacionais como a Vale S/A, Brasken, Anglo Gold, Hydra, Samarco etc...), as demais empresas são divididas entre 1.037 empresas de médio porte que

produz entre 100 mil toneladas e 1 milhão de toneladas por ano, 2.809 empresas de pequeno porte, até 100 mil toneladas ano e mais 5.415 microempresas de mineração, todas essas sendo empresas nacionais e de economia local e regional. Números significativos sujeito a uma gestão toda atrapalhada da Agência Nacional de Mineração.

Chegamos ao final de 2023 e de maneira alguma podemos esquecer os acidentes ocorridos com o rompimento, no dia 5 de novembro de 2015, da barragem de Fundão, propriedade da mineradora Samarco, no distrito de Bento Rodrigues, no município de Mariana, estado de Minas Gerais, atingindo dezenas de cidades, rios, famílias, vidas e sonhos, deixando um rastro de destruição e morte por onde a lama passou e, também não podemos esquecer que mesmo antes dessa situação trágica ter sido resolvida novamente, em 25 de janeiro de 2019 outro acidente, o rompimento da barragem em Brumadinho, também no estado de Minas Gerais, considerado o maior acidente de trabalho no Brasil com perdas de vidas humanas e o segundo maior desastre industrial do século. Foi um dos maiores desastres ambientais da mineração no Brasil. Não bastasse também houve outro acidente, também considerado grave, na cidade de Barcarena, no interior do Pará, sobre a grave contaminação dos rios da região, causada pelo vazamento de bauxita das operações da empresa mineradora Hydro Alunorte em fevereiro de 2018, bastaram dois dias de fortes chuvas para que a subida do nível das águas revelasse a cor avermelhada da contaminação, lamentavelmente, nenhuma resposta efetiva até hoje foi assegurada a nenhum atingido, a não ser as medidas emergenciais da época, como a distribuição de água e algumas cestas básicas. Agora vem ao conhecimento da população brasileira o grave caso provocado pela empresa Brasken, na cidade de Maceió e que inclusive será investigado pela CPI do Congresso Nacional. Todos esses acidentes foram causados por empresas internacionais e consideradas de grande porte e de grande poder econômico. Tudo isso acontecendo com o silêncio mais absoluto da Agência Nacional de Mineração.

O interessante é que até hoje nenhum acidente ambiental foi provocado por pequenos e médios mineradores, ou seja, mineradores nacionais.

Estamos diante de situações que precisam ser investigadas e começam pela ANM e pode terminar nos ativos oferecidos em bolsas de valores e que ainda estão em fase de autorização de pesquisa. Começando pela ANM entendam o que vem acontecendo: em 15 de fevereiro deste ano de 2023, a Agência Nacional de Mineração (ANM), com o certame de leilão de áreas minerárias em andamento, anunciou o cancelamento da Oferta Pública de áreas de mineração, com a justificativa de que havia inconsistências no sistema utilizado para a realização do Leilão, ou seja, houve vazamento de informações sigilosas com relação aos participantes do leilão. Isso deveria ter sido motivo para uma investigação para se saber o que realmente acontece com o sistema de informática da ANM. Outro fato importante e que precisa ser esclarecido é porque processo datado de 1971 consta no Cadastro Mineiro da ANM ainda como fase de autorização de pesquisa e este mesmo processo parece integrar os ativos da empresa que detem apenas a expectativa do direito minerário.

Outro dado fundamental é que desde a implantação da Agência Nacional de Mineração, em 2019, foram realizadas apenas 55 reuniões do colegiado, prevalecendo um excesso de interpretações pessoais dos diretores e, com a análise de apenas pouco mais de 4 mil processos, destes processos mais de 70% foram indeferidos, numa afronta total ao minerador brasileiro. Estes 4 mil processos significam menos de 2% do total de análises processuais que tramitam na ANM, ou seja, na verdade



a ANM, hoje, presta um desserviço ao setor minerário brasileiro. Um modelo que precisa urgentemente ser repensado.

Continua uma dificuldade imensa para os mineradores obterem respostas da ANM, para se ter uma ideia, uma simples cópia de processo pode levar meses ou até anos, Cessão de Direito, ultrapassa um ano de espera por parte do minerador, análise de Relatório Final de Pesquisa pode passar de cinco anos para ser analisado, uma vergonha.

A ANM justifica a falta de servidores para essas análises, porém, não faltam tempo para esses servidores viajarem para todos os eventos, sejam eles nacionais ou internacionais, inclusive quando houve o rompimento da barragem de Brumadinho, o “site O Antagonista” publicou uma matéria com o título: “E o fiscal viajou”. Transparecendo que a ANM é mais uma agência de turismo do que uma agência reguladora.

Os acidentes ocorreram, aconteceram CPIs e, agora mais uma, o Caso Brasken, porém, jamais este órgão regulador foi submetido à uma investigação, talvez seja a hora de se investigar todos os atos praticados pela Agência Nacional de Mineração, investigar o que acontece com o sistema de T.I., investigar os ativos minerais, as sobreposições de áreas e inclusive os critérios que são adotados para a definição da pauta das reuniões do colegiado da ANM. Se quisermos construir um setor de mineração responsável e transformar o Brasil num país onde seja respeitado o nosso potencial mineral, devemos começar pelas políticas públicas do setor mineral, até hoje inexistentes, cobrar também do BNDES quais são os parâmetros técnicos para a criação de um fundo para investimento na exploração de minerais críticos no país. Isso foi dito pelo próprio presidente do BNDES que afirmou que o BNDES e a Vale S/A, estão trabalhando para a criação desse fundo. Primeiro o que significa minerais críticos no país? Outra coisa: mais uma vez o BNDES investirá em empresas fora do Brasil e deixará os mineradores nacionais, mais uma vez, sem nenhum tipo de apoio para que possam aprimorar suas empresas e suas técnicas de produção. Vocês sabiam que não existe nenhuma linha de crédito para o minerador brasileiro?

BNDES e Vale S/A, parceiros, dá prá acreditar?

Ou o Brasil muda ou estaremos destinados a uma doutrina de fracasso e submissão onde nosso principal benefício será o “Barraco e o Buraco”.

“A falsidade e a mentira são como um iceberg: a ponta é visível, mas a maior parte está escondida nas profundezas”.

Wagner Pinheiro

Presidente do IDM Brasil

Fonte: *Merco Shipping Marítima Ltda*

Data: 13/12/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

HIDROVIAS - GOVERNO AVANÇA NO ESTABELECIMENTO DA HIDROVIA DA LAGOA MIRIM

Diretor-geral participa de comitiva e afirma que ANTAQ fará sua parte para realizar primeira concessão hidroviária do país



O diretor-geral esteve junto ao ministro de Portos e Aeroportos, o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta e o embaixador do Uruguai, Guillermo Valles. Crédito: MPor

Brasília 13/12/2023 - Mais um passo para estabelecermos o modal hidroviário no Brasil. Essa foi a frase dita pelo diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Eduardo Nery, após a assinatura do aviso de licitação de dragagem da Hidrovia da

Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos.

Assinatura aconteceu em sessão solene no Uruguai e contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos (MPor), Silvio Costa Filho, do presidente do Uruguai, Luis Lacalle Pou, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, e do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

De acordo com o diretor-geral da ANTAQ, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), completou um importante passo para realizar as obras de implementação e dragagem da hidrovia. Caberá à ANTAQ estudar e aprovar o modelo de concessão para execução e gestão da hidrovia, trazendo manutenção e sinalização constante, no intuito de torná-la navegável ao longo dos anos.

“Mais um importante passo para a viabilização do modal hidroviário no país. Faremos a nossa parte e realizaremos estudos para realizar o processo de concessão dessa hidrovia que é prioridade no Plano de Geral de Outorgas Hidroviário”, disse.

O plano hidroviário tem como principal objetivo aumentar a competitividade e o desenvolvimento do Brasil. O documento aprovado estabelece que a exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis será feita por meio de concessão ou por meio de licitação.

Já o ministro do MPor, Silvio Costa Filho, ressaltou que o empreendimento é crucial para exportação de grãos nos dois países e que as obras, aguardadas há anos por ambos, impulsionarão a economia sul-americana.

“Uma obra importante que há mais de 62 anos é tão sonhada pela população dos dois países. Ela vai ajudar no escoamento da produção, ampliar as nossas exportações e fazer com que o Porto do Rio Grande possa melhorar ainda mais na exportação de grãos e importação de trigo e outros ativos fundamentais para a movimentação da economia”, falou.

Empreendimento e dragagem

Também conhecida como hidrovia Brasil-Uruguai. Inserida no Novo Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), o projeto está inserido no Novo PAC e deve ter investimento de aproximadamente R\$ 42 milhões e prazo de execução de 23 meses.

O projeto binacional de transporte hidroviário é constituído por trechos de sete rios e tem extensão total de 1.860 quilômetros. A navegação pelo canal fluvial permitirá o escoamento de cargas pelo Porto de Pelotas, liberando cargas por rotas no Oceano Atlântico.

O aviso de licitação foi publicado pelo DNIT no Diário Oficial da União (DOU) dessa segunda-feira (11). O documento prevê a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de projeto executivo de dragagem e execução de dragagem de implantação do Canal Navegável na Lagoa Mirim, compreendendo o Canal do Sangradouro (Extremo Norte) e o Canal de Acesso ao Porto de Santa Vitória do Palmar (Extremo Sul).

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 13/12/2023

ANUNCIADA A ELABORAÇÃO DO GUIA DE ENFRENTAMENTO AO ASSÉDIO DO SETOR AQUAVIÁRIO

Evento contou com debate entre representantes e ativistas do setor. ANTAQ e OAB assinam também TCT com o objetivo de divulgação da campanha de conscientização



Mesa foi composta por importantes representantes de órgãos públicos, atores e ativistas do setor portuário e da luta pelo enfrentamento ao assédio às mulheres. Crédito: Yago Brito

Brasília 12/12/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e com a Women's International Shipping and Trading Association – Brazil (WISTABrazil) anunciaram, nesta terça-feira (12), o

lançamento da elaboração do Guia de Combate ao Assédio no Setor Aquaviário.

Inspirado no Manual Lilás, o Guia de Combate ao Assédio no Setor Aquaviário será um manual de boas práticas para combate ao assédio contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira.

A cerimônia contou com a participação de toda a diretoria colegiada da Agência, bem como importantes representantes de órgãos públicos, atores e ativistas do setor portuário e da luta pelo enfrentamento ao assédio às mulheres.

A abertura dos trabalhos coube ao diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, que afirmou que o lançamento do guia é mais uma demonstração de que o combate ao assédio no setor foi incorporado pela Agência e contará com o apoio de toda a diretoria. Nery falou ainda de sua experiência em relação à pauta, mostrando que é preciso lutar para combater práticas abusivas no setor.

“Me sinto honrado de estar participando. Confesso que, em relação a essa pauta, tinha dificuldade em entender, uma vez que entendia que era irracional alguém pensar que, por conta de gênero, uma pessoa possa ter capacidades inferiores. Tive o prazer de conviver com grandes mulheres a quem sempre admirei. E, após conversar com elas, pude saber da luta e do sofrimento que todas passaram para poder atingir cargos relevantes. Hoje, tenho certeza de que esse ativismo é muito importante para o setor portuário e para o Brasil”, falou.

O Guia de Combate ao Assédio no Setor Aquaviário visa promover ambientes seguros, dar clareza do que se considera condutas abusivas, incentivar a criação de um ambiente de respeito e, principalmente, aproximar todo o setor aquaviário às políticas de apoio ao combate à violência de gênero.

Para o desenvolvimento da ferramenta, serão realizadas oficinas para o levantamento das ações e definição das diretrizes que darão a orientação para a elaboração do documento. Para as oficinas, serão convidadas empresas do setor aquaviário, academia e autoridades governamentais e não-governamentais que atuem ou desenvolvam práticas de combate à violência contra a mulher.

Ações de equidade



O evento contou com uma mesa redonda de discussão entre importantes mulheres do setor. Os debates foram conduzidos pela relatora do guia e diretora da ANTAQ, Flávia Takafashi, que explicou que a ferramenta será mais uma entrega da Agência no Protocolo de Intenções, assinado em março de 2022 com a WISTA Brasil, com o objetivo de estabelecer parceria para a cooperação no desenvolvimento de estudos e no compartilhamento de informações não confidenciais acerca do setor aquaviário brasileiro.

A primeira entrega feita pela ANTAQ trata do levantamento sobre equidade de gênero no setor aquaviário, onde mais de 300 empresas foram entrevistadas. Todo o levantamento já está disponível no painel "Resultados da Pesquisa de Equidade de Gênero", disponível no site da ANTAQ. Para saber mais, clique aqui.

“A ideia deste guia se baseia em todos os relatos e casos de assédio que tivemos no setor. Iremos pegar todo esse Manual Lilás da CGU e traduzi-lo para o setor portuário. Será uma elaboração conjunta com todos os agentes do setor. Entendemos que o Guia é uma ferramenta de política pública e de regulação para o setor. Se queremos eficiência e pujança e representatividade par economia, precisamos criar um ambiente de conforto para exercer suas funções”, explicou a diretora.

Debates

A primeira debatedora foi a ministra do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, que fez um comparativo entre o setor portuário e as forças armadas ressaltando que ambas ainda são redutos de masculinidades a despeito de a mulher estar cada vez mais presente. Ressaltou ainda que medidas como o guia oferecem aos trabalhadores um ambiente seguro para desempenho de suas funções.

“Acredito que o setor aquaviário é tão composto majoritariamente por homens como as forças armadas. A questão que dialoga com todo esse processo que estamos enfrentando e vivendo é o psico-terror, assédio moral, stalking, assédio sexual e, lamentavelmente, temos julgado isso, depois de maior integração feminina, em profusão no STM. E, normalmente, é sempre o gênero feminino o mais atacado. Infelizmente percebemos um aumento neste tipo de crime. É importante que medidas proativas como essa sejam efetivadas”, disse.

Outra debatedora foi a Procuradora-Geral Federal, Adriana Venturini. A advogada ressaltou que, neste ano, o Brasil contou com importantes avanços no combate ao assédio sendo eles a criação do Guia Lilás, elaborado pela Controladoria-Geral da União (CGU) em março, e a Lei 14540/2023, que institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

“Precisamos unir forças, elaborar manuais e realizar eventos para podermos transformar a sociedade que, infelizmente, é misógina e excludente. Nossa constituição cidadã traz uma série de princípios humanos importantes como a dignidade da pessoa humana, valor social do trabalho e proibição de qualquer discriminação. Tivemos muitos eventos pontuais importantes desde 1988, que trouxeram luz ao problema, mas não mudaram a realidade. Em 2023, tivemos avanços importantes como o Guia Lilás e a Lei 14540/2023 e, de fato, a PGF foi pioneira”, disse.

O debate contou com a presença da presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Macedo Pacobahyba, que falou sobre a necessidade de reeducar a sociedade. Para isso é importante entender que é preciso romper paradigmas através do diálogo.

“A educação é iluminadora uma vez que somos seres a partir da linguagem, que nos molda e nos traz conhecimento. E a educação vem a partir da linguagem que nomeia movimentos e ações. Antes, a mulher vivia em ambientes fechados hermeticamente com linguagens e verdades próprias. De um tempo para cá, percebemos que não há sentido nessa hermeticidade e diálogo excludentes. Estamos saindo da linguagem de poder, que elegeu estandartes e excluiu todos os outros. Não à toa o movimento contrário vem com uma rebordose muito grande”, comentou.



Já a palestrante e presidente da comissão de direito marítimo e portuário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional e vice-presidente da OAB de Pernambuco, Ingrid Zanella, falou sobre a política de enfrentamento ao assédio no Brasil. A advogada defendeu a necessidade de melhorias na Lei no intuito de trazer maior segurança para mulheres denunciarem assédios.

“É uma honra estar aqui para não tratar de processos, ou desenvolvimento específico do setor aquaviário, mas tratar de um desenvolvimento social do setor que é um norte para o país. Estamos construindo toda uma legislação para o combate ao assédio e acredito que ela deva ser ágil, célere e efetiva. Precisamos, por exemplo, trazer sigilo aos processos de violência sexual e de gênero que tramitam no Legislativo. Isso evita que as mulheres se sintam desconfortáveis em denunciar, deixando as margens do magistrado seguir ou não com o processo”, comentou.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, foi outra debatedora do painel ressaltando a parceria entre ANTAQ e MPor no lançamento do Guia. Falou ainda sobre a importância de buscar temas de combate ao assédio com o objetivo de chegar em todas as esferas do setor aquaviário, seja ele no âmbito público ou no privado.

“Sabemos que ainda temos um ambiente masculino, mas ver que a diretoria da ANTAQ abraçou essa causa junto ao Ministério é muito relevante. Precisamos de instrumentos para evoluir dentro do setor portuário. Não só no ambiente público, mas que chegue à ponta, podendo ser usado por terminais e autoridades portuárias. Só vamos conseguir trazer esses temas para o setor com a presença feminina. Muito do que vem sendo feito se dá graças a mulheres em cargos relevantes que estão levando a pauta a diante”, afirmou.

Outra debatedora foi a empresária, atriz, ativista e modelo brasileira Luiza Brunet, que compartilhou suas experiências com violência doméstica e sexual sofridas ao longo de sua carreira e como essas questões impulsionaram sua luta. Defendeu a necessidade da participação masculina na luta pela igualdade, em especial dentro do ambiente de trabalho.

“Hoje, o que mais gosto de fazer é movimentar as mulheres para dizer da importância de ter um ambiente de trabalho seguro, mas que haja autonomia emocional e financeira. A primeira devido ao fato da mulher se encontrar em estado de vulnerabilidade dentro de um relacionamento abusivo e esquecer do seu valor e de suas qualidades. A segunda é a busca de trabalhos seguros e com paridade. Também precisamos dos homens do nosso lado. Não acredito que a pauta feminina será alavancada sem sororidade entre os sexos”, comentou.

O evento de lançamento e o debate entre as autoridades e ativistas está disponível no Canal da ANTAQ no YouTube

Acordo de Cooperação

Após o debate, ANTAQ e OAB celebraram um Termo de Cooperação Técnica que tem como objetivo a divulgação da campanha de conscientização, prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira.

Intitulado “Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário”, o termo adota obrigações entre as partes. São elas: Ações de combate ao assédio moral e sexual dentro da própria instituição ou praticados contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira; e promoção em conjunto workshops e seminários de capacitação para o enfrentamento ao assédio moral e sexual ocorridos na própria instituição ou nos portos e na navegação brasileira.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 13/12/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

SILVIO COSTA FILHO ENTREGA NOVAS INSTALAÇÕES DO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE

A partir de agora, o aeroporto está equipado para atender a uma maior quantidade de operações de grande porte, incluindo voos internacionais

O setor terminal de passageiros do Aeroporto Internacional do Recife passou por uma expansão e modernização



Discurso Silvio Costa Filho

O Aeroporto Internacional do Recife ocupa a sétima posição entre os aeroportos mais movimentados do Brasil, recebendo uma média de 700 mil passageiros mensalmente. Para assegurar maior conforto aos viajantes, o terminal de passageiros passou por uma expansão e modernização, sendo reinaugurado nesta terça-feira (12). O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, participou da cerimônia, inspecionando de perto as melhorias implementadas.

Com essas alterações, o aeroporto agora dispõe de maior espaço e capacidade para lidar com um número superior de aeronaves, possibilitando a realização de operações de grande porte simultaneamente, inclusive voos internacionais.

Também foram realizados investimentos nas pistas de táxi e no pátio de aeronaves, com objetivo de cumprir integralmente as normas de segurança da aviação. Isso inclui o provimento de áreas de segurança no final da pista, a adequação das pistas de táxi e investimentos na pista de pouso e decolagem.

Silvio Costa Filho enfatizou que a construção do novo píer proporcionará mais conforto aos passageiros e contribuirá para a geração de empregos na região, uma vez que os viajantes contarão com uma nova infraestrutura para voos internacionais. "O maior programa social do Brasil é o emprego e a renda. É isso que traz felicidade e dignidade para as pessoas. E a gente viu a importância com a construção do aeroporto. E agora, com a ampliação, a gente está gerando mais emprego e oportunidade de trabalho", lembrou.

O ministro destacou ainda a importância do Novo PAC, programa de investimentos coordenado pelo Governo Federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, para acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, movimentando a economia local e reduzindo desigualdades sociais e regionais, conforme orientação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Serão investidos cerca de R\$ 1,7 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 1,4 trilhão até 2026 e R\$ 320,5 bilhões após 2026.

Passageiros transportados

De janeiro a outubro de 2023 foram transportados 7.072.602 passageiros, o valor representa 4,66% do total de passageiros transportados no País. Nos 10 primeiros meses do ano, na comparação com o mesmo período de 2022, o aeroporto de Recife apresentou crescimento de 2,08% no número de passageiros transportados.

Além disso, o Aeroporto de Recife é o 7º aeroporto do Brasil com mais voos realizados. De janeiro a outubro foram 60.962 voos. O número representa 4,62% das operações realizadas.

Reconhecimento

O Aeroporto do Recife é o quarto mais conectado do país, oferecendo conexões para 39 destinos domésticos e cinco destinos internacionais: Fort Lauderdale (EUA), Orlando (EUA), Lisboa (POR), Montevidéu (URU) e Buenos Aires (ARG). O aeroporto acumula prêmios internacionais de pontualidade e qualidade, destacando-se como o mais pontual do Brasil e o quarto do mundo por dois anos consecutivos, segundo uma empresa de consultoria do setor aéreo.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 13/12/2023

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

RODOVIAS - LIBERAÇÃO DE VIADUTOS NA BR-116/RS FACILITA ACESSO A MUNICÍPIOS DO SUL GAÚCHO

Estruturas localizadas em São Lourenço do Sul e Turuçu garantem mais segurança aos usuários da rodovia federal



BR-116/RS recebe ações e duplicação, adequação e ampliação de capacidade em um total de 211 quilômetros - Foto: Divulgação/DNIT

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, liberou ao tráfego dois viadutos na BR-116/RS, no Rio Grande do Sul: um no município de São Lourenço Sul e o outro em Turuçu. A medida garante mais segurança aos usuários que passam pelo trecho e faz parte dos serviços remanescentes dos lotes 7, 8 e 9 das obras de duplicação da BR-

116/RS, no trecho entre Guaíba e Pelotas.

Principal via de acesso ao sul do estado e ao Porto de Rio Grande (RS), a rodovia federal recebe ações e duplicação, adequação e ampliação de capacidade em um total de 211 quilômetros. A via também é o principal acesso do estado até o Uruguai, sendo também um dos principais corredores de escoamento de produção entre o Brasil e o Mercosul.

Serviços

A retomada dos trabalhos pelas equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) nos chamados lote 8 e 9 garantiu a entrega do viaduto longitudinal sentido Porto Alegre, localizado no quilômetro 483,1 da rodovia federal. Com a conclusão dessa travessia em pista dupla, com 93 metros de extensão, o departamento finaliza o complexo de viadutos paralelos no acesso ao município de Turuçu.

O complexo é formado por dois viadutos – o outro, sentido Pelotas, já estava em operação – e recebeu R\$ 17 milhões em investimentos federais. No segundo segmento falta duplicar oito quilômetros de pistas para a conclusão total dos trabalhos: a previsão é que atingir 100% dos serviços finalizados no primeiro semestre de 2024.

Também foram liberadas ao tráfego as três alças de acesso do viaduto localizado no quilômetro 465,4 da rodovia, em São Lourenço do Sul. A estrutura passa a facilitar o acesso da BR-116/RS para a ERS-265, além de garantir mais segurança no tráfego para ingressar no município e para a comunidade do Boqueirão. Os trabalhos de conclusão da quarta alça prosseguem: a futura liberação total do viaduto é prevista para fevereiro de 2024.



Via de grande fluxo

- Pelo segmento da BR-116/RS entre Guaíba e Pelotas transitam em média 3,8 mil caminhões de carga e mais de 2,2 mil veículos de passeio.
- Dos 211,2 quilômetros de duplicação previstos na estrada, já estão concluídos e em operação 163,2 quilômetros.
- Entre as melhorias que constam no projeto de duplicação se destacam travessias urbanas, ruas laterais, retornos operacionais, pontes, viadutos e passarelas.
- Além de promover o desenvolvimento na região, o Governo Federal, com a obra, oferece mais segurança e organização ao tráfego interno das comunidades do sul gaúcho.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 13/12/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – EM DEFESA DA EQUIDADE DE GÊNERO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A iniciava da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) em elaborar o Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário é um passo crucial na promoção da equidade de gênero nesse mercado estratégico. A colaboração entre a Antaq, o Ministério de Portos e Aeroportos e a Women's International Shipping and Trading Association – Brazil (WISTABrazil), para essa missão, é um exemplo de como diferentes partes interessadas podem unir esforços para enfrentar questões sensíveis e promover ambientes de trabalho seguros e respeitosos.

O guia, que já está sendo desenvolvido e é inspirado no Manual Lilás da Controladoria-Geral da União (CGU), terá o potencial de ser uma ferramenta abrangente e prática para combater o assédio no setor aquaviário. A realização de oficinas envolvendo empresas do setor, acadêmicos e autoridades, tanto governamentais quanto não governamentais, para a elaboração desse documento, vai garantir uma abordagem holística e inclusiva na definição de suas diretrizes.

É louvável que a Antaq reconheça a importância de criar um ambiente de conforto para todos os profissionais exercerem suas funções no setor. A equidade de gênero não é apenas uma questão de justiça social. Vai além, sendo também uma forma de se buscar a eficiência e pujança do setor. A diversidade de perspectivas e experiências fortalece as equipes e promove uma cultura organizacional mais inovadora e dinâmica.

A presença de mulheres no setor aquaviário é significativa. E enfrentar o psico-terror, assédio moral, stalking e assédio sexual é fundamental para garantir que todas as profissionais possam desempenhar suas funções livremente, sem temor. São necessárias medidas proavas para combater esses comportamentos prejudiciais.

O Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário pode se tornar um modelo para outros setores e uma referência na promoção de ambientes de trabalho seguros e respeitosos em toda a indústria. A conscientização, a educação e a implementação de práticas inclusivas são fundamentais para criar uma cultura que rejeite o assédio em todas as suas formas.

A Antaq merece reconhecimento por liderar essa iniciativa, e é crucial que as partes interessadas continuem colaborando para garantir que o guia seja abrangente, eficaz e aplicado de maneira consistente em todo o setor aquaviário. O compromisso com a igualdade de gênero não apenas fortalece as organizações, mas também contribui para uma sociedade mais justa e equitativa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AEROPORTO 1

O Aeroporto Internacional do Recife (PE), sétima maior unidade aeroviária do Brasil em movimento de passageiros, passou por uma expansão e modernização. Nessa terça-feira, dia 12, suas novas instalações foram entregues, em um evento que teve a participação do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. As melhorias, realizadas pela concessionária Aena Brasil, aumentaram em 60% a capacidade operacional do aeroporto, que, agora, pode receber até 15 milhões de viajantes por ano.

AEROPORTO 2

Com a expansão das instalações, o Aeroporto do Recife teve sua estrutura ampliada em 70 mil metros quadrados. Ganhou quatro novas pontes de embarque, um píer para voos internacionais, novas lojas e restaurantes. E recebeu melhorias nas pistas de táxi, que passam a contar com áreas de segurança em sua parte final, e no pátio de aeronaves. Essas obras permitem que a unidade possa ampliar o número de aeronaves em operação, inclusive realizando embarques e desembarques de grande porte simultaneamente.

AEROPORTO 3

Para o ministro Silvio Costa Filho, as melhorias no Aeroporto do Recife vão ampliar o conforto aos passageiros e gerar mais empregos na região. “O maior programa social do Brasil é o emprego e a renda. É isso que traz felicidade e dignidade para as pessoas. E a gente viu a importância com a construção do aeroporto. E agora, com a ampliação, a gente está gerando mais empregos e oportunidade de trabalho. Sob a orientação do presidente Lula, vamos trabalhar muito para levar cada vez mais desenvolvimento e infraestrutura para nossos aeroportos, estimulando o turismo de negócios e de lazer, gerando emprego e renda”, afirmou.

SEGURANÇA NO TRÂNSITO

O Ministério dos Transportes vai premiar os 18 melhores projetos para o aumento da segurança no trânsito desenvolvidos no último ano. A entrega das condecorações ocorrerá hoje, dia 13, às 14 horas, em cerimônia na sede da pasta, em Brasília. A iniciativa é da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran). O Prêmio Senatran 2023 contempla iniciativas, e produções técnico-científicas que contribuam para a promoção da segurança viária, tendo impacto na redução de sinistros e mortes em vias e rodovias nacionais. A cerimônia será transmitida pelo Portal BE News.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2023

NACIONAL - ANTAQ ANUNCIA GUIA DE COMBATE AO ASSÉDIO DO SETOR AQUAVIÁRIO

Manual lista boas práticas para o enfrentamento a qualquer conduta inadequada contra mulheres nos portos e na navegação

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



A relatora do Guia de Enfrentamento ao Assédio e diretora da Antaq, Flávia Takafashi, conduziu uma roda de conversa sobre o documento com autoridades femininas do setor / Crédito: Yago Brito/Antaq

AS EMPRESAS DO SETOR AQUAVIÁRIO, ACADEMIA E AUTORIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃOGOVERNAMENTAIS QUE ATUEM OU DESENVOLVAM PRÁTICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SERÃO CONVIDADAS PARA A ELABORAÇÃO DO GUIA



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) anunciou na terça-feira, dia 12, a elaboração do Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário. O documento está sendo elaborado junto com o Ministério de Portos e Aeroportos e com Women's International Shipping and Trading Association – Brazil (WISTABrazil).

O guia será um manual de boas práticas para combater o assédio contra mulheres nos portos e na navegação brasileira. Para o desenvolvimento do material serão realizadas oficinas para o levantamento das ações e definição das diretrizes que darão a orientação para a elaboração do documento.

As empresas do setor aquaviário, academia e autoridades governamentais e não-governamentais que atuem ou desenvolvam práticas de combate à violência contra a mulher serão convidadas para a elaboração do Guia.

A relatora do guia e diretora da Antaq, Flávia Takafashi, conduziu na terça-feira uma roda de conversa sobre a elaboração do documento. O evento contou com a presença das principais mulheres do setor.

A diretora Takafashi ressaltou que o manual é inspirado no Manual Lilás da Controladoria-Geral da União (CGU).

“A ideia deste guia se baseia em todos os relatos e casos de assédio que tivemos no setor. Iremos pegar todo esse Manual Lilás da CGU e traduzi-lo para o setor portuário. Será uma elaboração conjunta com todos os agentes do setor. Entendemos que o Guia é uma ferramenta de política pública e de regulação para o setor. Se queremos eficiência e pujança e representatividade para economia, precisamos criar um ambiente de conforto para exercer suas funções”, explicou Flávia.

A ministra do Superior Tribunal Militar (STM), Maria Elizabeth Rocha, fez um comparativo entre o setor portuário e as forças armadas ressaltando que ambas ainda são redutos de masculinidades a despeito de a mulher estar cada vez mais presente.

“Acredito que o setor aquaviário é tão composto majoritariamente por homens como as forças armadas. A questão que dialoga com todo esse processo que estamos enfrentando e vivendo é o psico-terror, assédio moral, stalking, assédio sexual e, lamentavelmente, temos julgado isso, depois de maior integração feminina, em profusão no STM. E, normalmente, é sempre o gênero feminino o mais atacado. Infelizmente percebemos um aumento neste tipo de crime. É importante que medidas proativas como essa sejam efetivadas”, disse.

Parceria

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, destacou a parceria entre Antaq e MPor no lançamento do Guia. Para ela, é importante buscar ferramentas de combate ao assédio com o objetivo de chegar em todas as esferas do setor aquaviário, seja ele no âmbito público ou no privado.

“Sabemos que ainda temos um ambiente masculino, mas ver que a diretoria da Antaq abraçou essa causa junto ao Ministério é muito relevante. Precisamos de instrumentos para evoluir dentro do setor portuário. Não só no ambiente público, mas que chegue à ponta, podendo ser usado por terminais e autoridades portuárias. Só vamos conseguir trazer esses temas para o setor com a presença feminina. Muito do que vem sendo feito se dá graças a mulheres em cargos relevantes que estão levando a pauta a diante”, disse.

A presidente da comissão de direito marítimo e portuário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nacional e vice-presidente da OAB de Pernambuco, Ingrid Zanella, ressaltou que existe a necessidade de melhoria na política de combate ao assédio no Brasil.

“Estamos construindo toda uma legislação para o combate ao assédio e acredito que ela deva ser ágil, célere e efetiva. Precisamos, por exemplo, trazer sigilo aos processos de violência sexual e de gênero que tramitam no Legislativo. Isso evita que as mulheres se sintam desconfortáveis em denunciar, deixando as margens do magistrado seguir ou não com o processo”, completou.

Durante a cerimônia, a Antaq e a OAB assinaram um Termo de Cooperação Técnica que tem como objetivo a divulgação da campanha de conscientização, prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual contra mulheres que trabalham nos portos e na navegação brasileira.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2023

NACIONAL - SENADO APROVA PROJETO DE LEI QUE REGULA A PRATICAGEM

Com placar de 12 a 0, texto passou em caráter terminativo na Comissão de Infraestrutura e vai direto à sanção presidencial

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Na opinião do presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos, prático Ricardo Falcão, a aprovação do Projeto de Lei 757/2022 aprimora os serviços do setor / Crédito: Divulgação / Praticagem do Brasil

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou na terça-feira, dia 12, o texto que aperfeiçoa a regulamentação da Praticagem, serviço obrigatório para a condução dos navios nos portos.

O texto foi aprovado em caráter terminativo na Comissão e por isso vai direto à sanção presidencial. O placar foi de 12 a 0 a favor da matéria.

Para o presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (Impa), prático Ricardo Falcão, a aprovação do Projeto de Lei 757/2022 aprimora os serviços do setor.

“As discussões foram uma oportunidade de demonstrarmos que, na verdade, a praticagem é um item de redução do Custo Brasil. Além de assegurar a entrada e saída de navios, mantendo os portos funcionando plenamente para a economia, a atividade investe continuamente em estudos, treinamento e tecnologias que contribuem para superar as limitações portuárias que impactam o Custo Brasil. Esses investimentos é que possibilitam que os navios hoje carreguem mais e demorem menos tempo para entrar nos portos e deles sair”, afirmou.

Para o relator da matéria, senador Weverton (PDT-MA), o Brasil está na vanguarda da segurança da navegação e elogiou o papel da Marinha neste sentido.

“No Brasil, em alguns determinados assuntos temos muito complexo de vira-lata. E, ao contrário, temos protagonismo e estamos na dianteira em vários temas, inclusive nesse. Somos referência no mundo nas normas da Marinha utilizadas aqui. Tínhamos que ter orgulho do índice de incidentes mínimos em nossas águas, considerando o tamanho do Brasil e do nosso litoral”, afirmou.

Durante a tramitação, o texto sofreu críticas por parte da Marinha que não concordou em ser o órgão regulador através do Projeto de Lei. Para a Marinha, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deveria ser responsável.

O relator reforçou que para incluir a Antaq, os deputados colocaram um artigo criando uma espécie de comitê incorporando a autarquia. “A autoridade formará e presidirá uma comissão temporária de natureza consultiva composta de representantes e inclui a Antaq”, explicou o senador.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2023

AGRONEGÓCIO - EXPORTAÇÕES DE ARROZ CAEM 5,2% EM NOVEMBRO, DIZ ABIARROZ

Mesmo com a queda em volume atual, a receita aumentou 4,4%

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



De acordo com o levantamento divulgado, pela Abiarroz, o acumulado de janeiro a novembro, o Brasil exportou 1,7 milhão de toneladas, com divisas de US\$ 599,6 milhões

As exportações de arroz (base casca) tiveram queda de 5,2% em novembro, comparado com o mesmo mês do ano passado, que de acordo com a Associação Brasileira da Indústria do Arroz (Abiarroz).

Foram 139,9 mil toneladas embarcadas, o equivalente a US\$ 56,6 milhões em receita, contra 147,5 mil t no mesmo mês em 2022. Mas, mesmo com a queda, a receita cresceu 4,4%, já que o faturamento de 2022 foi de US\$ 54,2 milhões. Os dados são Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

No acumulado de janeiro a novembro, o Brasil exportou 1,7 milhão de toneladas, com divisas de US\$ 599,6 milhões. Em relação ao mesmo período de 2022, quando as vendas externas alcançaram 1,8 milhão de t, representando US\$ 567,8 milhões, houve queda de 6,5% em volume e aumento de 5,6% em receita.

Arroz beneficiado

Já os embarques de arroz beneficiado tiveram em novembro o melhor desempenho do ano. As vendas externas totalizaram 92,5 mil t, significando US\$ 35,9 milhões. Na comparação com igual mês de 2022, o crescimento em volume foi de 160,3% e de 160,8% em receita.

Os principais destinos do cereal beneficiado (com maior valor agregado) foram Cuba, Senegal, Peru, Estados Unidos, Cabo Verde, Arábia Saudita, Trinidad e Tobago, Guatemala, Barbados e Israel.

Importações

Em relação às importações de arroz, no mês passado, foram de compradas 97,7 mil t, o equivalente a US\$ 42,7 milhões. De janeiro a novembro, o país importou 1,35 milhão de t, com desembolso de US\$ 491,9 milhões.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 13/12/2023

NACIONAL - ANTAQ SUSPENDE REALIZAÇÃO DO LEILÃO DE TERMINAL NO PORTO DE VILA DO CONDE

Certame do VDC04 estava previsto para esta quarta-feira (13)

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Até então, o leilão seria feito na forma de arrendamento simplificado, ou seja, quando não há realização de audiência pública. Agora, a Antaq mudou a orientação e informou que será necessária a realização de audiência pública para o VDC04/Divulgação

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) suspendeu, na tarde desta terça-feira (12), o leilão do terminal VDC04, localizado no Porto de Vila do Conde (PA), que estava marcado para esta quarta-feira (13).

Até então, o leilão seria feito na forma de arrendamento simplificado, ou seja, quando não há realização de audiência pública nem obrigatoriedade da análise de mérito do Tribunal de Contas da União (TCU), por conta do pequeno porte e risco reduzido.

Porém, com a suspensão, a Antaq mudou a orientação e informou que, agora, será necessária a realização de consulta e audiência públicas para o VDC04, terminal destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, em especial manganês e fertilizantes.

O objetivo, segundo a Agência, é obter subsídios para aprimorar os documentos técnicos e jurídicos relativos ao certame licitatório.

A decisão não deve se estender para os demais terminais agendados para o leilão de amanhã, às 14h, na B3, em São Paulo. São eles: PAR09, no Porto de Paranaguá (PR); POA02 e POA11, no Porto de Porto Alegre (RS); RIG71, no Porto de Rio Grande (RS), e do MAC15, no Porto de Maceió (AL).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 13/12/2023

PORTO DE SANTOS - POMINI PEDE ATENÇÃO DO ESTADO PARA NOVA LIGAÇÃO PLANALTO-SANTOS

Presidente da Autoridade Portuária de Santos participou do lançamento da Frente Parlamentar da Ligação Seca na Alesp

Por CÁSSIO LYRA cassio@portalbenews.com.br



O presidente da APS, Anderson Pomini, apresentou o cronograma sobre o túnel imerso que ligará as duas margens do Porto de Santos, cujo deverá ser lançado no final de 2024

NÓS SOMOS BRASILEIROS. NÓS ESPERAMOS O PROBLEMA CHEGAR PARA PODER ENFRENTAMOS E APRESENTAR AS DEVIDAS SOLUÇÕES. ESSE ANO, ESTAMOS COM PREVISÃO DE MOVIMENTAR 166 MILHÕES DE TONELADAS. É MUITO IMPORTANTE QUE TODOS OS ENTES SE DEBRUCEM SOBRE A ESTRUTURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA PISTA QUE LIGARÁ O PLANALTO A SANTOS"

ANDERSON POMINI
Presidente da APS



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, pediu atenção ao Governo do Estado para a construção de uma nova pista para conectar a capital paulista até o Porto de Santos (SP). Ele participou do lançamento da Frente Parlamentar do Túnel Santos-Guarujá (FPLS) na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), na manhã desta terça-feira (12).

Única rodovia de acesso para caminhões que vão até o Porto de Santos, a Via Anchieta, construída na década de 1940, vem apresentando gargalos para o modal rodoviário, que representa cerca de 70% do transporte de cargas ao cais santista.

O presidente da APS solicitou empenho e atenção especial à nova pista, assim como o Governo do Estado tem se colocado à disposição para a obra do túnel Santos-Guarujá, que será feita em conjunto com o Governo Federal.

“É urgente uma nova pista Planalto-Baixada. A Via Anchieta está definitivamente saturada para os caminhões. Estamos no limite total dessa rodovia ao Porto de Santos”, comentou.

Nos anos 1940, a movimentação de cargas no Porto de Santos era de aproximadamente 4 milhões de toneladas. Em 2022, o Porto de Santos registrou um novo recorde anual de 162 milhões de movimentações e, de acordo com o presidente, está previsto um novo recorde.

“Nós somos brasileiros. Nós esperamos o problema chegar para poder enfrentarmos e apresentar as devidas soluções. Esse ano, estamos com previsão de movimentar 166 milhões de toneladas. É muito importante que todos os entes se debrucem sobre a estruturação e construção de uma nova pista que ligará o Planalto a Santos”, disse.

Presente no lançamento da Frente Parlamentar, o deputado estadual Caio França (PSB) reforçou o pedido ao Governo do Estado, citando ainda, além das questões que envolvem os caminhões, mas também o fator do turismo, uma vez que todo o Sistema Anchieta Imigrantes (SAI) vem apresentando problemas quanto à sua capacidade.

ÚNICA VIA DE ACESSO PARA CAMINHÕES QUE VÃO ATÉ O PORTO DE SANTOS, A VIA ANCHIETA, CONSTRUÍDA NA DÉCADA DE 1940, JÁ VEM APRESENTANDO IMPORTANTES GARGALOS PELO MODAL RODOVIÁRIO, QUE REPRESENTA CERCA DE 70% DO TRANSPORTE DE CARGAS AO CAIS SANTISTA.

“Já havia dito ao secretário (Rafael) Benini, que o Governo do Estado deve se concentrar no projeto da terceira pista da Imigrantes. Vamos enfrentar agora um período de feriados de fim de ano e esse trajeto será um caos absoluto. Gostaria muito de ver uma concentração e esforços para podermos ter uma ampliação da rodovia, tendo em vista que é um assunto que tem total conexão com a ligação seca (túnel Santos-Guarujá)”, disse.

No mês passado, o presidente Anderson Pomini havia revelado que está marcada uma reunião para o ano que vem que envolverá prefeituras e representantes das cidades, onde cada um apresentará seu projeto ao Estado. A proposta da Autoridade Portuária de Santos é a construção de uma terceira pista da Imigrantes, que fizesse conexão com a segunda pista.

Na semana passada, o presidente do Porto de Santos foi convidado a fazer uma apresentação na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A diretoria de Infraestrutura da instituição firmou um compromisso de que vai ajudar a vocalizar a necessidade de uma nova ligação entre Planalto e o Porto de Santos.

Conforme números apresentados pela concessionária Ecovias e também pelo Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan), pelo menos 12 mil caminhões descem pela via Anchieta por dia, com o número podendo ser diretamente afetado em razões de intercorrência na rodovia, principalmente no que diz respeito a seu trecho de serra.

Túnel Santos-Guarujá

Pomini fez ainda uma apresentação do cronograma sobre o túnel submerso que ligará as duas margens do complexo portuário santista, entre Santos e Guarujá. Segundo ele, o edital da obra deverá ser lançado no final de 2024, com o início dos trabalhos previsto para o início de 2025.

A obra, que consta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, será entregue em meados de 2028/2029.

A Frente Parlamentar é presidida pelo deputado Tomé Abduch (PL). Participaram do lançamento os deputados Luiz Fernando Teixeira, Ricardo Madalena, Tenente Coimbra, Edna Macedo, Tenente Nascimento, Paulo Correa, Paulo Mansur e o secretário-executivo de Parcerias e Investimentos de São Paulo, André Isper.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2023

PORTO DE SANTOS - PORTO DE SANTOS PROMOVE SIMULADO DE ATENDIMENTO A ACIDENTE COM CAMINHÕES

Local escolhido para o exercício foi o Viaduto da Santa, na margem direita do cais santista

Por Cássio Lyra cassio@portalbenews.com.br



No suposto acidente, teria havido a colisão entre caminhões, ocasionando duas vítimas, princípio de incêndio e vazamento de óleo, podendo atingir a rede pluvial e canal do estuário / Crédito: Divulgação/APS

PARTICIPARAM DO EXERCÍCIO SIMULADO AS EMPRESAS BUNGE, CLI, COFCO, CONCAIS, COPERSUCAR, FIPS, DEICMAR/ BANDEIRANTES, HIDROVIAS DO BRASIL, MARIMEX, NITA ALIMENTOS E T-GRÃO

O Plano de Ajuda Mútua (PAM) do Porto de Santos, coordenado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), realizou nesta terça-feira (12) um exercício simulado de atendimento a acidentes. No cenário, dois caminhões, sendo que um deles carregado com combustível, bateram na subida do Viaduto da Santa, no bairro Paquetá, localizado à margem direita do cais santista.

De acordo com a APS, o objetivo do exercício foi coordenar as ações das diversas equipes em caso de um acidente real. Foram acionadas as brigadas das empresas da região, Brigada de Incêndio da Guarda Portuária, além de Samu (Serviço de Atendimento Médico de Urgência) e viaturas do Corpo de Bombeiros.

No suposto acidente, teria havido a colisão entre dois caminhões, ocasionando duas vítimas – uma desacordada e outra com possíveis fraturas -, princípio de incêndio e vazamento de óleo combustível, podendo atingir a rede pluvial e canal do estuário. Caminhões autobomba e ambulâncias foram deslocados rapidamente ao local, bem como equipes de contenção do vazamento do produto.

Participaram do exercício simulado as empresas Bunge, CLI, Cofco, Concais, Copersucar, Deicmar/Bandeirantes, Fips (Ferrovias Internas do Porto de Santos), Hidrovias do Brasil, Marimex, Nita Alimentos e T-Grão.

“Exercícios simulados permitem a promoção de orientações a importantes atores envolvidos no processo, como colaboradores da APS, prestadores de serviço, terminais e operadores portuários, além de usuários do porto. Traz conhecimento para agilidade e eficiência na mobilização de recursos e identificação de melhorias que serão implementadas para os próximos exercícios e, conseqüentemente, nos atendimentos futuros”, disse a Autoridade Portuária de Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2023

PORTO DE SANTOS - CAMPANHA CONTÊINER DO BEM LEVA PAPAI NOEL A COMUNIDADES DE SANTOS E GUARUJÁ

Iniciativa liderada pelos quatro maiores terminais do Porto de Santos promoveu distribuição de brinquedos a cerca de 3 mil crianças

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



Os brinquedos foram doados pelos terminais e por funcionários das quatro empresas, que aderiram à iniciativa voluntariamente e fizeram suas contribuições ao longo do último mês / Crédito: Divulgação/Santos Brasil

portuários de Santos – Brasil Terminal Portuário, DP World, Ecoporto Santos e Santos Brasil –, que deixaram a concorrência no campo dos negócios e se uniram em prol da solidariedade e do fortalecimento da relação Porto-Cidade.

Em vez do trenó, o Papai Noel optou mais uma vez por chegar de carreta com um contêiner estilizado do projeto às comunidades que ficam no entorno do maior porto da América Latina. E, como sempre, fez sucesso com a criançada e famílias presentes.

Os brinquedos foram doados pelos terminais e por funcionários das quatro empresas, que aderiram à iniciativa voluntariamente e fizeram as suas contribuições ao longo do último mês.

Já a distribuição contou com o apoio e suporte de instituições parceiras e dos voluntários dos terminais: Sociedade de Melhoramentos da Vila Pantanal, no Saboó; Instituto Arte no Dique na Zona Noroeste, ambos em Santos; Creche Tia Nice, no Sítio Conceiçãozinha; e Lugar de Menina é no Tatame, no Sítio Paecará, ambos em Vicente de Carvalho, Guarujá. As sedes dessas entidades foram os pontos de entrega dos presentes e da festa antecipada de Natal.

Em cinco anos de Contêiner do Bem, as empresas já realizaram a entrega de cerca de 10 mil brinquedos a crianças de comunidades socialmente vulneráveis da região da Baixada Santista.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2023

OPINIÃO – GESTÃO - 2050, X E O VOO DA BORBOLETA



JOSÉ GERALDO VANTINE

CEO da Vantine Logistics Consulting e conselheiro de Administração do Porto de São Sebastião
opinioao@portalbenews.com.br

Existem poucas certezas absolutas na vida em geral. A principal e mais importante é: “o tempo não volta, o tempo não para”.

Mas o que é o “tempo”? É o elemento medido mais complexo criado pela inteligência humana, e pilar das Ciências Físicas e da Matemática. E é parte do dia a dia: “Estou lutando contra o tempo”, “Não tenho tempo pra nada”, “Estou sem tempo” e por aí vai.



O tempo foi cientificamente fracionado e, para o cotidiano das pessoas e empresas, fico com apenas duas unidades: ano e hora. Ambos derivados da Astronomia. Assim, vivemos organizados na contagem dessas variáveis.

Diz a lenda, ou o ditado: “O tempo é o senhor da razão”. Será mesmo? Essa frase é atribuída a Marcel Proust, autor do clássico “Em busca do Tempo Perdido”. E é de fato intrigante!

Vejamos o ano 2025! A partir de uma decisão da Igreja Católica, o papa Gregório 13 definiu o calendário e a contagem do tempo como conhecemos hoje. E como, na época, a ciência era muito próxima da Igreja Católica, a nova contagem do tempo considerou o “Ano 1” o ano de nascimento de Jesus Cristo.

Qual a relação e a influência desse fato com o momento? A COP-28 – 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da ONU – indica que a meta geral é “zerar” a emissão de gases de efeito estufa até 2050, e coloca como principal solução o “transição energética”, substituindo a geração de energia a partir do petróleo, do carvão e do gás natural, fontes geradoras de CO₂. É a batizada “descarbonização”.

Ressalto aqui que se deve incluir o gás metano, não como gerador de energia, mas um “subproduto” da digestão de cerca de 1 bilhão de cabeças de gado bovino. E devem ainda ser considerados os tantos incêndios que ocorrem em todo planeta. A Amazônia está pagando o “pato” sozinha por “dar ibope” e para ampliar o poder de ONGs que avançam nas explorações da biodiversidade da floresta.

Como decorrência da descarbonização, em poucos anos surgiram inúmeros fundos de investimentos na Europa e nos USA para produção de H₂V (hidrogênio verde) da Bahia até o Ceará. Por isso, tomo a humilde liberdade de acrescentar um “E” e ficar “2ESG”. O Econômico está no comando, não o compromisso com o futuro do nosso planeta. Observe a leitura do relatório da COP 28 publicado nesse 12 de dezembro de 2023.

Aliás, em todas as pesquisas que faço, ainda não encontrei um estudo científico mostrando que o hidrogênio como combustível tem uma produção viável técnica e economicamente. Conforme postei no Conselho ESG do Brasil Export, matéria do jornal Valor Econômico destacou que, para produzir 1 Kg de H₂V, são necessários 58 Kwh, que equivalem a um terço do consumo médio de uma residência. E o colega Eduardo Athayde postou a informação de que o fundo Mubadala, de Abu Dhabi, vai investir R\$ 12 bi na Bahia para produzir “diesel verde” em uma biorrefinaria de processamento do fruto da Macaúba, cuja plantação vai ocupar 200 mil hectares.

Aí vem o “X” da questão! – no estudo da Matemática na escola de Engenharia, todas as equações (hoje algoritmos) tinham a incógnita identificada como o “X”. Poderia ser qualquer letra, mas o “X” sempre foi e ainda é o desconhecido a ser desvendado.

Na minha reflexão, o “X” é o conjunto de soluções desconhecidas para a substituição dos combustíveis geradores de gases de efeito estufa sem comprovação técnica, econômica e ambientalmente correta, para que, até 2050 (de novo, data “imaginária”), o planeta Terra volte ao equilíbrio da atmosfera limpa do final do século 19.

Sim, porque nessa fase foi descoberto o petróleo e tudo que conhecemos de seus derivados. Aí começamos a “sujar” o ar que respiramos, as águas de rios e oceanos, aumentando a temperatura do globo terrestre.

Curioso observar que a inteligência do ser humano levou milhões de anos para sair da condição de homo sapiens para o nível atual, em que cada 1 ano equivale a 1 milhão de anos em termos de evolução (essa é apenas uma abstração sem nexos fundamentados pelo autor).

Assim, leio os artigos de analistas e vejo reportagens sobre o que a COP28 trará de contribuição concreta. E Simon Selli, secretário executivo da convenção do clima, destaca que “as boas intenções



não vão reduzir pela metade as emissões dessa década. Só boas intenções não bastam” (jornal Valor Econômico de 7 de dezembro).

E onde entra a “borboleta” do tulo nesse contexto? Bem, as borboletas não seguem um “plano de voo” tal qual um pássaro. Além do mais, muito mais leve e de “asas frágeis”, não conseguem vencer a força dos ventos mesmo que seja uma brisa. E isso gera uma trajetória aleatória na análise “Origem – Destino”. E isso me fez recordar do “Movimento Browniano”, em que partículas se movem em movimentos aleatórios.

Faço uma analogia no contexto da preservação do Planeta Terra, porque pouco tem resolvido o conjunto de medidas das 27 conferências anteriores, especialmente porque governos mudam e muitas medidas inesperadas prejudicam todas as estratégicas e destroem todos os principais planos, com fortes impactos nas empresas. E se a “descarbonização” é da como a solução, pouco se viu como resultado do “Acordo de Paris”, assinado em 2015.

No bojo da aleatoriedade desse tema de máxima complexidade, vejo como extremamente difícil ou até mesmo impossível atingir a meta de “limitar a elevação da temperatura do planeta em 1,5°C até 2050. Isso não basta!

Assim, complemento essa análise colocando para reflexão um kit de sobrevivência - sei que muitos acharão utopia, mas será que as metas da COP28 também não serão?

- 1) Todas as nações encerram a “corrida espacial” por 10 anos e aplicam os recursos alocados numa “fundação da ciência Carbono Neutro”;
- 2) Carbono Neutro não é Carbono Zero. Em até 10 anos, temos de desenvolver uma tecnologia (do tipo catalizador) para neutralizar (não eliminar) a emissão de CO2 do meio de transporte;
- 3) Criar a matriz energética essencial para manter a humanidade em movimento. Esse talvez seja o maior desafio, pois não significa eliminar, mas reduzir, o uso do petróleo;
- 4.) Definir 10 anos como meta para automóveis usarem motorização com hidrogênio verde, elétrico puro, híbrido etanol – elétrico, em substituição à gasolina;
- 5) Definir 15 anos como meta para caminhões e ônibus usarem motorização com combustível carbono neutro”, em substituição ao diesel;
- 6) Definir 15 anos como meta para o transporte marítimo e fluvial usarem combustível “carbono neutro” em substituição ao bunker;
- 7) Definir 15 anos como meta para a indústria aeronáutica e as companhias aéreas encontrarem as soluções técnicas para substituir o QAV (querosene da aviação) ou gerar uma solução físico-química para neutralizar a emissão de gás de efeito de estufa;
- 8) Definir o prazo de 10 anos para as indústrias, em nível global, substituírem a geração de energia de origem fóssil, especialmente petróleo e carvão mineral;
- 9) Como país líder na produção de proteína vegetal (em especial soja e milho) e proteína animal, o Brasil deve manter a política de agricultura regenerativa e pecuária sustentável sem avançar por novas áreas de desmatamento (atenção: a COP30 será no Pará, hoje o estado que tem maior índice, com 22%);
- 10) A preservação da Amazônia brasileira é parte integrante da soberania nacional. O Governo da Nação deve “expulsar” as ONG’s estrangeiras que, há dezenas de anos, exploram a biodiversidade do bioma animal e vegetal. E ao mesmo tempo, tornar transparente o Fundo Amazônia e os recursos doados pelos países e suas finalidades.



De todas as atividades empresariais e pessoais, a Logística, os transportes e a mobilidade urbana são as que mais podem contribuir para salvar o planeta onde vivemos!

LEIO OS ARTIGOS DE ANALISTAS E VEJO REPORTAGENS SOBRE O QUE A COP28 TRARÁ DE CONTRIBUIÇÃO CONCRETA. E SIMON STIELLI, SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CONVENÇÃO DO CLIMA, DESTACA QUE "AS BOAS INTENÇÕES NÃO VÃO REDUZIR PELA METADE AS EMISSÕES DESSA DÉCADA. SÓ BOAS INTENÇÕES NÃO BASTAM" (JORNALVALOR ECONÔMICO DE 7 DE DEZEMBRO).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 13/12/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

PRESIDENTE DA APS APRESENTA CRONOGRAMA PARA INÍCIO DAS OBRAS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

Informações: Santaportal (13 de dezembro de 2023)

No Lançamento da Frente Parlamentar do Túnel Santos-Guarujá, na manhã desta terça-feira (12), na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, apresentou cronograma do túnel, com lançamento do edital em 2024, início da obra em 2025 e conclusão entre 2028/2029. O investimento estimado é de R\$ 5,4 bilhões.

Todos os deputados que prestigiaram o evento apoiaram a obra do túnel, independente da posição ideológica do partido ao qual pertencem. O deputado Luiz Teixeira (PT) pegou na mão do deputado Tomé Abduch (PL) e bradou: “Esquerda e direita juntas em apoio ao túnel Santos-Guarujá, uma obra para o bem de São Paulo e do Brasil”.

Pomini enalteceu a vontade de participação do Governo do Estado no túnel. E também pediu ao Estado nova pista de acesso Planalto-Baixada, uma vez que a Via Anchieta, inaugurada em 1947, ainda é hoje a única que permite a descida de caminhões, que representam perto de 70% do modal que traz cargas ao Porto de Santos.

Em 1947, o Porto de Santos movimentava 4 milhões de toneladas/ano. Hoje, Porto movimenta 164 milhões de toneladas/ano. E a única forma do caminhão descer é a faixa de direita da Anchieta. “É urgente uma nova pista Planalto-Baixada. A Via Anchieta está definitivamente saturada para os caminhões”, afirmou o presidente.

Participaram do evento, comandado pelo deputado Tomé Abduch, os deputados estaduais Caio França, Luiz Fernando Teixeira, Ricardo Madalena, Tenente Coimbra, Edna Macedo, Tenente Nascimento, Paulo Correa, Paulo Mansur, o secretário de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo, André Isper, secretários municipais de Guarujá, entre outras autoridades.

O presidente Pomini falou também sobre o Parque Valongo, os investimentos em zeladoria, a relação Porto-Cidades, dragagem, perimetrais, expansão das atividades portuárias e relocação para conjuntos habitacionais de famílias que vivem em palafitas na margem esquerda. Anderson Pomini enumerou os benefícios decorrentes do túnel, como a redução da poluição ambiental, mais segurança às 80 mil pessoas que cruzam o canal do Porto diariamente, melhor desempenho das operações portuárias, entre outras.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/12/2023

APS TEM NOVO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

Informações: Logweb (13 de dezembro de 2023)



Foto: APS

O advogado Gustavo Salvador Pereira é o novo diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da Autoridade Portuária de Santos (APS). Catarinense de Tubarão, Gustavo assume o posto até então exercido pelo engenheiro Eduardo Lustoza, que segue para novos desafios na iniciativa privada. O presidente Anderson Pomini informou também que Lustoza atuará como conselheiro da APS e coordenador da Comissão do Túnel Santos-

Guarujá.

Formado em Direito pela UNISUL, com MBA em Gestão Estratégicas de Negócios, Gustavo Pereira foi diretor Legislativo na Câmara de Vereadores em Tubarão-SC (2006 a 2008); secretário municipal na Cidade de Tubarão (2009 a 2012) e atuou por vários anos na iniciativa privada.

Em 2019, foi convidado para presidir a Companhia SCPAR – PARCERIAS, do Governo de Santa Catarina (2019 a 2020). Neste mesmo período, foi presidente do Conselho de Administração (Consad) dos portos de São Francisco do Sul e Imbituba. Em 2021 foi nomeado secretário Executivo do CODESUL, que reúne os estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, cargo que ocupou até março de 2023.

O presidente Anderson Pomini parabenizou a gestão de Eduardo Lustoza e desejou sucesso ao novo diretor, cujo processo de aprovação cumpriu o prazo regulamentar de 60 dias.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/12/2023

PORTOS PARANAENSES QUEBRAM RECORDE HISTÓRICO COM 60 MILHÕES DE TONELADAS EM 2023

Informações: Portos do Paraná (13 de dezembro de 2023)

A Portos do Paraná divulgou nesta terça-feira (12) uma marca histórica: a empresa pública registrou mais de 60 milhões de toneladas movimentadas em 2023, primeira vez que alcança esse patamar na operação de cargas em um único ano. Esse foi o segundo recorde alcançado em sete dias. O primeiro ocorreu no dia 27 de novembro, com a movimentação de 58,4 milhões de toneladas, superando as 58,3 milhões de toneladas movimentadas em 2022, que tinha sido o maior número até então.

Ao todo, foram praticamente 61 milhões de toneladas movimentadas nos portos de Paranaguá e Antonina, resultado de um crescimento contínuo ao longo do ano. De janeiro a novembro, houve um aumento de 17% nas exportações em comparação a 2022 (de 33,3 milhões de toneladas para 38,8 milhões de toneladas). As importações se mantiveram praticamente no mesmo patamar, de 20,2 milhões de toneladas em 2023 para 20,7 milhões até novembro de 2022.

As cargas que tiveram destaque neste recorde, em toneladas, foram a soja (aumento de 43%, de 9,6 milhões de toneladas para 13,7 milhões de toneladas) e açúcar a granel (26% de evolução, de 3,8 milhões de toneladas para 4,7 milhões).

O governador Carlos Massa Ratinho Junior comemorou a marca inédita com um ato no Palácio Iguazu ao lado do vice-governador Darci Piana, do secretário de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex, e do diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia.

Segundo do governador, a marca superou as expectativas graças à boa gestão da Portos do Paraná, reconhecida como a melhor do Brasil. “A eficiência da equipe fez com que superássemos a meta de 60 milhões em cargas movimentadas, algo que estava previsto apenas para o ano de 2030”, afirmou.



“Muitos se lembram das filas no Porto de Paranaguá, que envergonhavam os paranaenses, mas hoje ele é motivo de orgulho, eleito por quatro vezes consecutiva o melhor do País”, acrescentou. “O compromisso do Estado é continuar investindo em uma logística eficiente, porque isso ajuda o produtor rural, a indústria, as exportações do Paraná e de outros estados que utilizam os portos paranaenses”, destacou o governador.

Luiz Fernando Garcia explicou que os portos paranaenses contam com menos de 5 quilômetros de extensão para acostagem de navios, o que torna as marcas alcançadas ainda mais significativas. “Não à toa somos reconhecidos como um dos portos mais eficientes do mundo, movimentando um grande volume de cargas em um espaço reduzido”, disse.

“Isso só foi possível graças à muita inteligência logística, ajustes operacionais, adequações em tempo de manobras de caminhões e trens, o que fez com que alcançássemos 10 milhões de toneladas a mais de carregamentos e descarregamentos em comparação ao patamar de quando assumimos a gestão em 2019”, finalizou Silva.

FUTURO – Para o ano que vem, a expectativa da administração da Portos do Paraná é de seguir com esse movimento de alta. Para isto, nos próximos meses será iniciada a construção do Moegão, obra orçada em R\$ 592 milhões, e que consiste na implantação de um sistema exclusivo de descarga ferroviária de grãos e farelos. A expectativa é de um ganho de 63% na capacidade de desembarque de cargas com a novidade concluída.

“Mesmo em um ano extremamente chuvoso, a Portos do Paraná bateu o seu próprio recorde anual com quase um mês de antecedência e a perspectiva para os próximos anos é de melhorar ainda mais estes números”, avaliou Sandro Alex.

“A ampliação da infraestrutura para o acesso portuário é fundamental para que possamos atingir o novo objetivo, que é chegarmos em 90 milhões de toneladas movimentadas, e para isso estamos preparando todos os modais com o novo Moegão, que é a maior obra portuária do Brasil, além das novas concessões rodoviárias”, complementou o secretário.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/12/2023

ANTT FAZ VISITA TÉCNICA NO CHILE PARA EXPERIÊNCIA COM FREE FLOW

Informações: ANTT (13 de dezembro de 2023)

Comitiva brasileira conheceu de perto, durante dois dias, as experiências da Concessionária Rota del Maipo e outros órgãos relacionados

A Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Superintendência de Fiscalização (SUFIS), iniciou nesta segunda-feira (11) uma visita técnica de dois dias na capital do Chile, Santiago, para explorar e compreender a implementação do sistema de pedágio eletrônico Free Flow em rodovias chilenas. A comitiva brasileira conheceu de perto as experiências da Concessionária Rota del Maipo e de órgãos reguladores do país chileno. A ação conta com diversas atividades programadas, incluindo aprendizagem sobre a migração do modelo de Pedágio com Praças, amplamente utilizado no Brasil, para o modelo FreeFlow.

A visita começou com uma análise detalhada da Praça de Pedágio de Angostura, operada pela Concessionária Rota del Maipo. A equipe entendeu o funcionamento do sistema híbrido de pedágio, que combina o Multi Lane Free Flow (MLFF) e o Pedágio Canalizado. Além disso, foram apresentadas as experiências de migração do pedágio convencional para o MLFF.

A parte da tarde foi dedicada à visita técnica à Concessão AVO, proporcionando insights sobre a operação, back office e a operação conceitual do MLFF. A troca de conhecimentos entre as entidades fortaleceu a compreensão sobre a implementação bem-sucedida desse sistema inovador.



Houve também um briefing pela Kapsch sobre a tecnologia MLFF, sistemas de evasão e cobrança, papéis e responsabilidades, bem como as tendências de pedágio e estratégias de adoção de tags. A visita ao pátio da AVO e à concessionária Autopista del Aconcagua proporcionou uma imersão prática nas operações e monitoramento dos pátios em sistema híbrido.

A programação incluiu uma reunião com Globalvia – Autopistas del Aconcagua para compartilhar experiências sobre o uso do Free Flow, destacando seus benefícios e desafios.

Experiência chilena e lições aprendidas

Nesta terça-feira (12), segundo e último dia de visita, a programação está concentrada nas experiências do Chile com o Free Flow. A comitiva vai participar de uma visita à Direção Geral de Concessões do Ministério de Obras Públicas do Chile, onde serão discutidas as multas do sistema chileno, inadimplências e casos não cobráveis.

A tarde será dedicada à visita técnica à concessionária Ruta del Maipo, destacando a transição bem-sucedida do sistema convencional para o híbrido MLFF e pedágio canalizado. O foco está na estratégia da empresa para lidar com a transição e suas ações para a cobrança eficiente.

Para encerrar com chave de ouro está prevista uma importante reunião com os Carabineros de Chile, fornecendo uma visão abrangente sobre a segurança e a integração do Free Flow nas estradas chilenas.

Perspectivas para o Brasil

O Free Flow, uma inovação global em pagamento automático de pedágios, agora está sob avaliação no Brasil. A ANTT supervisiona um teste experimental conduzido pela CCR Rio-SP, na BR-101, oferecendo uma visão prática dos benefícios e desafios desse sistema no contexto nacional.

Os pedágios eletrônicos trazem vantagens significativas, incluindo a eliminação da necessidade de parar em praças de pedágio, maior segurança, fluidez, conforto e preservação de estradas.

A leitura de etiquetas eletrônicas (TAG) e a leitura da placa do veículo oferecem opções flexíveis para o pagamento da tarifa de pedágio, proporcionando uma experiência conveniente e eficiente para os usuários-consumidores.

“Com a visita técnica ao Chile, a ANTT busca aprimorar seu entendimento sobre a implementação bem-sucedida do Free Flow em outras jurisdições, fortalecendo o caminho para sua eventual adoção em território brasileiro. O intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências contribuem para a revolução tecnológica que estamos promovendo no setor de transporte rodoviário no Brasil para garantir mais segurança, fluidez e conforto para os usuários. Muito das ideias e experiências que vivemos neste ano em outros países já viraram realidade no Brasil, como o freeflow e o HS-wim”, finalizou o diretor geral da ANTT, Rafael Vitale.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/12/2023

APS E CETESB REALIZAM FISCALIZAÇÃO CONJUNTA DE CAMINHÕES

Informações: Autoridade Portuária de Santos (13 de dezembro de 2023)

“Operação RegulAr” autuou e orientou caminhoneiros em relação à emissão de fumaça

A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) realizaram, nesta terça-feira (12), uma fiscalização conjunta para verificação de emissão de fumaça pelos caminhões que trafegam no Porto de Santos. A atividade é denominada Operação ControlAr. Foi analisada a emissão de fumaça de 355 caminhões, dos quais 17 serão autuados em razão do não atendimento ao padrão colorimétrico do método Ringelmann (que mede o grau de enegrecimento da fumaça).

A ação aconteceu no bairro Paquetá, margem direita do Porto. Foram feitas vistorias dos veículos em movimento (observando a cor das emissões) e com os caminhões parados, neste caso usando equipamentos de medição nos motores em movimento (teste de opacidade). Neste, um dos veículos apresentou irregularidade e foi notificado pela Cetesb para que promova a regularização de seu sistema.

O objetivo da fiscalização é de educar os proprietários dos veículos a manterem os motores regularizados em relação à emissão de gases previstas pelas normas e, assim, melhorar a qualidade do ar no Porto.

Além da medição das emissões de gases, as equipes de fiscalização também orientaram motoristas, por meio da distribuição de panfletos educativos e abordagem direta, sobre a importância de manterem seus caminhões regulados, por meio da manutenção periódica de seus veículos, com vistas à prevenção da qualidade do ar.

Além dos objetivos da Operação Regular, a equipe de fiscalização da Autoridade Portuária também constatou problemas pontuais relacionados à operação portuária, sendo que um veículo será autuado por derrame de carga na pista, e dois terminais portuários serão autuados em razão da limpeza ineficiente das carrocerias dos veículos.

Os resultados da Operação demonstram que cerca de 5% dos veículos apresentaram emissão de fumaça preta acima dos padrões permitidos por Lei, o que significa que a grande maioria dos veículos em circulação no Porto de Santos atende aos limites aceitáveis de emissões atmosféricas.

Este elevado número de regularidade é resultado de políticas públicas que ao longo dos anos vêm exigindo padrões de emissão cada vez menores para os veículos à diesel em circulação no território nacional, fazendo com que, ano a ano, a idade média da frota de caminhões em circulação no Porto de Santos seja cada vez menor, e conseqüentemente, menos poluente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 13/12/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

PETROBRAS E CHEVRON LIDERAM CONSÓRCIOS DE 44 BLOCOS LEILOADOS EM PELOTAS

Grandes petroleiras confirmam nova aposta no petróleo do offshore do Rio Grande do Sul
Por Gabriela Ruddy / André Ramalho 13 de dezembro de 2023 Em Mercado offshore, Rodadas



Presidente da Petrobras Jean Paul Prates na coletiva de imprensa do Plano Estratégico 2024-28 (Foto: Agência Petrobras)

RIO – O 4º ciclo da oferta permanente de concessão da Agência Nacional do Petróleo (ANP), nesta quarta-feira (13/12), confirmou o interesse na Bacia de Pelotas como uma nova fronteira para exploração e produção marítima no Brasil por grandes empresas, incluindo a Petrobras e as majors Chevron e Shell.

Foram, ao todo, 44 blocos arrematados na bacia, que



está localizada no Sul do país, na fronteira com o Uruguai.

A Petrobras será operadora de 29 áreas, sendo 26 delas em consórcio com 30% de participação da Shell e três em sociedade com Shell (30%) e CNOOC (20%).

A Chevron contratou outros 15 blocos, com 100% da operação. No Brasil, a companhia tem ativos de exploração no pré-sal das bacias de Campos e Santos.

Houve, inclusive, disputa para 11 blocos. Ao todo, a previsão é de R\$ 1,56 bilhão em investimentos no programa exploratório mínimo das áreas, segundo cálculos da ANP. Os blocos arrematados em Pelotas garantiram R\$ 298,7 milhões em bônus de assinatura à União.

Nos últimos meses, representantes da Petrobras vinham sinalizando o interesse em Pelotas, sem prejuízo à aposta na Margem Equatorial, que no momento é a grande aposta da companhia para a próxima década, mas onde tem enfrentado dificuldades para a obtenção de licenças ambientais.

A petroleira precisa abrir novas frentes de exploração e produção dada a tendência de declínio natural das Bacias de Campos e Santos, no Sudeste.

Em entrevista a jornalistas depois da rodada, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, destacou que, com as aquisições no Sul do país, a companhia abre uma nova fronteira de exploração em uma região que também tem potencial para geração de energia eólica offshore.

“Inauguramos agora uma área nova, com menos perspectivas de problemas ambientais, de demoras [no licenciamento]. Até porque é uma área parecida com as bacias de Campos e Santos”, disse.

Petrobras devolveu blocos em Pelotas

Não havia, até então, nenhuma concessão vigente nas áreas marítimas da Bacia de Pelotas.

No passado, a Petrobras já chegou a ter quatro blocos na região, que foram devolvidos. Em 2019, a estatal tentou vender as áreas e reiniciar o processo de licenciamento ambiental, antes da devolução. Na época, o Ibama solicitou à companhia a realização de uma modelagem de dispersão de óleo, que não chegou a ser realizada.

O resultado da rodada de hoje confirma o interesse das grandes petroleiras no Sul do Brasil, assim como na Argentina e no Uruguai.

A costa uruguaia chegou a ter esforços exploratórios na década passada, mas não houve confirmação de descobertas. Em 2018, uma parceria entre a TotalEnergies e ExxonMobil fez com que o país, inclusive, recebesse a perfuração na maior lâmina d'água do mundo até então, a 3.400 metros de profundidade, no poço batizado como Raya.

O interesse na região ressurgiu recentemente, depois da descoberta em bacias análogas na costa africana, na Namíbia.

O diretor em pesquisa em upstream da Wood Mackenzie para a América Latina, Marcelo de Assis, lembrou em comentário no estúdio epbr na manhã de hoje, antes do leilão, que a Equinor deve iniciar uma perfuração em janeiro na costa da Argentina, confirmando o interesse na região.

“Faz muito tempo que não são perfurados poços em Pelotas, nos últimos leilões ninguém se interessou por essas áreas”, disse.

A tendência é que a região entre em produção dentro de dez a quinze anos, caso confirmadas descobertas.

Licenciamento para sísmica já é realizado

A Bacia de Pelotas surge como uma aposta de nova fronteira com menor risco de problemas para obtenção de licenciamento ambiental do que a Margem Equatorial, segundo especialistas.

“Uma pergunta que nós temos é como vai ser o posicionamento do Ibama em relação ao licenciamento em Pelotas, se vão adotar uma postura mais conservadora ou minuciosa, como estão fazendo com a Margem Equatorial”, disse o diretor da Wood Mackenzie.

O CEO da TGS, João Correa, destacou em comentário ao estúdio epbr que duas das grandes áreas arrematadas em Pelotas hoje já têm licença ambiental ativa para o levantamento de dados sísmicos.

“Depois da sísmica, vem a perfuração e existe a necessidade de mais dados ambientais. Por que não juntar o esforço da indústria e fazer o levantamento desses dados para o Ibama?”, sugeriu Correa.

Para o sócio da área de Infraestrutura e Energia do Mattos Filho, Felipe Feres, não são esperados desafios para licenciamento ambiental em Pelotas, apesar de ser uma área de nova fronteira.

“É uma nova fronteira exploratória que vem há tempos tendo campanhas sísmicas consistentes. Não é uma região com sensibilidade ambiental e é uma área semelhante às bacias de Santos e Campos, com litoral com bastante atividade industrial”, disse.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 13/12/2023*

COMO FICA O MERCADO DE CARBONO DEPOIS DA COP28?

Brasil continua ocupando uma posição muito privilegiada no presente e futuro mercados de comercialização de carbono, escreve Tatiana Cymbalista
Por Opinião 13 de dezembro de 2023 Em Agendas da COP, Clima, Colunas e opinião, Congresso



Tatiana Cymbalista é sócia da Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques Sociedade de Advogados (Foto: Divulgação)

Em maio de 2022, foi editado o decreto n. 11.075 que se propunha a instituir o Sistema Nacional de Redução de emissões de gases de efeito estufa (Sinare). Em verdade, o decreto era lacônico e não oferecia uma regulação completa e exaustiva sobre o tema.

O texto também abria espaço para a autorregulação: estabelecia um prazo para que determinados setores apresentassem voluntariamente seus planos setoriais de mitigação climática. Em outras palavras, previa que caberia a cada setor identificar qual seria a melhor forma de reduzir suas emissões.

Independentemente de seus potenciais defeitos ou virtudes, o decreto caiu em desuso com a assunção do novo presidente. Com ênfase muito maior na agenda climática, o novo governo federal já encaminhou para o Congresso uma série de leis nessa matéria, sobretudo com a proximidade e o evento da COP28.

Só nas últimas semanas, aprovou na Câmara o marco regulatório das eólicas offshore, o marco regulatório para a captura e armazenamento de carbono (CCS), as regras para o hidrogênio com baixa emissão de carbono e, finalmente, o projeto de Lei que regulamenta o mercado de carbono.

Ao contrário do decreto anterior, esse PL (1425/2022) oferece, efetivamente, uma verdadeira moldura para a criação e desenvolvimento de um mercado regulado doméstico de redução ou sequestro de gases de efeito estufa.



Era para a lei ter saído durante a própria COP28, mas na última hora o Congresso considerou que as discussões continuariam no ano que vem. Aqui na COP, congressistas de todos os lados (ambientalistas e agro, região norte e região sul) disseram que há modificações a serem feitas no projeto.

Quando entrar em vigor, essa nova regulação propiciará a implementação de um mercado regulador de carbono no Brasil, ou seja, um mercado em que há atores econômicos que são obrigados a mitigar suas emissões. Caso consigam, o resultado excedente dessa mitigação gera um ativo que pode ser vendido. Caso não consigam, eles devem adquirir os créditos daqueles que tenham feito a lição de casa.

Convém lembrar que isso não se confunde com o mercado voluntário de carbono, que já existe, tanto nacionalmente quanto internacionalmente. Esse mercado corresponde às transações voluntárias (ou seja, sem obrigação legal) entre agentes privados ou públicos para a negociação de créditos de carbono em suas diferentes formas.

O projeto de lei não regula esse mercado voluntário, porque sua essência é exatamente a de permitir todos os arranjos privados possíveis, mas ainda assim traz termos comuns e bases de estabilidade para o mercado voluntário e, especialmente, a sua relação com o mercado regulado.

Grosso modo, o PL prevê que aqueles créditos que sejam contabilizados no âmbito de um mercado não podem ser novamente contabilizados no âmbito do outro.

E como fica o mercado regulado brasileiro aqui na COP, já que a lei ainda não foi aprovada?

Em princípio, COPs não cuidam dos mercados domésticos de carbono, ou dos mercados voluntários. As COPs não costumam tratar de como os países vão mitigar suas emissões, mas tão somente de estabelecer em que velocidade e em que grau devem fazê-lo.

Algumas exceções existem, como a discussão quanto ao abandono ou a redução da utilização de combustíveis fósseis, ou ainda os incentivos para soluções baseadas na natureza (nature based solutions).

Por isso, o mercado voluntário continuará existindo como existiu até agora ("à margem da lei") e o mercado regulado continuará dependendo da aprovação da lei que o cria e implementa coercitivamente.

Ainda assim, a COP oferece muitas discussões sobre a possibilidade de países e empresas cooperarem internacionalmente para a redução dos gases de efeito estufa, ou então de adquirirem créditos de carbono que tenham sido produzidos em outro país.

Esses diferentes mecanismos de interação, previstos no Artigo 6 do Acordo de Paris, são uma pauta importante da COP. Esta COP não é diferente, discute-se a possibilidade e os limites do mecanismo REDD+ (reducing emissions from deforestation and forest degradation) como crédito de carbono, as suas diferenças com a chamada conservação incrementada ou aprimorada, além da possibilidade e velocidade de se eliminar ou reduzir o uso de combustíveis fósseis.

Se a ocorrência de mais uma COP vai oferecer alguns tratados adicionais que favoreçam a constituição de um mercado doméstico ou internacional de carbono, ainda é necessário esperar algumas horas.

O que permanece indiscutível, antes ou depois dessa COP, é que o Brasil continua ocupando uma posição muito privilegiada no presente e futuro mercados de comercialização de carbono.

Isso porque nós contamos com uma matriz limpa de energia. Ao contrário dos países do hemisfério norte (e alguns do Sul), o país não precisa limpar sua matriz, ou mudar toda a sua estrutura de produção para comportar uma forma mais limpa de produção de energia.

Ao contrário, as principais emissões do Brasil estão associadas a desmatamento ou degradação de terras, bem como à agricultura e pecuária do país. Em outras palavras, o Brasil já conta com uma lição de casa mais fácil do que outros países, porque pelo menos metade de sua meta pode ser atingida com um simples não fazer (não desmatar), ao invés de ter que alterar processos produtivos. Além disso, nós possuímos estoque de carbono, biodiversidade e florestas cujo valor precisa ser reconhecido e preservado.

No que tange às atividades de produção de bens e serviços, também a agricultura, a pecuária e a mineração poderão ser fontes de geração de créditos de carbono.

Fato é que essas características do Brasil, juntamente com estabilidade institucional e posição geopolítica favorecem investimentos intensivos nacionais e estrangeiros nessa agenda.

Resta saber em que velocidade esses recursos entrarão e como vamos garantir que eles se tornem efetivamente uma fonte de capacitação, desenvolvimento e redução de desigualdades no longo prazo.

Este artigo expressa exclusivamente a posição da autora e não necessariamente da instituição para a qual trabalha ou está vinculada.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 13/12/2023

DEZ ANOS APÓS O PRIMEIRO LEILÃO DE PARTILHA, O QUE AINDA RESTA NO PRÉ-SAL?

ANP tem áreas em leilão e análise com volumes estimados de 24 bilhões de barris
Por André Ramalho e Gabriela Ruddy 13 de dezembro de 2023 - Em Mercado offshore, Política energética, Rodadas



FPSO Sepetiba chega ao Brasil para produzir no campo de Mero, no pré-sal da Bacia de Santos (Foto: Divulgação)

RIO – A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai leiloar nesta quarta (13/12) cinco blocos sob o regime de partilha do pré-sal com volumes estimados de 18 bilhões de barris de petróleo e gás natural.

Na fila, para ofertas futuras, há outros cerca de 6 bilhões de barris em diferentes estágios de análise

interna pelo governo federal.

Considerando a área exploratória no polígono do pré-sal, em que é obrigatória a contratação no regime de partilha, o regime chega ao seu décimo ano desde o primeiro leilão com 65% da área desocupada.

Desde o ano passado, os blocos de partilha entraram na oferta permanente. Os leilões são definidos a partir de manifestações prévias de interesse.

Será o segundo ciclo da oferta permanente de partilha, em conjunto com o 4º da concessão, em que também serão leiloados blocos nas bacias marítimas de Santos (fora do polígono), Pelotas e áreas terrestres.

A ANP vai ofertar, nesta quarta (13/12), cinco blocos no polígono do pré-sal, no 2º Ciclo da Oferta Permanente da Partilha. Em paralelo, o governo avalia a inclusão de ao menos outras 13 áreas no cardápio da OPP.



O que ainda há no pré-sal?

Em dez anos, 23 áreas foram arrematadas nas rodadas de partilha – considerados os leilões dos excedentes da cessão onerosa, que incluíam ativos com descobertas já comerciais.

Hoje, cinco blocos serão ofertados e o governo avançou esse ano com os trabalhos para ofertar outras 13 áreas no polígono do pré-sal.

Nesta quarta, vão à leilão:

- Turmalina (Campos) – localizado a leste dos campos de Roncador e Albacora Leste, com volume de óleo in place (VOIP) de 2,26 bilhões de barris, mais potenciais seções geológicas não testadas (upside) de 1,36 bilhão de barris.
- Jade (Santos) – VOIP estimado em 2,91 bilhões de barris e upsides de 4,2 bilhões de barris;
- Cruzeiro do Sul (Santos) – a leste do campo de Tupi, maior campo produtor de petróleo do país, e a oeste do bloco BM-S-24 (Júpiter); 1,17 bilhão de barris de condensado e 1,82 bilhão de barris de óleo, com upsides são estimados em 3 bilhões;
- Tupinambá (Santos) – VOIP estimado em 4,2 bilhões de barris;
- Esmeralda (Santos) – 5,88 bilhões de barris, o que inclui o prospecto de Tupã, no mesmo bloco.

O volume de óleo in place é uma estimativa inicial do potencial de reservas, que é confirmado apenas com a perfuração de poços, testes de produção e estudos de reservatórios.

As eventuais reservas comerciais levarão em conta também aspectos econômicos, caso descobertas sejam confirmadas. O volume total de 18 bilhões de barris citado no início do texto não leva em conta os upsides.

Na avaliação da ANP, Cruzeiro do Sul apresenta risco exploratório exclusivamente associado aos upsides, uma vez que se trata de extensões de prospectos já perfurados. O teor de CO₂, contudo, pode inviabilizar o aproveitamento comercial do reservatório.

Esmeralda e Jade são considerados de riscos moderados, com volumes relevantes, caracterizando alto prêmio, segundo estimativa dos geólogos da agência.

Apesar das muitas incertezas de Esmeralda, já foi perfurado um poço com indícios de óleo na área.

Os blocos Ágata e Tupinambá, por sua vez, são de fronteira exploratória e apresentam risco exploratório alto a moderado. Na porção norte de Tupinambá, já foram perfurados poços exploratórios que, mesmo em situação desfavorável, reportaram indícios de óleo.

Os dados do leilão de hoje são do sumário geológico, publicado pela ANP em 2022.

Governo avalia ofertar mais áreas no pré-sal

O Ministério de Minas e Energia já tem 11 blocos mapeados para levar ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), incluindo algumas áreas já conhecidas do mercado, como Itaimbezinho (Bacia de Campos) e Ágata (Bacia de Santos).

Itaimbezinho foi incluído na oferta permanente, mas teve que ser retirado este ano porque expirou a validade da manifestação conjunta entre os ministérios de Minas e Energia e do Meio Ambiente.

Essa etapa é necessária, em razão da ausência da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar da Bacia Sedimentar (AAAS), um estudo ambiental que englobaria toda a bacia e precisaria ser contratado pelo governo.

As áreas em águas profundas de Campo e Santos, principal província petrolífera brasileira, não têm representado um risco na emissão de licença de poços exploratórios.



Ágata já faz parte do portfólio da oferta permanente. Não entrou no leilão de hoje por falta de interesse do mercado.

Completam a lista do MME: Citrino, Larimar, Ônix, Jaspe, Safira Leste, Safira Oeste, Amazonita, Mogno e Ametista.

Esses 11 blocos têm potencial de 1,73 bilhão a 3,69 bilhões de barris de óleo in place não riscados, segundo o MME.

Na semana passada, a ANP aprovou, ainda, os estudos geológicos e econômicos de mais duas áreas, Rubi e Granada, ambos localizados na Bacia de Santos.

É o rito: ANP estuda, MME aprova e envia para o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Na sequência, estão aptos para inclusão nos leilões.

“Apesar do grande sucesso com adição de campos gigantes nos últimos dez anos, ainda é necessário investir em exploração para acessar os potenciais volumes de óleo que permitirão alongar o pico de produção do polígono do pré-Sal”, comentou o coordenador de Geologia e Petrofísica da PPSA, Carlos Eduardo Cardoso, durante participação na OTC Brasil deste ano.

O fim das grandes rodadas

Com a inclusão de áreas de partilha do pré-sal na oferta permanente, o governo consolidou a modalidade de contratação sob demanda como principal forma de licitação de blocos exploratórios no país.

A 6ª rodada de partilha, em 2019, negociou apenas Aram, uma das cinco áreas oferecidas no modelo anterior, em que partia do governo a seleção das áreas. A licitação foi marcada pela ausência das petroleiras internacionais.

Após o baixo índice de contratação de áreas na 17ª rodada de concessões, que negociou cinco dos 92 blocos ofertados, em outubro de 2021, o governo decidiu então adotar a oferta permanente como o modelo único para contratação de áreas de exploração.

Os ativos que seriam oferecidos nas 7ª e 8ª rodadas de partilha foram, assim, transferidos para o cardápio de áreas da oferta permanente.

A mudança vem acompanhada da redução na barreira de entrada. Da atual carteira da oferta permanente, Tupinambá é o ativo com menor bônus de assinatura (R\$ 7 milhões) e Cruzeiro do Sul é o mais caro (R\$ 134 milhões).

Mesmo que todas as áreas do 2º ciclo sejam arrematadas – o que aconteceu apenas na 1ª e 5ª rodadas de partilha –, o bônus arrecadado pela União será o menor de todas as rodadas nesse regime até então e somará, no máximo, R\$ 289,37 milhões.

Na partilha, os bônus de assinatura são fixos, pois a competição se dá pelo percentual de lucro oferecido à União, em petróleo e gás produzido.

Mesmo sem correção monetária, até hoje o valor mais alto de bônus foi, de longe, no primeiro leilão, em 2013, quando foi ofertada a área de Libra, na Bacia de Santos. Estreia atípica, quando o governo licitou uma área com óleo já descoberto.

Foram R\$ 15 bilhões de bônus de assinatura, pagos por Petrobras (40%), Shell (20%), TotalEnergies (20%) e as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%).

O segundo leilão ocorreu quatro anos depois, em 2017.

Desde então, o valor mais alto arrecadado foi na 5ª rodada de partilha, em 2018: R\$ 6,8 bilhões por quatro blocos.

Esse leilão foi marcado pela flexibilização de regras da partilha e pela maior entrada das majors internacionais no pré-sal, com participação das grandes empresas do setor, como BP, Chevron, ExxonMobil, Shell e TotalEnergies.

Os valores dos bônus pagos nos primeiros leilões de partilha contrastam com a última rodada realizada, em dezembro de 2022, quando os bônus de assinatura pelos quatro blocos arrematados na oferta permanente somaram R\$ 916,25 milhões.

“Estamos deixando para trás a era dos bônus bilionários para entrar na fase de produção e arrecadação elevadas”, afirmou o então diretor-geral da ANP, Décio Oddone, em 2019, na 6ª rodada de partilha.

Para o consultor e ex-diretor da ANP, Felipe Kury, a menor participação das empresas nas rodadas mais recentes também se deve ao fato de que as grandes companhias já formaram um portfólio exploratório robusto no Brasil e agora concentram esforços em buscar resultados.

“As empresas já têm ativos para explorar e monetizar. Além disso, o contexto global não favorece uma agressividade grande em leilões. A conjuntura global se modificou, existe mais risco no mundo e isso impacta decisões de investimento”, avalia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 13/12/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

DEPOIS DA REUNIÃO COM LULA SOBRE A BRASKEM, LIRA FICOU IRRITADO COM RENAN

Por Lauro Jardim



Depois da reunião convocada por Lula para tratar da CPI da Braskem, Arthur Lira estava irritado. Não com o presidente. Mas, claro, com Renan Calheiros seu mais poderoso adversário político em Alagoas.

Renan Calheiros (MDB) e Arthur Lira (PP): desentendimentos — Foto: Montagem com fotos de Divulgação

Lira reclamava com interlocutores que Renan havia descumprido o combinado com Lula. Dizia que foi acordado entre os participantes do encontro que apenas Rui Costa falaria sobre o que havia sido conversado no gabinete presidencial.

E Renan, na tarde de ontem, deu entrevistas sobre o assunto. Numa delas disse, por exemplo, ter questionado Costa se ele falava em nome da Braskem e disse que nada vai deter a instalação da CPI.

Um dos objetivos da reunião era que Renan e Lira topassem uma trégua neste caso. Mas o espírito de Tom & Jerry falou mais alto.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/12/2023

LEILÃO DE PETRÓLEO TEM UM TERÇO DAS ÁREAS ARREMATADAS COM APOSTA DA PETROBRAS NO SUL E NOVATA COM 122 BLOCOS

Bacia do Amazonas gera interesse de empresas, gerando crítica de ambientalistas

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Começa o leilão de petróleo da ANP — Foto: Bruno Rosa

No dia seguinte ao fim da COP-28, o leilão de petróleo realizado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), na manhã desta quarta-feira no Rio de Janeiro, foi marcado por uma forte procura e disputa das empresas por áreas em diversas regiões do Brasil. O 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão gerou um bônus total de R\$ 421,712 milhões. Foram arrematados quase 32% das áreas: 192 blocos foram adquiridos de um total de 602. Ao todo, 19 empresas se comprometeram a investir no mínimo R\$ 2,012 bilhões.

Petrobras, Shell e Chevron levaram dezenas de blocos em alto-mar na Bacia de Pelotas, no Rio Grande do Sul. A novata Elysian arrematou mais de 100 blocos nas bacias de Potiguar, no Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Sergipe-Alagoas. O certame contou ainda com a participação de companhias da Austrália, China e Noruega.

Petrobras mira no Sul

A Petrobras também mostrou que está buscando explorar novas áreas de petróleo no Brasil enquanto o Ibama não apresenta a sua decisão sobre a perfuração do primeiro poço na Bacia da Foz do Amazonas, na polêmica Margem Equatorial, entre o litoral dos estados do Amapá e Rio Grande do Norte.

Por isso, a estatal apostou suas fichas na bacia de Pelotas, no litoral do Rio Grande do Sul. A área é considerada de nova fronteira, pois ainda não há exploração. A estatal já havia perfurado águas rasas em Pelotas no início dos anos 2000.

Na manhã desta quarta-feira, a estatal levou 29 blocos na bacia. Para isso, selou dois consórcios: um com a Shell (com participação de 30%) e a chinesa CNOCC (20%) - a estatal tem os 50% restantes; e outro apenas com a Shell (30%) - nesse caso, a Petrobras tem 70%.

No chamado setor AUP4 em Pelotas, a Petrobras levou todos os cinco blocos que disputou com a americana Chevron. A Chevron levou também outras cinco áreas das dez que fez oferta. O ágio chegou a 142,73%.

No setor AUP3, a Petrobras também voltou a apostar nos mesmos consórcios para oito blocos. A estatal levou todas as oito áreas. No setor AUP8, a Petrobras também fez duas ofertas em parceria com os mesmos consórcios. No setor AUP7, a Petrobras levou sete blocos no consórcio formado com a Shell. Já no setor AP1 também no Sul, apenas a Chevron fez oferta para nove blocos. O ágio chegou a 463,85%, mesmo não tendo concorrentes.

No setor AUP2, em Pelotas, o consórcio entre Petrobras e Shell levou seis blocos. A Chevron conquistou apenas um. Nesse setor, houve disputa em seis dos oito blocos. O ágio chegou a 252,66%.

Petróleo no Sul com eólica em alto-mar

Jean Paul Prates, presidente da Petrobras, destacou que a estratégia da empresa é buscar uma diversificação. Para ele, a conquista de 29 blocos vai elevar a área de exploração da estatal dois

atuais 30 mil quilômetros quadrados para 50 mil quilômetros. Prates destacou que a ideia do investimento em Pelotas é fazer projetos conjuntos de energia eólica em alto-mar.

— Tivemos um aproveitamento de 100% e com parceiros que conhecem a exploração em águas profundas. Queremos produzir petróleo mais descarbonizado — disse Prates, lembrando que os contratos devem ser assinados no primeiro trimestre de 2024. — É importante diversificar as áreas exploratórias e precisamos repor nossas reservas para produzir pela próximas décadas. Se não produzirmos, teremos que importar.

Prates lembrou ainda que espera ao longo do ano que vem iniciar a perfuração do primeiro poço exploratório na Bacia da Foz do Amazonas.

— Atendemos a todas exigências do Ibama. Respeitamos o órgão ambiental e estamos prontos para atender. A meta é explorar no fim do primeiro semestre de 2024 ou no segundo semestre — afirmou Prates.

Com a parceria com a Petrobras, Cristiano Costa, presidente da Shell no Brasil, disse que a empresa vai passar de 39 contratos para 68, após arrematar em parceria com a Petrobras 29 blocos. Ele destacou a parceria com a estatal e a importância de se abrir novas fronteiras e desenvolver novas reservas.

— Ganhamos todos os blocos que participamos. O Brasil continua sendo muito importante para a empresa e estamos aumentando a nossa participação. O resultado é positivo para o governo pois há a participação de vários atores no leilão — disse Costa.

Segundo especialistas, a conquista em Potiguar reflete as boas perspectivas das reservas, já que estudos indicam potencial em áreas presentes no Uruguai e na Namíbia, na costa africana.

Bacia de Santos sem Petrobras

Na bacia de Santos, a australiana Karoon levou dois blocos e a chinesa CNOOC uma área. A Equinor venceu a BP e levou outro bloco, o que gerou um ágio de 432,82%. Na bacia do Paraná, apenas um bloco foi arrematado pela Blueshift.

Na bacia de Potiguar, no Rio Grande do Norte, as áreas em alto-mar, que ficam perto de Fernando de Noronha, não receberam ofertas. Na bacia de Tucano, na Bahia, a Imetame levou três blocos.

Elysian leva 122 blocos

Já nos blocos em terra de Potiguar, a novata Elysian levou 99 blocos. Em seguida, a PetroVictory levou três áreas, a Petrorecôncavo outros dois e a 3R Areia Branca mais três.

Na Bacia do Espírito Santo, a Elysian também se destacou. A empresa levou mais 10 blocos. Segundo dados da ANP, a Elysian foi habilitada para participar do leilão de hoje no último dia 15 de agosto de 2023. Em Sergipe-Alagoas, a Elysian levou ainda mais 13 blocos. Ao todo, a empresa mineira arrematou 122 blocos. A empresa é comandada pelo empresário Ernani Jardim de Miranda Machado e foi criada para participar do certame.

Amazonas tem áreas arrematadas

A primeira área a ser ofertada no 4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão foi a de Jappim, na Bacia do Amazonas, considerada de acumulação marginal. A Eneva e a Atem, que comprou a refinaria de Manaus da Petrobras, fizeram uma oferta conjunta. Segundo a ANP, o consórcio levou a área com R\$ 165 mil de bônus de assinatura. O investimento mínimo na área é de R\$ 1,2 milhão.

No Amazonas, a Atem, dona da refinaria local, levou quatro blocos considerados sensíveis do ponto de vista ambiental. Segundo Julio Bueno, do Instituto Arayara, as áreas têm sobreposição sobre unidades de conservação e parte deles está dentro do raio de restrição de terra indígena.

— Uma das áreas é a mais crítica pois parte do bloco está em cima da área de Manaus e no encontro dos rios mais importantes da Amazônia, o Rio Negro e Solimões. Estamos chocados. É o pior leilão da história do país — disse Bueno.

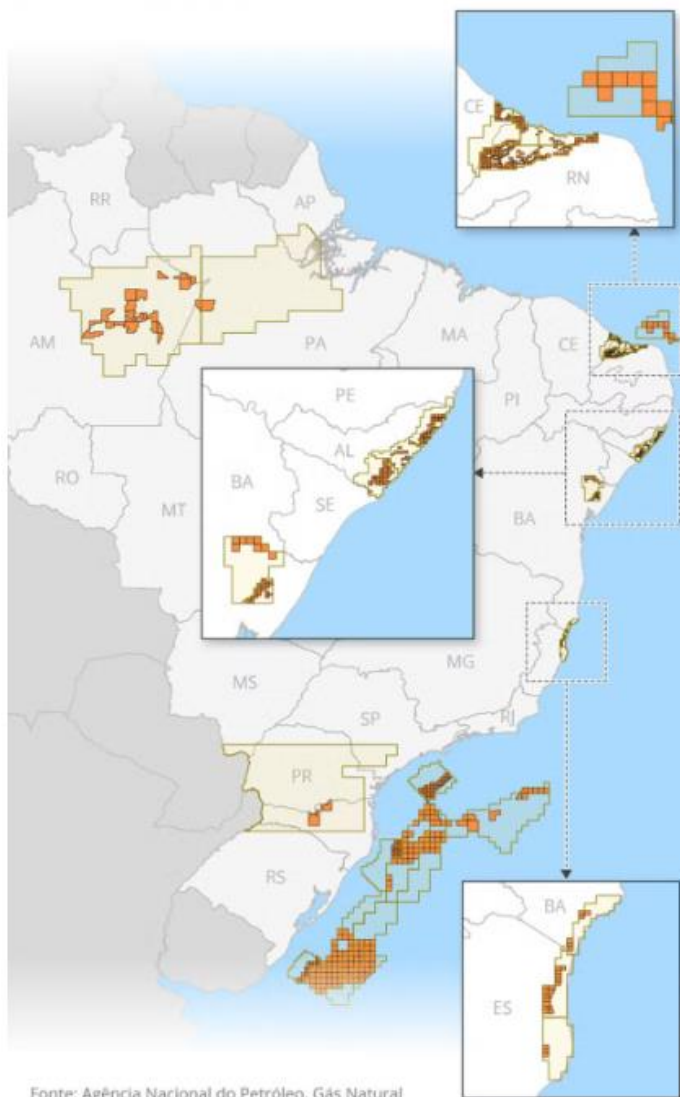
Ele destaca ainda preocupação com o bloco de Santa Catarina, próximo da área indígena da etnia Xokleng.

Entenda o leilão

4º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão

São 602 blocos em terra e mar. 21 empresas demonstraram interesse

Setores Blocos



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Áreas de exploração de petróleo que vão a leilão no 4º ciclo da Oferta Permanente — Foto: Editoria de Arte

O leilão envolve a oferta de 602 blocos exploratórios divididos em 33 setores por nove bacias sedimentares, como Amazonas (em terra), Espírito Santo (em terra), Paraná (em terra), Pelotas (Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em mar), Potiguar (Rio Grande do Norte e Ceará, em terra), Recôncavo (na Bahia, em terra), Santos (mar), Sergipe-Alagoas (em terra) e Tucano (Bahia, em terra).

Áreas de exploração de petróleo que vão a leilão no 4º ciclo da Oferta Permanente — Foto: Editoria de Arte

Rodolfo Saboia, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), disse, durante a abertura do leilão, que ocorre no Rio de Janeiro, que a realização das ofertas de blocos é um passo importante para reduzir a queda de produção esperada para a próxima década.

— Parece uma contradição, mas a transição energética não se completará tão rapidamente. Há custos para estabelecer a infraestrutura com desafios tecnológicos. Embora precisem ser superados, isso não vai acontecer nos próximos dez anos. Sem isso, podemos retomar a dependência externa — afirmou Saboia.

Viu? Tesla anuncia recall de dois milhões de carros nos EUA para corrigir falhas no piloto automático

Segundo ele, a indústria de petróleo contribui com o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e contribui para financiar a transição energética. Saboia citou os esforços da

ANP em biocombustíveis, hidrogênio verde e ações de redução de emissão como armazenamento de carbono. Lembrou que todas as áreas foram submetidas a consultas aos órgãos ambientais.

Ao todo, 21 empresas manifestaram interesse em participar dessas áreas, que já foram oferecidas em leilões anteriores ou já estiveram sob concessão e foram devolvidas.

Oferta de partilha

2º Ciclo da Oferta Permanente de Concessão

Conjunto de 5 blocos exploratórios do pré-sal. A Petrobras não demonstrou interesse



Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Áreas de exploração de petróleo que vão a leilão no 2º ciclo da Oferta Permanente de Concessão — Foto: Editoria de Arte

Áreas de exploração de petróleo que vão a leilão no 2º ciclo da Oferta Permanente de Concessão — Foto: Editoria de Arte

Haverá ainda o 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha, em áreas do pré-sal na costa do Sudeste, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) vai ofertar cinco blocos exploratórios do pré-sal (Cruzeiro do Sul, Esmeralda, Jade e Tupinambá, na Bacia de Santos; e Turmalina, na Bacia de Campos).

Foram habilitadas empresas como BP, Chevron, Petronas, Qatar Energy, Shell e TotalEnergies. A Petrobras não manifestou interesse.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/12/2023

DESONERAÇÃO DA FOLHA: PARLAMENTARES DEFENDEM DERRUBADA DO VETO DE LULA NA VOTAÇÃO DE AMANHÃ

Medida, que atinge os 17 setores que mais empregam no país, é importante para manutenção e geração de postos de trabalho

Por Geralda Doca e Victoria Abel — Brasília

Deputados e senadores defendem derrubar, em sessão do Congresso Nacional amanhã, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam no país.

Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que a desoneração é importante para a geração e manutenção de emprego e renda. O texto foi aprovado pelo Congresso em outubro e vetado em novembro.



Congresso deve derrubar veto de Lula à desoneração da folha de pagamentos — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O senador Efraim Filho (União-PB) usou a tribuna do Senado ontem para pedir ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que pautasse o veto à desoneração da folha. Em resposta, Pacheco confirmou que o item estará na pauta na sessão amanhã:

— Senador Efraim Filho, a sessão do Congresso Nacional está mantida para as 10h da manhã de quinta-

feira para a apreciação de PLNs (projetos de lei do Congresso Nacional) e dos vetos, inclusive do veto referidos por Vossa Excelência.

Efraim Filho, que é autor do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento, destacou o impacto da medida no mercado de trabalho:

— É importante deixar muito claro o que significa reonerar os setores que estão hoje contemplados. Significa elevar o custo do emprego. Vai tornar mais caro contratar, vai tornar mais caro manter os empregos. Há setores que não suportarão e restarão a eles duas alternativas. Uma delas, mais cruel, é demitir. A outra, que não é muito diferente, é substituir mão de obra pela automação, pelos robôs, pela inteligência artificial.

Ele afirmou que o veto está gerando enorme insegurança jurídica, que as empresas estão com o freio de mão puxado e adiaram a decisão de novas contratações e investimentos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que apresentará uma proposta alternativa à desoneração depois da aprovação da Reforma Tributária. Os deputados e senadores, porém, reafirmaram a importância de derrubar o veto agora e discutir uma eventual proposta da Fazenda depois.

— O tempo é escasso, o prazo é exíguo. Vamos derrubar o veto para, em 2024, discutir a proposta que o governo ficou de apresentar. Durante dez meses, o Ministério da Fazenda viu o projeto tramitar e foi omissivo — comentou Efraim Filho.

A proposta de desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminuiu custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes. Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais. Sem a prorrogação, a desoneração da folha de pagamentos terminaria no fim deste ano.

Parlamentares ressaltam que a medida respeita a Constituição. Pareceres da Câmara e do Senado já atestaram que o projeto é constitucional, assim como o Supremo Tribunal Federal (STF), em um voto de 2021 do então ministro Ricardo Lewandowski.

— Estamos mobilizados para derrubar o veto — afirmou a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto na Câmara.

Corpo a corpo

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), disse que intensificou nos últimos dias a articulação para a derrubada do veto. Ele afirmou que tem mantido conversas com líderes dos partidos e com outras frentes temáticas, e pediu que representantes dos setores que podem ser prejudicados façam corpo a corpo no Congresso.

— Muitos parlamentares da base votaram e vão votar conosco — disse o parlamentar. — Estou conversando com todo mundo, com os partidos e com as frentes parlamentares.

Segundo ele, a manutenção do veto pode resultar em um custo elevado para o próprio governo por causa das demissões.

Estudo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que, de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram crescimento de empregos de 15,5%, enquanto os que tiveram a folha reonerada cresceram apenas 6,8% no período. Houve também aumento dos salários dos trabalhadores de áreas que contaram com o benefício.

— A grande expectativa é derrubar o veto. Estamos trabalhando para conseguir o maior número possível de votos — afirmou o deputado Angelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto no Senado.

Durante a tramitação do projeto, foi inserida a redução de alíquotas (de 20% para 8%) na contribuição previdenciária para municípios com menos de 156 mil habitantes.

A prorrogação da desoneração foi aprovada por ampla maioria. Na Câmara, foram 430 votos a favor e apenas 17 contra. No Senado, a votação foi simbólica.

Em pronunciamento ontem, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) — um dos vice-líderes do governo no Senado — defendeu a derrubada do veto.

— O ano de 2024 está logo ali. Assim, considero que o mais racional é a manutenção do que foi aprovado pelo Congresso, com a derrubada do veto presidencial. Nessas circunstâncias, não creio que o Parlamento possa ser criticado por defender medida que troca a base tributária de empresas e estimula a criação de postos formais de trabalho.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 13/12/2023

CONHEÇA A EMPRESA DE PETRÓLEO QUE ARREMATOU SOZINHA 122 BLOCOS EM LEILÃO FEITO PELA ANP

A Elysian foi criada em agosto deste ano para participar do certame e não conta com funcionários
Por Bruno Rosa



Ernani Machado é o presidente da Elysian, empresa que levou 122 blocos de petróleo — Foto: Bruno Rosa

Quando a desconhecida Elysian começou a arrematar blocos de petróleo em série no leilão feito pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), na manhã desta quarta-feira, a maior parte dos presentes começou a se questionar sobre a origem da companhia e de onde surgiu a mais nova petroleira do país.

A única referência era apenas o próprio presidente da companhia, o mineiro Ernani Machado, que ia pessoalmente depositar o envelope para arrematar os blocos. E foram 122 áreas em terra adquiridas nas bacias de Potigar, Espírito Santo e Sergipe-Alagoas.

Juntos, os blocos somaram um bônus R\$ 12 milhões e devem receber investimentos de cerca de R\$ 400 milhões, segundo o próprio Ernani. Ele afirmou que a empresa tem capital próprio, mas não tem funcionários. A folha de pagamento inclui apenas sete consultores contratados para avaliar as áreas arrematadas no leilão.

— Vamos contratar 40 pessoas. Criei a empresa justamente para participar do leilão. É a minha primeira vez no petróleo. Tenho uma empresa de tecnologia chamada JMM Tech, que desenvolve sistemas para ajudar pessoas com deficiência, na área de segurança e em petróleo e gás. E vi que tinha uma oportunidade. Temos que agarrar-la, pois já estamos fazendo tecnologia para o setor de óleo e gás — diz Machado, lembrando que colocou uma oferta de R\$ 1 mil a mais para conquistar as áreas.

Ele mesmo admite que ainda não sabe se vai buscar parceiros para a exploração das áreas. Por enquanto, segue sozinho. Sua meta é começar as análises das áreas arrematadas já em 2024, após a assinatura do contrato.

-A empresa foi feita em agosto com o objetivo de participar do leilão. Só não entramos em áreas que são sensíveis do ponto de vista ambiental.

Sua estratégia é explorar de forma a mitigar os impactos ambientais através de ações de mitigação ambiental, com o plantio de árvores.

— Vamos usar câmera espectral para analisar a emissão de CO2. As técnicas de produção de petróleo são as mesmas de décadas atrás.

A ANP disse que a empresa cumpriu os critérios do edital para participar do leilão.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/12/2023

BC DEVE REDUZIR HOJE JURO PARA O MENOR PATAMAR DESDE MARÇO DE 2022

O ano deve terminar com a Selic em 11,75%. Expectativa de mercado aponta para um patamar de 9,75% para 2024

Por Renan Monteiro — Brasília



Diretoria do BC: Copom deve anunciar nesta quarta-feira o quarto corte seguido na taxa básica de juros, a Selic — Foto: Raphael Ribeiro/Banco Central

O Banco Central deve anunciar nesta quarta-feira o quarto corte seguido na taxa básica de juros, a Selic. Conforme expectativa majoritária do mercado e indicação da própria autoridade monetária, a queda será de 0,5 ponto percentual.

Com isso, a Selic vai de 12,25% para 11,75% ao ano, o menor patamar desde março de 2022, quando também

estava em 11,75%.

Será a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no ano de 2023. O comitê se reúne a cada 45 dias para decidir o rumo da taxa básica da economia.

Enquanto neste ano a Selic deve terminar em 11,75%, no ano seguinte, a expectativa de mercado aponta para uma taxa de 9,25%. Os números são do Boletim Focus, divulgado pelo próprio BC.

Governo quer mais



O patamar está longe do desejo do governo. No sábado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que as medidas apresentadas ao Congresso para o ajuste fiscal e correções tributárias, aliadas à promulgação da Reforma Tributária sobre o consumo, criam um ambiente para “exigir” o corte da taxa básica de juros.

Nesta terça, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou um movimento de pressão ao chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto, para a aceleração da queda da taxa básica de juros.

— Nós temos que mexer com o coração do presidente do Banco Central, ‘reduz um pouco o juro, que as pessoas estão querendo tomar dinheiro emprestado’. Os governadores podem ajudar, fazer pressão — disse, em cerimônia sobre o financiamento dos Bancos Públicos para investimentos nos estados.

Haddad, por sua vez, falou em "gordura" para cortar juros.

— A taxa de juros começou a cair poucos meses atrás e ainda temos gordura na política monetária e nossa taxa real está muito distante do segundo colocado (no mundo) — afirmou o ministro.

Sempre que questionado publicamente, Haddad nega cravar um número considerado ideal pela Fazenda, mas dá indicações. Também neste sábado, ele criticou, por exemplo, o fato de a Selic terminar o ano em 11,75%, quando a inflação está próxima de 4%.

Na última ata do Copom, que detalha a decisão sobre juro, os oito diretores e o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, "anteveem" cortes de 0,50 ponto percentual "nas próximas reuniões". Eles também avaliam que esse "ritmo (é) apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário".

O corte está sinalizado para, pelo menos, duas reuniões à frente. Essa é a interpretação apresentada pelo próprio Campos Neto em palestra nesta última semana.

Reforma Tributária: Lira vai se reunir com Pacheco para negociar promulgação ainda nesta semana
A taxa básica ficou estacionada em 13,75% de agosto de 2022 a agosto de 2023.

Fatores de risco

O Banco Central continua com a lupa para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação como risco. As pressões inflacionárias globais e inflação de serviços são alguns dos indicadores mensurados com atenção.

Ou seja, a depender do cenário macroeconômico, a autarquia monetária pode acelerar ou diminuir o ritmo de corte da Selic.

Com impulso nos preços alimentos e passagens aéreas, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acelerou para 0,33% em novembro, conforme dados do IBGE.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 13/12/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

EMPRESAS CONSTROEM NOVAS FÁBRICAS PARA PRODUZIR AR-CONDICIONADO NA ZONA FRANCA DE MANAUS

Bel Micro e FrioVix vão disputar mercado de mais de 5 milhões de aparelhos com 13 fabricantes instalados na região; apenas 20% dos domicílios têm esses equipamentos instalados

Por Márcia De Chiara

Segundo maior produtor de ar-condicionado no mundo, o Brasil terá mais duas fábricas na Zona Franca de Manaus, a partir do ano que vem. As novas unidades serão construídas pelas empresas mineiras Bel Micro e FrioVix, que já atuam no setor como distribuidoras de várias marcas do equipamento.

O potencial de consumo de aparelhos de ar-condicionado no País, que já era grande, foi turbinado pelas previsões meteorológicas que apontam aumento das temperaturas em razão do fenômeno climático do El Niño. Nas últimas semanas, por exemplo, a demanda pelos equipamentos disparou por causa das temperaturas acima de 35°. Em alguns marketplace, a procura subiu 45% nos dias de maior calor.

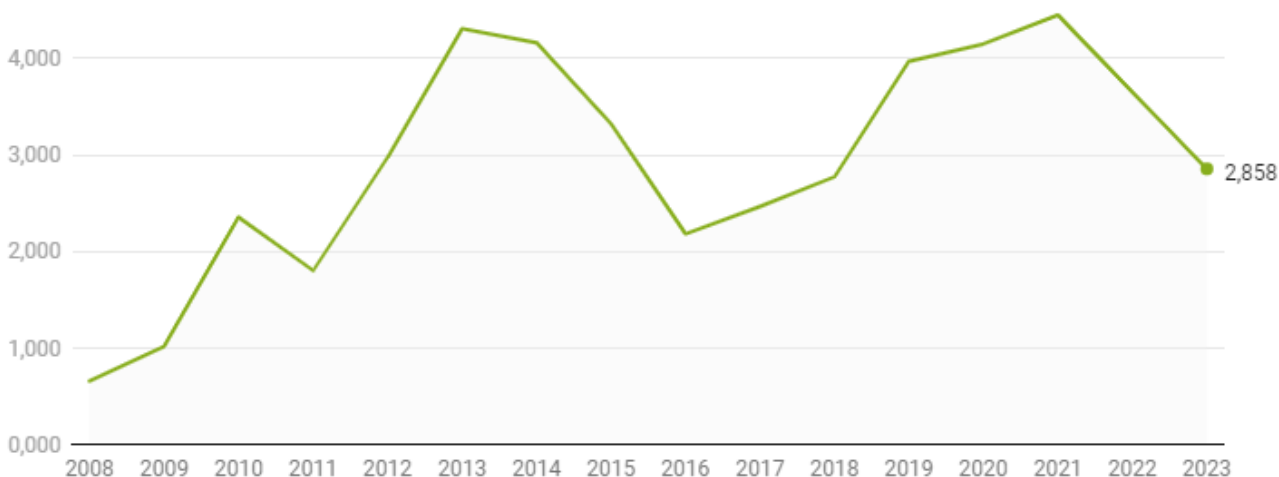
Atualmente, a Zona Franca de Manaus é o segundo maior polo de produção de aparelhos de ar-condicionado do mundo. A região concentra a indústria do setor no País, porque oferece benefícios fiscais. Ou seja, reduz a tributação sobre o produto acabado em troca do compromisso de uso de uma parcela de insumos nacionais para impulsionar a região.

Segundo a Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava), a capacidade de produção da região é de cerca de 5 milhões de aparelhos por ano, atrás apenas da Ásia, que chegou a fabricar mais de 130 milhões de unidades.

Segundo o superintendente de Projetos da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Leopoldo Montenegro, há também outras empresas interessadas em se instalar no polo industrial para produzir aparelho de ar-condicionado. Ele não revela os nomes das companhias porque os processos de autorização são sigilosos. E, no momento, as propostas estão em análise.

Retomada

Evolução da produção de aparelhos de ar-condicionado split
EM MILHÕES DE UNIDADES



OBS.: 2023 - janeiro a setembro

Fonte: Eletros • Obter dados • Criado com Datawrapper

Distribuidoras mineiras viram fabricantes

O ponto comum entre as duas novatas na produção de aparelhos de ar-condicionado é que são empresas de Minas Gerais e já atuam no setor como distribuidoras de várias marcas do equipamento.

A Friovix teve o projeto de produção aprovado em maio deste ano, conforme aponta a ata da 309ª Reunião do Conselho de Administração da Suframa. A companhia vai investir R\$ 73 milhões para produzir os modelos split e de parede, com geração de 67 postos de trabalho.



O Estadão apurou que a empresa comprou a fábrica da Komeco, que também produzia aparelhos de ar-condicionado e deixou de operar. Procurada, a direção da Friovix informou que somente dará mais detalhes após a inauguração da fábrica, prevista para março de 2024.

Mais de 1.600 profissionais, entre arquitetos, projetistas e instaladores, já passaram pelo centro de treinamento da Daikin, na Barra Funda, em São Paulo Foto: Daniel Teixeira/Estadão

Já a aprovação do projeto da Bel Micro é mais recente, de outubro de 2023. “Nosso objetivo estratégico é ter uma fábrica própria em Manaus no próximo ano”, afirma o diretor de operações da Bel Micro, Hermínio Costa.

A empresa vai investir R\$ 70 milhões nos próximos cinco anos em uma planta em Manaus. Além de aparelhos de ar-condicionado, a fábrica vai produzir televisores e fornos de micro-ondas, todos com a marca HQ. Hoje as TVs são fabricadas em Minas Gerais.

A companhia já alugou um galpão no complexo industrial da Hines, na Zona Franca, e os investimentos serão em equipamentos e insumos. A expectativa é iniciar a produção na fábrica própria em meados do ano que vem. O primeiro lote de aparelhos de ar-condicionado, com 30 mil unidades, foi produzido nos dois últimos meses, por uma empresa terceirizada de Manaus.

Quando estiver à plena carga, a expectativa é que a nova fábrica produza 300 mil aparelhos de ar-condicionado por ano. Serão fabricados aparelhos split entre 9 mil e 36 mil BTUs (unidade que indica a capacidade de refrigeração do equipamento), voltados para população de menor renda.

Há dez anos fabricando itens de informática, como computadores, notebooks, tablets, entre outros produtos, e há quatro anos em TVs com fábrica em Minas Gerais, a empresa deve faturar este ano R\$ 1,5 bilhão.

Costa diz que a companhia decidiu ingressar na fabricação de ar condicionado para aproveitar a experiência que tem com os canais de venda, uma vez que a empresa atua na distribuição de outras marcas de aparelhos de ar-condicionado. “A Bel Micro não está entrando no mercado por causa do calor”, afirma.

Ar-condicionado será a nova geladeira?

De toda forma, a perspectiva das mudanças climáticas e, sobretudo, a baixa presença do ar condicionado nos domicílios brasileiros têm atraído novas fabricantes. Segundo a Abrava, hoje apenas 20% das residências têm pelo menos um aparelho em operação, ante 60% na Europa e 70% nos Estados Unidos.

“O ar condicionado vai cair no gosto popular, com certeza”, prevê Arnaldo Basile, presidente da Abrava. Ele compara a importância do produto hoje com a da geladeira 100 anos atrás. Nessa época, o eletrodoméstico não estava presente nas casas dos brasileiros. Atualmente, mais de 90% dos domicílios têm refrigerador. “Daqui a dez, vinte anos mais pessoas vão colocar aparelhos de ar-condicionado nas residências. Por isso, esse é um mercado em expansão.”

Disputa acirrada

A Bel Micro e Frioviz vão concorrer com 13 companhias que produzem aparelhos de ar-condicionado na Zona Franca. As gigantes mundiais do setor, como Gree, Midea Carrier, LG, Samsung, Daikin já



têm fábrica no Brasil. Elas foram atraídas pelo grande potencial de crescimento de venda do produto num País tropical, com o clima marcado por grandes oscilações de temperatura.

Um dos traços desse segmento no País é a pulverização da produção. José Jorge do Nascimento, presidente da Eletros, que reúne a indústria de eletroeletrônicos de consumo, observa que, enquanto no mercado de TVs a produção anual de 10 milhões de aparelhos está com cinco indústrias, no ar condicionado são 13 fabricantes para 3,6 milhões de aparelhos (total produzido no ano passado).

Neste ano, as fábricas devem produzir um pouco mais de 3 milhões de aparelhos e o mercado vai vender 4,5 milhões provavelmente, diz Basile. A diferença vem dos estoques que os distribuidores tinham. Por causa da seca, agora a produção de Manaus está muito afetada pela falta de componentes e peças para montar os equipamentos.

Passado esse momento de restrição, a perspectiva, segundo o presidente da Abrava, é que, com a chegada de novas empresas e a reação das fábricas existentes, os volumes produzidos cresçam num ritmo de 10% ao ano. De janeiro a setembro, foram fabricados 2,858 milhões de aparelhos, 17% a mais ante o mesmo período de 2022, segundo a Eletros.

Universidade do ar-condicionado

A japonesa Daikin, por exemplo, empresa que fatura no mundo US\$ 22 bilhões, está no País desde 2010 e com fábrica desde 2014. Como atua no segmento premium, tem apenas 5% de mercado residencial brasileiro. Mas a intenção é ampliar essa fatia, conta o diretor comercial, Júlio Passos.

“O plano até 2030 é estar com a fábrica completamente ocupada”, prevê o executivo. A unidade de Manaus tem capacidade para produzir 500 mil aparelhos por ano e hoje usa 40% do potencial. A companhia pretende lançar produtos com preço médio menor e ampliar a linha, a fim de aumentar a sua fatia num mercado.

A Philco é outra fabricante que planeja aumentar a produção de aparelhos de ar-condicionado. A empresa prevê a contratação de mais de 200 trabalhadores em Manaus, a partir do mês de janeiro de 2024, informa a companhia.

Centro de capacitação

Passos, da Daikin, mede o potencial de crescimento do mercado de ar-condicionado pela grande procura por capacitação sobre os aparelhos. Antes da pandemia, a companhia abriu em São Paulo uma espécie de universidade do ar condicionado.

Numa área de 2 mil metros quadrados no bairro da Barra Funda funciona um centro que ensina tudo sobre o produto. O público alvo é arquitetos, projetistas e instaladores. Já foram treinadas mais de 1.600 profissionais desde o início de funcionamento do projeto.

Apesar de ser um centro da marca, o conteúdo ensinado vale para os produtos de maneira geral, ressalta o executivo. “Este ano a procura (por treinamento) cresceu bastante, tanto é que vamos abrir mais dois centros fora de São Paulo: inauguramos um no Rio de Janeiro no mês passado (novembro) e vamos abrir outro em março em Salvador.”

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/12/2023

LEILÃO DE CONCESSÃO DA ANP ARRECADA R\$ 421,7 MILHÕES; PETROBRAS, SHELL E CHEVRON SE DESTACAM

Desembolso das empresas ficou 179,69% acima do mínimo exigido em edital para as concessões; Petrobras e Shell arremataram, juntas, 29 blocos na Bacia de Pelotas, no litoral sul do País

Por Gabriel Vasconcelos e Juliana Garçon

RIO - O leilão de blocos exploratórios de petróleo em regime de concessão da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) arrecadou nesta quarta-feira, 13, R\$ 421,7 milhões



em bônus de assinatura para o governo federal. O montante será pago no momento de assinatura dos contratos.

Ao todo, informou a ANP, 192 blocos dos 602 ofertados foram arrematados por 15 diferentes empresas, que entraram na disputa sozinhas ou consorciadas entre si. Ao final, o desembolso das empresas ficou 179,69% acima do mínimo exigido em edital para as concessões vendidas.

Entre as empresas tradicionais do setor, as grandes vencedoras foram a Petrobras e a britânica Shell que, juntas, arremataram 29 blocos na Bacia de Pelotas, no litoral sul do País. Em três desses blocos, a dupla terá como sócia a petroleira chinesa CNOOC, que tem negócios no pré-sal há anos.

Na mesma Bacia de Pelotas, a americana Chevron levou sozinha outros 15 blocos, em apertado rali com o consórcio encabeçado pela Petrobras. Os lances vencedores por Pelota corresponderam a 71% do total arrecadado no leilão ou R\$ 298,74 milhões.

Fora das ambições do mercado por duas décadas, Pelotas voltou à baila neste ano como fronteira de exploração após resultados promissores do outro lado do oceano, na Namíbia, e animação do mercado com o litoral uruguaio, espécie de continuação do litoral brasileiro. Além disso, as negativas ao licenciamento ambiental na Margem Equatorial têm levado a Petrobras a reorientar suas buscas.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, definiu o leilão como “grande sucesso” e disse que o resultado vai permitir à Petrobras expandir sua área exploratória de 30 mil quilômetros quadrados para 50 mil quilômetros quadrados. Prates destacou que o baixo risco de licenciamento ambiental em Pelotas e o bom potencial da região para geração de energia eólica offshore, mercado em que a Petrobras pretende se lançar no futuro.

No 3º Ciclo de Oferta Permanente no regime de concessão, realizado em abril de 2022, 59 blocos foram arrematados por 13 empresas, com arrecadação de R\$ 422 milhões em bônus de assinatura, recorde até então. Em comparação, o 1º Ciclo da Oferta Permanente de concessão, em 2019, movimentou apenas R\$ 15,3 milhões, em cima de 33 ativos. Já o 2º Ciclo, em 2020, levantou R\$ 30,9 milhões em bônus e vendeu 17 concessões.

Já o presidente da Shell, Cristiano Pinto da Costa, disse que a companhia acertou ao entrar na disputa junto da Petrobras e defendeu a abertura de novas fronteiras exploratórias, necessidade que teria ficado patente no certame desta quarta-feira.

Outra bacia que despertou interesse, ainda que bem menor, foi a de Santos, onde a CNOOC arrematou um bloco sozinho, a Karoon Energy, outros dois e, a norueguesa Equinor, mais um ao notável bônus de R\$ 62,5 milhões.

Na Amazônia, área sob forte vigilância ambiental, a produtora de gás Eneva arrematou a área de acumulação marginal de Japiim logo na abertura do certame. A companhia chegou a disputar mais um campo na Bacia do Amazonas, mas foi superada pelo grupo Atem, que arrematou bloco AM-T-63 pagando um bônus de R\$ 5,08 milhões, quase cinco vezes mais que a proposta da Eneva.

Da metade para o fim do leilão de concessão, um personagem em especial chamou a atenção de todos os presentes, o empresário mineiro Ernani Machado, presidente da Elysian, empresa entrante no setor que arrematou nada menos do que 122 blocos a bônus médio relativamente baixo, mas que pelo volume de ofertas, vai exigir um desembolso de R\$ 12 milhões. As concessões da Elysian se concentram principalmente na Bacia Potiguar, mas também nas bacias de Sergipe-Alagoas e do Espírito Santo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/12/2023

QUATRO DOS CINCO BLOCOS OFERTADOS EM LEILÃO DE PARTILHA DA ANP NÃO RECEBEM PROPOSTAS

Bloco Tupinambá, na Bacia de Santos, foi arrematado pela britânica BP Energy; investimento previsto para a exploração é de R\$ 360 milhões

Por Gabriel Vasconcelos e Juliana Garçon

RIO - Quatro dos cinco blocos ofertados no 2º Ciclo da Oferta Permanente de Partilha da Produção (OPP) nesta quarta-feira, 13, não receberam ofertas de nenhuma das seis petroleiras habilitadas ao certame pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em contrapartida, o bloco Tupinambá, na Bacia de Santos, foi arrematado pela britânica BP Energy, com porcentual de óleo lucro à União de 6,5% e pagamento de bônus de assinatura fixos de R\$ 7 milhões. O investimento previsto para a exploração do bloco é de R\$ 360 milhões.

Os blocos desprezados foram Cruzeiro do Sul, Esmeralda e Jade, na Bacia de Santos, além do bloco Turmalina, na Bacia de Campos. Todos esses blocos já tinham sido rejeitados no 1º ciclo da partilha há pouco menos de um ano, em dezembro de 2022. Na ocasião, sete dos 11 blocos oferecidos não receberam propostas.

O resultado do leilão de partilha desta quarta já era esperado pelo mercado. Analistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast anteciparam que não haveria procura ou disputa por todos os blocos porque todos eles foram oferecidos sem sucesso no ciclo anterior da partilha e alguns, especialmente, são contíguos a blocos que não apresentaram resultados exploratórios satisfatórios.



Plataformas de exploração de petróleo; apenas um campo recebeu ofertas Foto: FABIO MOTTA/ESTADÃO

A percepção é de que o “filé mignon do pré-sal” já foi repassado à iniciativa privada e, em alguns casos, não entregou os resultados esperados no passado, o que deixa uma sombra sobre novos leilões na província.

Os blocos que não foram arrematados voltam à OPP e aguardam novas manifestações de interesse de petroleiras para serem incluídos

pela ANP em ciclos futuros desse modelo de oferta.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 13/12/2023

TODOS OS CONTINENTES, 425 PORTOS, 147 PAÍSES: CONHEÇA O CRUZEIRO QUE VIAJARÁ POR TRÊS ANOS E MEIO

Itinerário deverá passar por 425 portos em 147 países, em todos os continentes

Por Redação

O cruzeiro Villa Vie Residences, que viajará ao redor do mundo por três anos e meio, anunciou recentemente que deve partir no dia 15 de maio de 2024, de Southampton, na Inglaterra. O cruzeiro deverá passar por 425 portos em 147 países, em todos os continentes, ficando de dois a sete dias atracado nos destinos.

O navio anunciado para a viagem, batizado de Villa Vie Odyssey, tem oito decks e 485 cabines, e já passou por uma ampliação em 2009 e por uma remodelação em 2019. Segundo a empresa, por ser menor, o navio poderá muitas vezes atracar no coração dos destinos - e o seu casco mais plano permitirá o acesso também a outras vias navegáveis e rios.

A embarcação terá três restaurantes, oito bares e quatro lounges, uma piscina extensa, quatro jacuzzis, um spa e centro de fitness e uma biblioteca. Também terá um grande centro de negócios com escritórios privados, um centro de culinária educacional e interativo e um centro médico. Entre alguns dos destaques do cruzeiro estão um programa de golfe com simulador a bordo, internet fornecida pela Starlink e pela Viasat 3, além de música ao vivo, palestras e exibição de filmes, entre outros programas culturais.

Os passageiros terão a opção de comprar uma cabine para se juntar ao cruzeiro Villa Vie Residences, com preços variando de acordo com o tipo de acomodação: cabines internas têm preços a partir de US\$ 99 mil, cabines com vista para o oceano, a partir de US\$ 149 mil, e cabines com varanda, a partir de US\$ 249 mil. Os donos de cabines também terão de pagar taxas mensais.

Aqueles que não quiserem comprar uma cabine poderão pagar por “segmentos” do itinerário da viagem - são 16 segmentos, que variam de 35 a 120 dias a bordo, com preços que começam em US\$ 89 por dia por pessoa (para uma cabine interna).



De acordo com a CNN, quem comprar uma cabine terá 15 anos garantidos - que é o tempo de vida estimado do navio - já que o plano seria emendar um cruzeiro no outro, para que as pessoas passem sua vida no mar. “O Villa Vie não é apenas uma jornada; é uma nova forma de viver”, diz a empresa, em seu site.

O navio batizado de Villa Vie Odyssey, que viajará ao redor do mundo por três anos e meio. Foto: Villa Vie Residences via villavieresidences.com

A CNN afirma que a Villa Vie foi criada por antigos membros da equipe executiva do cruzeiro Life at Sea, da Miray Cruises, que foi cancelado no dia 17 de novembro, a menos de duas semanas do embarque, após dois adiamentos. A Miray não teria conseguido concluir a aquisição do navio MV Lara para o cruzeiro, diz o veículo.

Ainda segundo a CNN, parte da equipe da Life at Sea, incluindo o diretor-gerente Mikael Petterson, teria saído da empresa em maio, cerca de dois meses após o cruzeiro ser anunciado, por conta de um desentendimento em relação ao navio que seria usado inicialmente, o MV Gemini.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/12/2023

VALE INAUGURA A PRIMEIRA FÁBRICA DE BRIQUETES DO MUNDO

Instalação fica na Unidade Tubarão, complexo industrial no Espírito Santo que integra mina, ferrovia e porto

Por Juliana Garçon

VITÓRIA (ES)* - A Vale inaugurou na terça-feira, 12, em Vitória (ES), a sua primeira fábrica de briquetes, aglomerado que reduz em até 10% as emissões de gases de efeito estufa no alto-forno. Mais de 30 clientes - a maioria da Europa e Oriente Médio, e alguns do Brasil - demonstraram interesse em receber carregamentos em 2024, disse a companhia. A produção dos dois primeiros anos será destinada a testes nas instalações desses clientes.

A inauguração se dá em um momento em que a Vale busca impulsionar o nicho de baixo carbono - com aglomerados e minério mais concentrado - para capturar prêmios maiores e reduzir a sua dependência da China, que consome cerca de 63% da commodity produzida pela mineradora.



A cadeia produtiva do aço é responsável por algo entre 8% e 10% das emissões globais de gases de efeito estufa. No futuro, quando houver hidrogênio verde disponível, será possível a produção de aço de zero emissão, disse a companhia.

Anunciado em 2021, o produto é resultado de quase duas décadas de pesquisa nos laboratórios da Vale em Minas Gerais. A fábrica de briquetes, uma usina de pelotização convertida, é a primeira do mundo. A instalação fica na Unidade Tubarão, complexo industrial que integra mina, ferrovia e porto.

Uma segunda planta em Tubarão tem inauguração prevista para o início de 2024. Ao longo do ano que vem, as duas fábricas irão produzir cerca de 2,5 milhões de toneladas. A produção crescerá gradativamente até atingir os 6 milhões de toneladas por ano. As instalações demandaram investimento de R\$ 1,2 bilhão. No pico das obras, foram gerados 2.300 empregos.

“Estamos oferecendo um produto que apoiará nossos clientes, os fabricantes de aço, a se adequarem às metas de redução de emissões que estão sendo adotadas por governos em todo o mundo, contribuindo para o combate à mudança climática”, disse o presidente da mineradora, Eduardo Bartolomeo.

Descarbonização em etapas

O vice-presidente executivo de Soluções de Minério de Ferro da Vale, Marcello Spinelli, afirmou que a descarbonização da siderurgia se dará em etapas: “Na primeira, nossos clientes estão buscando formas de aumentar a eficiência operacional na rota de alto-forno, reduzindo o gasto de energia e, conseqüentemente, diminuindo emissões de CO₂”.

Na etapa final, prosseguiu o executivo, quando o hidrogênio verde estiver disponível, o briquete contribuirá para a produção de aço de zero carbono, o que será feito por meio da rota de redução direta, mais “limpa” que a do alto-forno.

A aplicação na rota direta será feita com uma segunda versão do briquete, atualmente em desenvolvimento. A Vale informou que testes experimentais foram realizados com sucesso, e a empresa já iniciou o primeiro teste industrial, em um reator na América do Norte.

Meta de redução de emissões

O briquete está incluído na meta de reduzir em 15% as emissões de escopo 3, relativas à cadeia de valor, até 2035, afirmou a mineradora. A empresa já assinou acordos para oferecer soluções de descarbonização com mais de 50 clientes, responsáveis por 35% dessas emissões. Entre as soluções propostas, está a construção de plantas de briquete nas instalações de alguns clientes.

A Vale também busca reduzir suas emissões líquidas de carbono diretas e indiretas (escopos 1 e 2) em 33% até 2030, como primeiro passo para zerar suas emissões líquidas até 2050.

Processo sem água

Produzido a partir da aglomeração a baixas temperaturas de minério de alta qualidade, o briquete emite menos particulados e gases como dióxido de enxofre e óxido de nitrogênio quando comparado aos processos tradicionais de aglomeração. O processo dispensa o uso de água, de acordo com a companhia.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 13/12/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

COM BAIXA CONCORRÊNCIA, LEILÃO DE PORTOS TEM QUADRA CAPITAL E INTERMARÍTIMA COMO VENCEDORES

Ao todo, as outorgas ofertadas somaram R\$ 2,6 milhões — o valor mínimo previsto nos editais era de R\$ 1. Os investimentos contratados somam cerca de R\$ 1 bilhão

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Porto de Paranaguá — Foto: Divulgação

O leilão de cinco terminais portuários realizado nesta quarta-feira (13) terminou com a vitória da Quadra Capital, da Intermarítima, da AC Vita, da Unifertil e da Serra Morena.

Ao todo, as outorgas ofertadas somaram R\$ 2,6 milhões — o valor mínimo previsto nos editais era de R\$ 1. Os investimentos contratados somam cerca de R\$ 1 bilhão.

Dos cinco ativos, apenas um foi alvo de concorrência: o terminal de sal no Porto de Maceió, que atraiu a Intermarítima e a Braskem.

A Intermarítima saiu vencedora da disputa, com uma oferta que alcançou R\$ 1 milhão, após disputa por viva-voz. A Braskem, que havia contratado os estudos do arrendamento, encerrou com uma oferta de R\$ 700 mil. O contrato terá duração de cinco anos, com possibilidade de prorrogação. Os investimentos obrigatórios previstos são de R\$ 7,2 milhões.

Desde 2020, a petroquímica importa sal a granel, como substituição ao sal-gema produzido em suas minas em Maceió — cuja exploração foi suspensa devido ao desastre provocado na região pelas atividades da petroquímica. Segundo os estudos da licitação, inicialmente a empresa importará o sal mineral do Chile, mas depois a ideia é realizar a compra do sal marinho produzido no Rio Grande do Norte. A empresa estima que serão movimentadas cerca de 960 mil toneladas por ano, por um período de cinco anos.

Hoje, a Intermarítima já opera o Terminal Salineiro de Areia Branca (Tersab), no Rio Grande do Norte. A empresa também opera outros terminais na Bahia. O terminal de grãos em Paranaguá, o PAR09, principal ativo do lote, ficou com a Quadra Capital, que foi a única interessada. A empresa fez proposta de R\$ 615 mil de outorga pelo contrato, que terá duração de 35 anos. O investimento previsto é de R\$ 910 milhões.

Este é o segundo projeto do grupo financeiro no setor portuário. A companhia já havia conquistado em 2022 o leilão de privatização da companhia docas do Espírito Santos, a Codesa, que foi rebatizada como VPorts.

A AC Vita Serviços de Armazenagem venceu o leilão do terminal no porto de Rio Grande, destinado à movimentação de grãos sólidos vegetais, em especial arroz e derivados. A empresa ofereceu uma outorga de R\$ 1 milhão pelo ativo.

O contrato, que terá duração de dez anos, sem possibilidade de prorrogação, prevê R\$ 26 milhões de investimentos. Trata-se de um terminal já em operação. O ativo era explorado no passado pela

Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), porém, com a sua extinção, foi celebrado um contrato de transição com a AC Vita, que desde então vem prestando o serviço. Segundo os estudos, a produção de arroz no Rio Grande do Sul representa 70% da safra brasileira do produto, e o porto de Rio Grande é o principal meio de escoamento da carga.

A Unifertil (Universal de Fertilizantes) conquistou o terminal POA11, em Porto Alegre, destinado à movimentação de granéis sólidos. O grupo ofereceu R\$ 50 mil pelo ativo.

O contrato, que terá duração de dez anos, sem possibilidade de prorrogação, prevê R\$ 5 milhões de investimentos.

O terminal POA11 já existe, porém está hoje inoperante. O armazém existente na área, que era destinado a fertilizantes, encontra-se com a cobertura colapsada devido à falta de manutenção e pintura inadequada, segundo descrevem os estudos do projeto. Com o novo contrato, a expectativa é reativar a estrutura.

Por fim, a Serra Morena conquistou o terminal POA02, em Porto Alegre, destinado à movimentação de granéis sólidos, especialmente cereais e fertilizantes. O grupo ofereceu R\$ 2 mil pelo ativo. O contrato, que terá duração de dez anos, sem possibilidade de prorrogação, prevê R\$ 16 milhões de investimento.

Trata-se de um terminal já em operação pela Serra Morena, que contratou os estudos do projeto. A empresa vinha prestando o serviço por meio de um contrato de transição. Segundo os estudos, a previsão para o novo arrendamento é de continuidade na movimentação das cargas predominantes no local hoje, que são trigo, milho, fertilizantes e sal.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 13/12/2023*

CRÍTICAS DO GOVERNO À RESPONSABILIDADE FISCAL SÃO 'PROBLEMA MUITO SÉRIO', DIZ ARMINIO

Ex-presidente do BC afirma que esperava mais do governo Lula, especialmente na economia
Por Claudia Safatle, Valor



Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central — Foto: Leo Pinheiro/Valor

Apesar de decepcionado com a postura do governo, de um certo “inconformismo com a ideia de responsabilidade fiscal como pilar para se desenvolver o país”, Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central e sócio da Gávea Investimentos, disse ao Valor que não mudaria o seu voto dado a Lula/Alckmin no segundo turno das eleições de 2022.

Ele concordou que o mercado financeiro “acalmou-se”, mas salientou o Brasil está pagando juros reais de 6% nas NTN-B para manter essa situação. “A taxa de poupança caiu e o investimento está em queda. O mercado não está dando essa folga toda”, disse.

Sobre o aumento da carga tributária embutido no pacote de medidas para aumentar a arrecadação como principal instrumento para zerar o déficit primário no ano que vem, seja na tributação dos fundos offshore, seja nos fundos fechados, Arminio avaliou que ele vai na direção de uma maior justiça tributária. Ponderou que não é “contra o aumento da carga que representa redução dos gastos tributários. Acho isso muito razoável”.

A seguir os principais trechos da entrevista:



Valor: Ao fim do primeiro ano do governo Lula, qual a sua avaliação?

Arminio: Há um certo alívio em relação a temas mais espinhosos, ligados à democracia, e também no que diz respeito a algumas áreas que vinham mais estressadas, como a relação entre os três Poderes. Mas, no geral, sobretudo na economia, eu esperava mais.

Valor: O que o senhor esperava?

Arminio: O governo largou com uma posição surpreendente, para mim pelo menos — que ouvi o presidente repetidas vezes dizer que não havia qualquer razão para preocupação com a área macroeconômica, que ele, quando presidiu o Brasil, sempre teve superávit primário —, e, de repente, o que aparece é uma postura de inconformismo com a ideia de responsabilidade fiscal como pilar para se desenvolver o país, inclusive criando espaços para proteger os mais pobres, que sempre foi a preocupação dele. Eu enxergo aí um problema muito sério.

Valor: Por quê?

Arminio: O governo não está dando sinais concretos de buscar paz macroeconômica. O arcabouço foi um passo na direção certa, mas não foi suficiente e está sendo, hoje, questionado pelos analistas que fazem contas. A exclusão do lado do gasto é um duplo problema. De um lado, é um problema fiscal, de endividamento público; mas eu iria bem além, venho dizendo há muito tempo que o Brasil precisa repensar o gasto público, redefinir prioridades, e eu não vejo isso acontecendo.

Valor: Até há pouco tempo falar em aumento da carga tributária era quase que um palavrão. Mas agora parece que todos aceitam como parte do ajuste do governo Lula. É isso mesmo?

Arminio: Eu não sou contra o aumento da carga que representa redução dos gastos tributários. Acho isso muito razoável, Creio que cabe, em algum momento, abrir a discussão sobre o tamanho do Estado, mas eu não misturaria as coisas.

Valor: Esse aumento na tributação sobre a renda do capital faz justiça tributária?

Arminio: Faz. Não está claro o que vai acontecer com o Simples e o lucro presumido. Esses seriam movimentos mais importantes do que os ajustes na tributação da renda do capital (tanto nos fundos offshore quanto nos fundos fechados) para se fazer justiça social.

Valor: O mercado parece calmo com o ajuste fiscal tal como prometido pelo ministro Fernando Haddad. Não está?

Arminio: O mercado é um bicho muito pouco confiável no curto prazo. O Brasil está prestes a aprovar uma reforma tributária importante, o que é bom. E evitou-se propostas do PT que teriam sido catastróficas: mexer na Previdência, para piorar; mexer nas regras trabalhistas e de saneamento, para piorá-las. Foram boas notícias. É difícil dizer que o mercado está apoiando quando você têm as taxas de juros reais entre 5,5% e 6% nas NTN-B. Sem dúvida, as coisas acalmaram um pouco. Mas o Brasil paga para ter essa calma com esses juros. A taxa de poupança está em queda, os investimentos caem. Então, o mercado não está dando essa folga toda. O câmbio, sim, seria um fator, mas tem tudo a ver com os juros e, é claro, com o espetacular desempenho do agronegócio.

Valor: O senhor vê limite para os juros caírem para um dígito com o fiscal tal como está?

Arminio: Eu não descarto uma queda no caso de o país entrar em recessão, mas aí seria pelas razões erradas. Taxas de juros muito altas não são normais. Acho que, se o Brasil arrumasse a casa na área econômica, a taxa real cairia para uns 3% a 4%. O desafio é ter juros baixos sem perder o controle da inflação e do balanço de pagamentos

Valor: O senhor diria que há aspectos positivos do lado ambiental?

Arminio: Há, mas é muito curioso: Brasil vai pra Dubai, para a Conferência do Clima, e volta membro da Opep+, não é exatamente um bom sinal.

Valor: Mas e a redução do desmatamento?

Arminio: Sim, a ideia de que o desmatamento tem que parar e que o Brasil tem que aproveitar a sua força natural para incorporar essa dimensão em uma estratégia de desenvolvimento faz todo sentido. Mas o ano está acabando e o governo fez alguns comentários positivos, mas não apresentou muito. O próprio ministro Fernando Haddad falou, agora em Dubai, na estratégia, em um programa nessa

área de transição energética e temas afins. Mas o programa em si não apareceu ainda. Claramente não é uma prioridade alta, porque passou-se o ano inteiro e um tema que foi anunciado desde o início ainda não engrenou.

Valor: O presidente continua se aproximando de ditadores...

Arminio: Infelizmente isso não é novidade. Eu tinha esperança de que ele adotasse uma postura diferente, mas não é o caso. É uma pena. Agora está lá o Maduro [Nicolás Maduro, presidente da Venezuela] dando uma rasteira em nós, de certa maneira, com essa ameaça de ocupação da Guiana. Não é algo que faça o menor sentido para nós, estarmos perto dessa liderança que destruiu o seu país. Aliás, esse é um tema clássico: governos em apuros inventam guerra. Era para termos uma postura mais sisuda. Tudo bem, é nosso vizinho e vamos dialogar, mas não é sorrindo na foto, para dar um exemplo mais leve.

Valor: A política das estatais também vem sofrendo mudanças. As empresas, que eram superavitárias, agora apresentam déficit, que neste ano se aproxima da casa dos R\$ 6 bilhões. E a Lei das Estatais, que as protegia de indicações políticas depois dos saques feitos na Petrobras desvendados pela Operação Lava-Jato, está sendo aliviada pelo governo.

Arminio: É. Mas a lei, que continua existindo, diz que, em casos de decisões não econômicas que gerem prejuízos, o governo tem que cobrir. Não estou falando de roubo, mas de manipulação da política de preços dos combustíveis.

Valor: Dadas as frustrações na área econômica, o senhor manteria o seu voto nas eleições do ano passado?

Arminio: Sim. Eu não mudaria meu voto do segundo turno das eleições, mesmo sabendo da decepção na área econômica. Eu votei da maneira que eu achava razoável.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

PPP DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE SANTOS DEVERÁ SER ANUNCIADO NO 2º SEMESTRE DE 2024

Projeto deverá aprofundar o canal de acesso dos atuais 14 para 17 metros e gerar R\$ 6 bi de investimento, afirma Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Em relação ao novo terminal de contêineres em Santos, Costa Filho diz que o STS10 está sendo remodelado e que o novo terminal deverá ser realocado para a Ilha de Bagres — Foto: Alphamar

O governo planeja anunciar a PPP do canal de acesso do Porto de Santos no segundo semestre de 2024, segundo Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos. O projeto deverá aprofundar o canal de acesso dos atuais 14 metros para 17 metros e gerar R\$ 6 bilhões

de investimento, disse ele.

“Estamos renovando neste ano a dragagem atual e, nos próximos seis meses, estamos modelando com a área técnica a PPP. Esperamos, no segundo semestre, anunciar a PPP da dragagem, que será o maior investimento em dragagem dos portos brasileiros”, afirmou o ministro, nesta quarta (13), após o leilão de terminais portuários.

Em relação ao projeto de novo terminal de contêineres em Santos, ele disse que o STS10 está sendo remodelado e que o novo terminal deverá ser realocado para a Ilha de Bagres, na margem esquerda do porto.

“O STS10 poderá ser realocado para a área que será da futura da ampliação do porto, que é área de Bagres”, disse ele.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

SETOR PORTUÁRIO DEVERÁ TER 20 NOVOS LEILÕES EM 2024 COM MAIS DE R\$ 8 BI DE INVESTIMENTO, DIZ MINISTRO

A próxima licitação deverá acontecer no início de março de 2024, com quatro terminais em Recife e um em Vila do Conde (PA), segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Há uma série de projetos de grande porte que deverão sair ainda em 2024 — Foto: Divulgação

O setor portuário deverá ter vinte leilões em 2024, que deverão somar mais de R\$ 8 bilhões de investimentos, segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos). “Nesses próximos três anos, há a possibilidade de 35 novos leilões. São grandes empreendimentos com ‘capex’ [investimento em bens de capital] de mais de R\$ 15 bilhões”, afirmou em entrevista a jornalistas após o leilão de cinco terminais, realizado nesta quarta-feira (13).

A próxima licitação deverá acontecer no início de março de 2024, com quatro terminais em Recife e um em Vila do Conde (PA), segundo Eduardo Nery, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O terminal de Vila do Conde teria sido licitado nesta quarta, porém, uma empresa impugnou o edital, porque observou a necessidade de realização de audiência pública — como se trata de um processo simplificado, a agência não havia identificado a necessidade de fazer a consulta, mas reconheceu o pedido e já anunciou a abertura do processo para ouvir a sociedade, segundo Nery.

Depois, há uma série de projetos de grande porte que deverão sair ainda em 2024, diz Nery.

Um deles é o arrendamento de longo prazo do porto de Itajaí (SC), que vai combinar a concessão do canal de acesso com o terminal de contêineres, por um prazo de 25 anos. “Amanhã vamos aprovar a audiência pública desse processo. O leilão vai ser ainda em 2024”, disse.

Outro grande empreendimento é o canal de acesso de Paranaguá (PR), com mais de R\$ 1 bilhão de investimento, que está sendo encaminhado para o Tribunal de Contas da União (TCU) em breve. No porto há ainda outros dois terminais, o PAR14 e o PAR15. “Os ajustes finais já passaram pelo TCU e deve sair no primeiro semestre”, diz Nery.

Além disso, há o terminal de grãos em Itaguaí, com cerca de R\$ 3 bilhões de investimentos previstos, que também deverá ter edital no primeiro trimestre do ano que vem.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

COM BAIXA CONCORRÊNCIA, LEILÃO DE PORTOS TEM QUADRA CAPITAL E INTERMARÍTIMA COMO VENCEDORES

Ao todo, as outorgas ofertadas somaram R\$ 2,6 milhões — o valor mínimo previsto nos editais era de R\$ 1. Os investimentos contratados somam cerca de R\$ 1 bilhão

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Porto de Paranaguá — Foto: Divulgação

O leilão de cinco terminais portuários realizado nesta quarta-feira (13) terminou com a vitória da Quadra Capital, da Intermarítima, da AC Vita, da Unifertil e da Serra Morena.

Ao todo, as outorgas ofertadas somaram R\$ 2,6 milhões — o valor mínimo previsto nos editais era de R\$ 1. Os investimentos contratados somam cerca de R\$ 1 bilhão.

Dos cinco ativos, apenas um foi alvo de concorrência: o terminal de sal no Porto de Maceió, que atraiu a Intermarítima e a Braskem.

A Intermarítima saiu vencedora da disputa, com uma oferta que alcançou R\$ 1 milhão, após disputa por viva-voz. A Braskem, que havia contratado os estudos do arrendamento, encerrou com uma oferta de R\$ 700 mil. O contrato terá duração de cinco anos, com possibilidade de prorrogação. Os investimentos obrigatórios previstos são de R\$ 7,2 milhões.

Desde 2020, a petroquímica importa sal a granel, como substituição ao sal-gema produzido em suas minas em Maceió — cuja exploração foi suspensa devido ao desastre provocado na região pelas atividades da petroquímica. Segundo os estudos da licitação, inicialmente a empresa importará o sal mineral do Chile, mas depois a ideia é realizar a compra do sal marinho produzido no Rio Grande do Norte. A empresa estima que serão movimentadas cerca de 960 mil toneladas por ano, por um período de cinco anos.

Hoje, a Intermarítima já opera o Terminal Salineiro de Areia Branca (Tersab), no Rio Grande do Norte. A empresa também opera outros terminais na Bahia.

O terminal de grãos em Paranaguá, o PAR09, principal ativo do lote, ficou com a Quadra Capital, que foi a única interessada. A empresa fez proposta de R\$ 615 mil de outorga pelo contrato, que terá duração de 35 anos. O investimento previsto é de R\$ 910 milhões.

Este é o segundo projeto do grupo financeiro no setor portuário. A companhia já havia conquistado em 2022 o leilão de privatização da companhia docas do Espírito Santos, a Codesa, que foi rebatizada como VPorts.

A AC Vita Serviços de Armazenagem venceu o leilão do terminal no porto de Rio Grande, destinado à movimentação de grãos sólidos vegetais, em especial arroz e derivados. A empresa ofereceu uma outorga de R\$ 1 milhão pelo ativo.

O contrato, que terá duração de dez anos, sem possibilidade de prorrogação, prevê R\$ 26 milhões de investimentos. Trata-se de um terminal já em operação. O ativo era explorado no passado pela Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), porém, com a sua extinção, foi celebrado um contrato de transição com a AC Vita, que desde então vem prestando o serviço. Segundo os estudos, a produção de arroz no Rio Grande do Sul representa 70% da safra brasileira do produto, e o porto de Rio Grande é o principal meio de escoamento da carga.

A Unifertil (Universal de Fertilizantes) conquistou o terminal POA11, em Porto Alegre, destinado à movimentação de grãos sólidos. O grupo ofereceu R\$ 50 mil pelo ativo.

O contrato, que terá duração de dez anos, sem possibilidade de prorrogação, prevê R\$ 5 milhões de investimentos.

O terminal POA11 já existe, porém está hoje inoperante. O armazém existente na área, que era destinado a fertilizantes, encontra-se com a cobertura colapsada devido à falta de manutenção e

pintura inadequada, segundo descrevem os estudos do projeto. Com o novo contrato, a expectativa é reativar a estrutura.

Por fim, a Serra Morena conquistou o terminal POA02, em Porto Alegre, destinado à movimentação de granéis sólidos, especialmente cereais e fertilizantes. O grupo ofereceu R\$ 2 mil pelo ativo. O contrato, que terá duração de dez anos, sem possibilidade de prorrogação, prevê R\$ 16 milhões de investimento.

Trata-se de um terminal já em operação pela Serra Morena, que contratou os estudos do projeto. A empresa vinha prestando o serviço por meio de um contrato de transição. Segundo os estudos, a previsão para o novo arrendamento é de continuidade na movimentação das cargas predominantes no local hoje, que são trigo, milho, fertilizantes e sal.

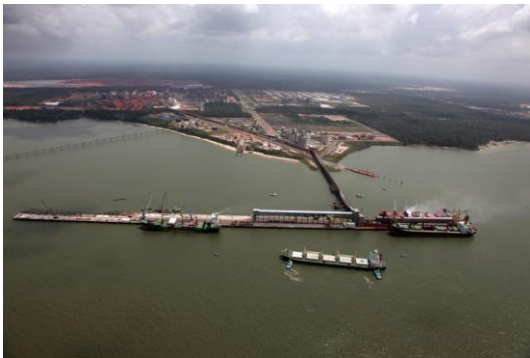
Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

LEILÃO DE PORTOS INCLUI TERMINAL DE SAL VOLTADO À BRASKEM E DE GRÃOS EM PARANAGUÁ (PR)

Juntos, os cinco projetos que vão a leilão somam R\$ 54,2 milhões de investimentos

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo



Inicialmente, também estava prevista a licitação de um terminal de granéis sólidos em Vila do Conde (PA), com investimento de R\$ 9,4 milhões, mas a concorrência foi suspensa — Foto: Reprodução

O governo federal e a autoridade portuária de Paranaguá (PR) realizam nesta quarta-feira (13) o leilão de cinco terminais portuários. A concorrência será realizada a partir de 14h, na sede da B3, em São Paulo.

O principal deles é o terminal de granéis sólidos no porto paranaense, o chamado PAR09, que deverá gerar R\$ 910 milhões de investimentos ao longo dos 35 anos de contrato. O arrendamento, destinado à movimentação de soja, farelo de soja, milho e açúcar, chegou a ser alvo de leilão no início deste ano, mas não atraiu interessados. Agora, o projeto recebeu ao menos uma proposta.

Além disso, o governo federal deverá licitar outros quatro terminais portuários, um em Rio Grande (RS), dois em Porto Alegre (RS) e um Maceió (AL) — juntos, os projetos somam R\$ 54,2 milhões de investimentos.

Um dos terminais licitados é destinado à movimentação de sal no Porto de Maceió, o MAC15. Os estudos usados para o arrendamento foram contratados pela Braskem, que deverá utilizar o sal importado em suas unidades industriais da região.

Desde 2020, a Braskem importa sal a granel, como substituição ao sal-gema produzido em suas minas em Maceió — cuja exploração foi suspensa devido ao desastre provocado na região pelas atividades da petroquímica. Segundo os estudos da licitação, inicialmente a empresa importará o sal mineral do Chile, mas depois a ideia é realizar a compra do sal marinho produzido no Rio Grande do Norte. A empresa estima que serão movimentadas cerca de 960 mil toneladas por ano, por um período de cinco anos, segundo os estudos do projeto.

O arrendamento tem prazo de cinco anos, com possibilidade de prorrogação. O investimento previsto é de R\$ 7,2 milhões. O critério de concorrência é o maior valor de outorga, cujo mínimo é de R\$ 1.

Os demais projetos licitados são um terminal de cereais no porto de Rio Grande (RS), o RIG71, com R\$ 26 milhões de investimento, e dois terminais de granéis sólidos em Porto Alegre: o POA02, com

previsão de R\$ 16 milhões de investimento, e POA11, com R\$ 5 milhões em obras previstas. Inicialmente, também estava prevista a licitação de um terminal de grãos sólidos em Vila do Conde (PA), com investimento de R\$ 9,4 milhões, mas a concorrência foi suspensa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

I SQUARED MIRA ATIVOS DE LOGÍSTICA, ENERGIA E DIGITAL

Gestora de investimento focada em infraestrutura, com US\$ 40 bi sob gestão, abriu sede em São Paulo há quatro meses

Por Taís Hirata — De São Paulo



Gautam Bhandari (à esq.) e Sadek Wahba, sócios-diretores da gestora — Foto: Gabriel Reis/Valor

A gestora de investimentos I Squared Capital, que tem US\$ 40 bilhões de ativos de infraestrutura sob sua gestão no mundo, abriu seu escritório em São Paulo há quatro meses e planeja seus primeiros passos no país. Segundo Sadek Wahba, presidente do conselho de administração e sócio-diretor da companhia, não seria surpreendente que os investimentos no Brasil cheguem a US\$ 5 bilhões nos próximos anos.

“Os elementos-chave que buscamos para investir em um país são uma sólida 'rule of law' [estado de direito], um quadro regulatório claro, um sistema que incentive investimentos estrangeiros diretos, uma economia voltada para exportação, mas que ao mesmo tempo busca aumentar sua produtividade, estabilidade social e econômica. E a verdade é que temos todos esses elementos no Brasil. Isso é muito encorajador para nós”, afirmou o executivo global, em conversa com o Valor, durante sua visita a São Paulo, na semana passada.

“O Brasil tem tido um crescimento econômico relativamente lento, mas, na nossa perspectiva, há grande potencial para os próximos cinco, dez anos em termos de crescimento econômico e dos investimentos necessários para ampliar a produtividade do país”, disse Wahba.

A companhia tem sede em Miami e escritórios em Londres, Nova Déli (Índia), Cingapura, Sydney (Austrália) e Taipé (China), além de São Paulo. Os investimentos se estendem a 71 países, em todos os continentes. Globalmente, as áreas de atuação do grupo incluem transporte, energia, saneamento básico, infraestrutura digital e social.

No Brasil, todos os segmentos poderão ser alvo de investimento, porém, o foco central a princípio deverá ser nos setores de infraestrutura digital, energia e logística, explica Gautam Bhandari, sócio-diretor da gestora.

“Gostamos muito do setor de energias renováveis. Os negócios de transformação digital também têm um longo caminho a percorrer, com a ampliação da rede de fibra óptica, de data centers. Além disso, o Brasil é um enorme país exportador. Então o setor de logística, que inclui estrutura de armazenagem, portos, é interessante”, diz o executivo.

No passado, a gestora chegou a estudar a privatização da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), mas acabou não disputando o ativo, segundo fontes de mercado revelaram ao Valor à época. Questionados sobre o interesse na venda do controle da Sabesp, os executivos afirmam que não comentam negócios específicos, mas que globalmente atuam no segmento de tratamento de água.

A I Squared Capital vem analisando ativos no Brasil há ao menos oito anos. Porém, desafios locais, como o risco cambial, atrasaram a entrada no país, segundo Wahba. “Nos últimos anos, o Brasil

passou por reformas importantes em sua regulação, na abertura da economia. Então acreditamos que agora é a hora certa para entrar no país”, disse.

Em relação à qualidade da regulação, a situação no Brasil varia muito de acordo com o segmento da infraestrutura, mas, de modo geral, está em linha com os demais países emergentes, avalia Bhandari. “Em algumas áreas, a regulação é bastante avançada, como a economia digital. O setor de energia teve importantes avanços. Outros estão começando, como saneamento”, disse.

Wahba, porém, também destaca pontos que podem melhorar, em comparação com outros países em desenvolvimento. Ele cita como exemplo o mercado de concessões de rodovias.

“O mercado indiano de rodovias está em operação há mais de 30 anos e, nos últimos 15 anos, gerou bilhões de dólares em investimentos, atraiu mais de 40 investidores institucionais. É um mercado que funciona muito bem, e o motivo é que se mostrou muito estável nesse período. O Brasil viu altos e baixos no mercado de rodovias, alguma volatilidade. O que o investidor quer é ter visibilidade em relação ao que ele não controla. Estamos dispostos a assumir riscos econômicos, mas há dificuldade de projetar riscos políticos. É preciso haver estabilidade.”

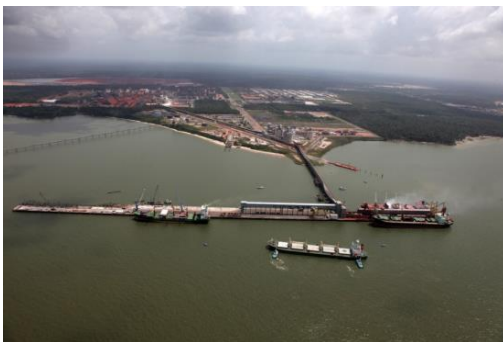
Ao entrar em países emergentes, como o Brasil, a estratégia da gestora costuma passar pela estruturação de novas plataformas. Das 81 companhias controladas pela I Squared, mais da metade foi estruturada do zero. Porém, Wahba diz que aquisições no país tampouco estão descartadas.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 13/12/2023*

ANTAQ EXCLUI TERMINAL PORTUÁRIO DE LEILÃO, NA VÉSPERA DE DISPUTA NA B3

No leilão de quarta-feira (13), está mantida a oferta do principal ativo do certame, o PAR09, no Porto de Paranaguá (PR)

Por Rafael Bitencourt, Valor — Brasília



Vista do porto Vila do Conde, em Barcarena, no Pará — Foto: Reprodução

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) excluiu, em decisão tomada nesta terça-feira (12), um dos seis terminais portuários a serem leiloados em sessão pública marcada para amanhã, na sede da B3, em São Paulo.

A agência retirou da disputa o arrendamento da área VDC04, localizada no porto Vila do Conde (PA). O terminal é destinado à movimentação e à armazenagem de granéis sólidos vegetais. Com contrato de dez anos, o projeto deve receber investimento de R\$ 9,4 milhões. O arrendamento será feito pela modalidade de leilão simplificado.

No leilão de amanhã, está mantida a oferta do principal ativo do certame, o PAR09, no Porto de Paranaguá (PR), com investimento de R\$ 910 milhões e contrato de 35 anos.

Na decisão, a Antaq ainda autoriza a realização de consulta pública e audiências públicas para "aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório".

O Valor apurou, com fonte oficial próxima da agência, que o patamar de receita bruta do terminal VDC04 exige a realização de consulta pública em cumprimento ao rito formal da licitação. Isso não foi feito antes porque o cálculo dispensava a realização de consulta, mas o valor máximo foi extrapolado após recente atualização da data-base.

A previsão da Antaq é de levar o terminal VDC04 à rodada seguinte de leilões, junto a mais quatro terminais do porto do Recife e um de Santos, programada para março de 2024.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

GOVERNO ELEVA IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL

Vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin afirmou que “a produção de equipamentos de geração de energia solar é estratégica para o país”

Por Estevão Taiar, Valor — Brasília

O Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) elevou para 10,8% o imposto de importação sobre módulos fotovoltaicos, até então zerado. Em comunicado, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) afirma que o setor é fundamental “para produção de energias renováveis e para o projeto de neointustrialização do país em bases inovadoras e sustentáveis”.

No caso dos módulos fotovoltaicos já montados, será cobrada da tarifa de importação, por meio da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, a partir de 1º de janeiro. Para outros 324 produtos ex-tarifários (bens de capital, informática e telecomunicação) do mesmo setor, a tarifa valerá 60 dias após a publicação da decisão no Diário Oficial da União (DOU).

“Para que o mercado tenha tempo de se adaptar às novas regras, o Gecex estabeleceu também cotas de importação a 0%, em valores decrescentes até 2027”, informa ainda o Mdic. “As cotas serão de US\$ 1,13 bilhão entre janeiro e junho de 2024; US\$ 1,01 bilhão entre julho de 2024 e junho de 2025; US\$ 717 milhões entre julho de 2025 e junho de 2026; e US\$ 403 milhões entre julho de 2026 e junho de 2027”.

No comunicado, o vice-presidente e titular do Mdic, Geraldo Alckmin, afirma que “a produção de equipamentos de geração de energia solar é estratégica para o país” e “contribui para nossa segurança energética” – além de estar “alinhada ao programa de transição ecológica para uma economia de baixo carbono”.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 13/12/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

RELATÓRIO DA FRENTE PARLAMENTAR SUGERE CONTEÚDO LOCAL MÍNIMO E EVOLUÇÃO GRADATIVA

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 13/12/2023 - 18:05



Arquivo/Divulgação

Documento entregue ao governo, nesta quarta-feira (13), propõe percentuais de 30% para FPSOs e de 40% para plataformas fixas e sondas, chegando a até 50% nos próximos 10 anos

Os integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval Brasileira apresentaram ao governo, nesta quarta-feira (13), o relatório final das atividades desenvolvidas em 2023, com as propostas para a retomada do setor naval no país. Entre as sugestões

entregues ao ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha, está uma tabela com percentuais de conteúdo local para os próximos 10 anos.

tabela-conteudo-local-relatorio-frente-parlamentar-industria-naval.jpgO relatório final apresenta como conteúdo local ideal índices de 30% para FPSOs e de 40% para plataformas fixas e unidades de perfuração (sondas), passando para índices de 35% a 45% dentro de cinco anos e de 40% a 50% nos próximos 10 anos.

A tabela sugerida também traz para navios de abastecimento offshore, navios de carga e já projeta para unidades de suporte a projetos de eólicas offshore, segmento que está em fase de maturação no Brasil e passa por regulamentação.

“Para viabilizar e alavancar a participação da indústria nacional na construção de plataformas no Brasil, para contratos de concessão novos, mesmo que a médio ou longo prazo, será necessário estabelecer um conteúdo local mínimo para as plataformas/embarcações”, destaca o relatório.

O grupo também recomendou o aperfeiçoamento das penalidades para o descumprimento de conteúdo local. O argumento é que é necessário o efetivo cumprimento do conteúdo local dos contratos vigentes.

A avaliação é que atualmente as empresas optam por pagar a multa pelo descumprimento de conteúdo local, possibilitando a construção de até 100% das embarcações fora do Brasil. “É imperativo que este quadro seja revertido, ou seja, o conteúdo local definido deve ser executado na prática”, aponta o documento.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

LEILÃO DE ÁREAS PORTUÁRIAS ARRECADADA R\$ 2,7 MILHÕES EM VALOR DE OUTORGA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 13/12/2023 - 16:58



Divulgação MPor

Certame licitou arrendamentos em Maceió, Porto Alegre e Rio Grande reuniu projetos que somam R\$ 966 milhões em investimentos previstos. Intermarítima, AC Vita Serviços de Armazenagem, Serra Morena Corretora, Unifértil e Quadra foram os arrematantes

O leilão de arrendamentos portuários terminou com os cinco lotes arrematados, gerando arrecadação de aproximadamente R\$ 2,7 milhões em valores de outorga.

A previsão é que sejam investidos um total da ordem de R\$ 966 milhões nas áreas ao longo dos períodos de contrato. O único lote a receber mais de uma proposta no certame realizado na B3, em São Paulo, foi o MAC15, no Porto de Maceió (AL), que será destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal. O contrato de concessão desta área terá cinco anos de duração e será assumido pela Intermarítima Portos e Logística, que ofertou R\$ 1 milhão em valor de outorga, vencendo a Braskem na disputa por viva-voz.

A área RIG71, localizada no porto organizado de Rio Grande (RS), é vocacionada à movimentação de granéis sólidos vegetais e terá contrato firmado de 10 anos junto à AC Vita Serviços de Armazenagem, que apresentou proposta única no valor de R\$ 1 milhão no leilão de hoje.

A Serra Morena Corretora apresentou proposta única de R\$ 2 mil em valor de outorga e arrematou o lote POA02, voltado para a operação de navegação interior e cabotagem por recebimento de via

hidroviária. Já a área POA11, destinada à movimentação de grãos sólidos vegetais ou minerais recebeu oferta de R\$ 50 mil de valor de outorga apresentada pela Unifertil — Universal de Fertilizantes. As duas áreas estão localizadas no porto de Porto Alegre (RS) e terão contratos com duração de 10 anos cada.

Leilão da APPA

A área PAR09, voltada à movimentação de granel vegetal, em especial soja, milho e farelos, arrecadou R\$ 615 mil em valor de outorga em proposta única apresentada pela Q-PAR09 FIP Multiestratégia, que tem a Quadra como gestora — mesma que sai vencedora no leilão de desestatização do Porto de Vitória (ES), há cerca de um ano e meio. A PAR09 foi licitada pela APPA, autoridade portuária dos portos paranaenses, que possui autonomia para esse tipo de leilão. A previsão é que sejam investidos R\$ 910 milhões pelos próximos 35 anos nesse arrendamento.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

TUPS MOVIMENTAM 40% DO TOTAL DE CONTÊINERES NO 3º TRIMESTRE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/12/2023 - 20:39



Presidente da ATP, almirante Murillo Barbosa

Terminais de Uso Privado crescem no mercado de contêiner com movimentação de 1,2 milhão de TEUs. Caso o desempenho se mantenha, ATP estima que, em até três anos, a maior parte do marketshare de contêineres seja dos terminais privados

Os TUPs (Terminais de Uso Privado) se destacaram na movimentação de contêineres no 3º trimestre de 2023, segundo dados do DATAPort, com base no relatório da Antaq. Os números da movimentação portuária brasileira no período mostram que 40,1% do fluxo de contêineres ocorreu nos terminais privados, com o montante de 1,2 milhão de TEUs. Nos últimos cinco anos, a movimentação de contêineres nos TUPs subiu aproximadamente 9 pontos percentuais, saltando de 31,2% para 40,1%.

Segundo estimativa da ATP (Associação de Terminais Portuários Privados), caso o ritmo de crescimento observado em 2023 seja mantido, em relação ao ano anterior, em até três anos, a maior parte do marketshare de contêineres será dos terminais portuários privados.

“Essa expectativa se fortalece quando observamos as perspectivas de novos terminais, já autorizados para movimentar contêineres, como a Imetame (ES)”, explica o presidente da ATP, Murillo Barbosa.

Entre os 11 terminais de uso privado que movimentaram contêineres no período, cinco associados da ATP se destacaram pela alta movimentação: A Portonave (351,7 mil TEUs), o Porto Itapoá (284 mil TEUs), a DPW (259,1 mil TEUs), o Porto Chibatão (175,5 mil TEUs) e o Terminal Portuário de Pecém (111,3 mil TEUs). Juntos, os terminais movimentam 95,2% do total de contêineres transportados por meio dos TUPs.

Barbosa destaca que a movimentação de cargas containerizadas desempenha um papel crucial no cenário global do transporte de mercadorias. “A utilização de contêineres oferece eficiência logística, segurança e versatilidade, tornando-se uma escolha preferencial para o transporte de mercadorias de alto valor agregado. Neste cenário, os TUPs têm alcançado grande evolução de resultados, como atestam os números do terceiro trimestre”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

PEDRA FUNDAMENTAL MARCA O INÍCIO DAS OBRAS DA BASE DE LIQUEFAÇÃO E COMPRESSÃO DE GÁS NA BAHIA

Da Redação NOTÍCIAS



Assinatura da parceria entre GNLink, Petrobahia e Bahiagás - foto Divulgação Petrobahia

As distribuidoras de gás natural GNLink e Petrobahia, e a Bahiagás, companhia responsável pelo desenvolvimento infraestrutura e do mercado de distribuição do gás, lançam, nesta quarta-feira (13), a Pedra Fundamental da Base de Liquefação e Compressão, em Itabuna, na Bahia. A cerimônia de lançamento acontecerá no Distrito Industrial de Itabuna.

A inauguração celebra o começo das obras do empreendimento, que se tornará o primeiro projeto de liquefação do gás natural oriundo de um gasoduto do Nordeste, e consolida o município de Itabuna como hub desse recurso para todo o sul da Bahia. O projeto tem como principal objetivo dar o pontapé inicial para interiorização gás natural na Bahia e em outras áreas da região.

Para Marcelo Rodrigues, CEO da GNLink, esse projeto é um marco histórico e vem para assegurar uma maior competitividade no mercado e mais benefícios para a sociedade. “Essa base significa um passo muito importante para o fornecimento do gás natural na Bahia em áreas não abastecidas por gasodutos. O território é muito extenso e, até então, não há uma infraestrutura de gasoduto capaz de abastecer regiões distantes da malha dutoviária e municípios no interior do estado. Agora, com esse projeto se tornando realidade, vamos conseguir liquefazer, comprimir e fornecer o gás natural para todas as cidades, beneficiando a população baiana. Além disso, o mercado tende a ficar mais competitivo, através da distribuição de um gás menos danoso ao meio ambiente e que permite um aumento da performance operacional das empresas”, disse o executivo.

Com um investimento de R\$ 155 milhões e capacidade de 98.000m³/dia de gás natural, a base está prevista para entrar em operação no terceiro trimestre de 2024 e terá como foco atender os mercados industrial e automotivo. Além da geração de empregos para mão de obra direta e indireta, a nova planta de liquefação e compressão do gás natural vai contribuir para a arrecadação de tributos e novas divisas para os municípios e estado.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

TCU APROVA PRORROGAÇÃO DE ARRENDAMENTO DO TERMINAL DA BTP NO PORTO DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/12/2023 - 20:39

O TCU analisou a prorrogação antecipada do contrato de arrendamento para o terminal de contêineres da BTP no Porto de Santos (SP). Sob a relatoria Jorge Oliveira, o Tribunal verificou não haver irregularidades na minuta de termo aditivo. E avaliou que o terminal apresenta altos níveis de eficiência e produtividade, “com indicadores melhores que seus concorrentes”, relatou o TCU.

Foi determinado ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Antaq que incluam, no termo aditivo, mecanismos para compartilhar com a arrendatária receitas a maior.

O contrato inicial foi firmado em 20 de julho de 2001, com vigência até janeiro de 2027, para exploração de área de 431 mil m². A proposta de prorrogação formulada pela arrendatária estenderia a avença por mais 20 anos, até 2047.

Para isso, a BTP propõe realizar investimentos adicionais de R\$ 1,54 bilhão na infraestrutura do terminal para a ampliação da capacidade de movimentação de cargas e o aumento da eficiência

operacional. A proposta inclui a remuneração da autoridade portuária com a outorga total de R\$ 440 milhões.

A arrendatária pleiteia ainda o adensamento de área anexa de 23 mil m² (com acréscimo aproximado de 5%), referente à atual via de acesso exclusivo ao terminal.

A Corte de contas verificou a viabilidade econômico-financeira do arrendamento, bem como a razoabilidade e coerência dos investimentos e do custo operacional estimados.

Segundo avaliou o TCU, o BTP movimentou em média, entre 2018 e 2020, 61 contêineres por hora, enquanto a Santos Brasil somou 58 e a DPW, 50.

O TCU determinou à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que, nas análises dos projetos executivos para a contabilização dos investimentos mínimos a serem comprovados pela arrendatária, realize análise de custos mais rigorosa e detalhada do que as desta etapa processual.

Há também determinação ao Ministério de Portos e Aeroportos e à Antaq para que incluam, no termo aditivo para prorrogação antecipada do contrato, mecanismos para compartilhar com a arrendatária receitas a maior oriundas de alterações relevantes na demanda prevista nos estudos de viabilidade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

EQUINOR CONTRATA NAVIO DE ABASTECIMENTO 'HAVILA SUBSEA', DA REACH SUBSEA

Da Redação OFFSHORE 12/12/2023 - 20:39



A Reach Subsea, empresa com sede na Noruega, inicia a prestação de serviços para a Equinor no Brasil este mês, utilizando o navio de abastecimento offshore "Havila Subsea".

A companhia e a brasileira OceanPact foram incluídas em adjudicação contratual da Equinor para serviços combinados de construção, inspeção, manutenção, reparo e pesquisa no campo de Peregrino, na Bacia de Campos.

O projeto tem uma duração aproximada de 45 dias, no âmbito do contrato, que tem validade por um ano.

Segundo a empresa norueguesa, o projeto tem elevada complexidade técnica e combina serviços prestados por diferentes divisões da companhia. "A expansão no crescente mercado brasileiro é de grande importância e implica um potencial significativo para a Reach Subsea. O contrato com a Equinor é uma prova sólida de nosso compromisso e sucesso", disse Cleiver Moulin, diretor gerente da Reach Subsea no Brasil.

Com esta adjudicação de contrato, juntamente com vários outros contratos recentes na Europa e nos EUA, a Reach Subsea informa que garantiu receitas com um valor total estimado acima de NOK 265 milhões. A maioria desses contratos começa no quarto trimestre de 2023 e no primeiro trimestre de 2024.

Jostein Alendal, CEO da Reach Subsea, disse: "Estamos testemunhando uma demanda consistente e robusta por nossos serviços no setor oceânico. Esses contratos reforçam nossa carteira de pedidos existente e servem como uma confirmação da proposta de valor atraente de nossas ofertas abrangentes e integradas. Eles também ressaltam nossa capacidade de competir efetivamente por uma ampla gama de atribuições em escala global".

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

USO E ARMAZENAMENTO DE CARBONO NO MAR DE BARENTS ESTÁ MAIS PRÓXIMO DE SE TORNAR REALIDADE

Da Redação OFFSHORE 12/12/2023 - 20:39

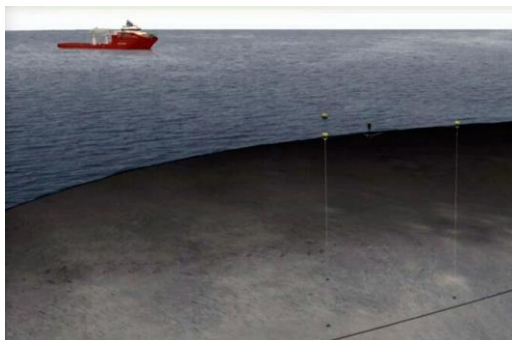


Foto: divulgação Horisont Energi

A Horisont Energi e a PGNiG Upstream Norway (PUN), parte do Grupo polonês Orlen, assinaram um acordo de compra e venda (SPA) em que a PUN adquire uma participação de 50% na licença de exploração de CO2 no Mar de Barents. Os demais 50% permanecem com a Horison.

O SPA está sujeito à aprovação das autoridades norueguesas.

“A captura e armazenamento de CO2 desempenharão um papel fundamental na implementação da política climática do grupo, permitindo-nos também introduzir um novo serviço de gestão de carbono. Com o aumento dos preços das licenças de CO2, o armazenamento de carbono torna-se crucial para sustentar a competitividade de certas indústrias”, afirmou Daniel Obajtek, CEO da Orlen.

A licença está localizada várias centenas de metros abaixo do fundo do mar, no Mar de Barents, a 140 quilômetros da cidade-porto de Hammerfest, na Noruega.

O reservatório, denominado Polaris, estará disponível para armazenamento de terceiros e a gigante energética alemã E.ON assinou uma carta de intenções no início deste ano, comprometendo-se a comprar e armazenar um milhão de toneladas de CO2 de clientes europeus.

O reservatório Polaris está atualmente passando por avaliações e estudos de subsuperfície, com a pré-pesquisa offshore concluída. O pedido de licença de exploração foi apresentado em 2021 ao Ministério do Petróleo e Energia da Noruega.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

WINGD E ALFA LAVAL DESENVOLVERÃO MOTORES MOVIDOS A AMÔNIA

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 12/12/2023 - 20:39



Motor de teste no Centro de Pesquisa e Inovação WinGD Engine. Imagem cortesia WinGD

A Alfa Laval e a WinGD estabeleceram uma parceria na qual a Alfa Laval fornecerá dois sistemas de fornecimento de combustível (FSS) para testar o motor movido a amônia da WinGD no início de 2024. O experimento é um passo no desenvolvimento da amônia como futuro combustível para embarcações marítimas.

A Alfa Laval entregará os FSS para teste de injetores e de motores. O projeto está no âmbito do acordo anterior da WinGD e da Alfa Laval para cooperação em metanol e amônia, assinado em 2022. Isso dá a ambas as empresas a oportunidade de otimizar o fornecimento geral de combustível e utilizá-lo para aplicação posterior a bordo.

“A colaboração estratégica, como esta com a WinGD, representa um caminho definitivo para alcançar a descarbonização e a transição de combustível”, disse Viktor Friberg, chefe de Sistemas de Separação Marítima e Fornecimento de Combustível da Alfa Laval.

A Alfa Laval também investigará e desenvolverá um sistema de mitigação para garantir o manuseio seguro da amônia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

ANTAQ DESTACA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS, DESCARBONIZAÇÃO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA COP 28

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/12/2023 - 20:39



Durante a conferência, a agência apresentou principais ações e estudos na busca pela redução de emissões de gases de efeito estufa

Na última sexta-feira (8), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) encerrou a sua participação na 28ª Conferência de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU).

O evento contou com a participação do diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, que, na última quarta-feira (6), representou a Agência no painel de discussão acerca da Transição Ecológica e Infraestrutura de Transporte. Os debates ocorreram no “Pavilhão Brasil”, onde foram apresentadas soluções climáticas promovidas pelo país em três eixos: tecnologias setoriais; instituições e instrumentos de Estado resilientes; e promoção do sócio diversidade.

Em sua fala, Nery ressaltou que as pautas de sustentabilidade e políticas ESG são prioridade dentro da agência. Falou das principais ações e estudos feitos pela Antaq a fim de contribuir para o Acordo de Paris, que objetiva reduzir emissões de gases de efeito estufa.

O diretor-geral ressaltou recente aprovação do trabalho que analisou os “Impactos e Riscos da Mudança do Clima nos Portos Públicos”. Dividido em três partes, o trabalho visa municiar entidades portuárias públicas e privadas a buscar novas certificações e conhecimentos relacionados ao meio ambiente.

Ressaltou, ainda, outro estudo que vem sendo produzido, em parceria com a GIZ, diretamente voltado à descarbonização no setor portuário. O trabalho buscará entender como os portos estão preparados para receber embarcações que trafegam com combustíveis menos poluentes, se estão preparados para práticas de descarbonização até o suprimento de infraestrutura para as embarcações e instauração de parque offshore. No segundo semestre de 2023, foi aprovada a primeira parte dos estudos, que tratou dos aspectos regulatórios de navegação e portuários.

“Nossa participação na COP 28 deixou ainda mais evidente a urgência climática mundial e o nosso papel no fortalecimento da Economia Azul e na promoção da sustentabilidade no setor aquaviário como um todo. Estamos trabalhando firmemente para atingir as melhores práticas sustentáveis e desenvolver estratégias para chegar em 2050 com padrão de carbono zero”, afirmou.

A Antaq foi a primeira agência do país a ter uma área dedicada ao tema, a Superintendência de Desempenho, Sustentabilidade e Inovação (SDSI), atualmente liderada pela superintendente Cristina Castro, que também esteve presente na COP 28 e fechou a participação da autarquia na COP como debatedora em painel promovido pelo Pacto Global da ONU no Brasil sobre Adaptação às Mudanças Climáticas no Setor Marítimo.

“O setor que representamos é protagonista na busca por estratégias efetivas para a redução de emissões e da exploração insustentável. Economia e sustentabilidade andam juntas e a regulação do setor aquaviário precisa estar pronta para enfrentar os desafios impostos pela realidade das mudanças climáticas”, afirmou Castro.

Hidroviás

As hidroviás também estiveram na pauta. Em outubro deste ano, Agência e MPor aprovaram o primeiro Plano de Geral de Outorgas (PGO) Hidroviário. O plano hidroviário tem como principal objetivo aumentar a competitividade e o desenvolvimento do Brasil. O documento aprovado estabelece que a exploração das vias navegáveis ou potencialmente navegáveis será feita por meio de concessão ou por meio de licitação.

De acordo com Nery, as hidroviás são a última fronteira da logística brasileira. “Trata-se de um modal mais barato de ser implantado, mais eficiente do ponto de vista operacional e do ponto de vista ambiental, uma vez que emite menos CO2 e gases do efeito estufa.”

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

CINCO ÁREAS PORTUÁRIAS VÃO A LEILÃO NESTA QUARTA-FEIRA (13)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 12/12/2023 - 19:13



Arquivo/Divulgação

Terceiro lote de arrendamento deste ano tem investimentos previstos da ordem de R\$ 966 milhões

O governo realiza, às 14 horas desta quarta-feira (13), o terceiro e último leilão de arrendamentos portuários de 2023. O certame, que ocorrerá na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, reunirá um pacote de terminais arrendados localizados nas regiões Sul, Norte e Nordeste. A previsão é que sejam investidos quase R\$ 1 bilhão nos novos

arrendamentos.

O terminal PAR09, no porto de Paranaguá (PR), é a única área a ser arrendado pela própria autoridade portuária. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), o certame tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, com critério de maior valor de outorga. O contrato tem prazo de 35 anos de concessão.

Os terminais MAC15, no Porto de Maceió, RIG71, no Porto do Rio Grande (RS) e POA 02 e POA 11, no porto de Porto Alegre (RS), são projetos ofertados no modelo simplificado, com prazo de contrato de até 10 anos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023

REFINARIA DE PAULÍNIA ALCANÇA 97,7% DE DISPONIBILIDADE OPERACIONAL

Da Redação OFFSHORE 12/12/2023 - 20:39



Unidade da Petrobras registra em outubro o melhor resultado acumulado de sua história

A Refinaria de Paulínia (Replan-SP) atingiu, em outubro, o índice recorde de 97,7% em seu indicador de Disponibilidade Operacional (DO). O DO mede a disponibilidade dos ativos da Petrobras em relação à sua capacidade de referência, depois de computadas as perdas de capacidade por fatores inerentes à sua operação no período considerado.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 203/2023
Página 76 de 76
Data: 13/12/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

A Replan é a maior refinaria do sistema Petrobras em capacidade de processamento de petróleo, sendo responsável pela produção de cerca de 25% de todos os derivados de petróleo produzidos no sistema, suprindo mercados no Sudeste e no Centro-Oeste do Brasil.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 13/12/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 13/12/2023